

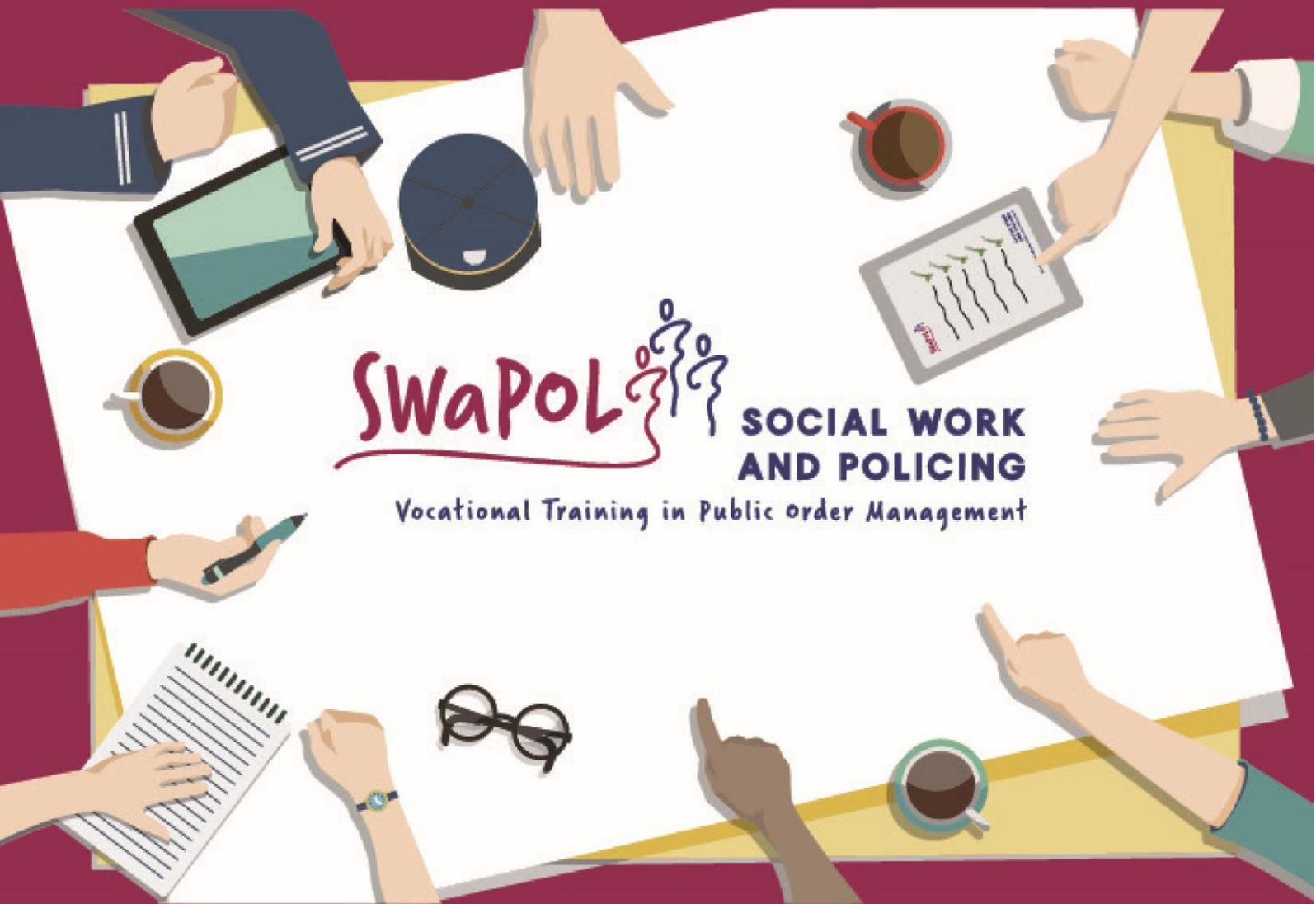


Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union



EUROPEAN CENTRE FOR SOCIAL WELFARE POLICY AND RESEARCH

# HANDBOOK FOR TRAINERS



## SWaPOL – Cooperation in Social Work and Policing

**HO GENT**  
P.PORTO

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO POLITÉCNICO DO PORTO**

**Instituto SOCIOLOGIA U.PORTO**  
politecleiding PAULO  
Provincie Oost-Vlaanderen

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

**U.PORTO**  
FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union   
**Landespolizeidirektion Wien**

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS**  
3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING 4 QUALITY EDUCATION 11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES 16 PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS

**HO GENT**  
P.PORTO

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO POLITÉCNICO DO PORTO**

**Instituto SOCIOLOGIA U.PORTO**  
politecleiding PAULO  
Provincie Oost-Vlaanderen

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

**U.PORTO**  
FLUP FACULDADE DE LETRAS UNIVERSIDADE DO PORTO

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union   
**Landespolizeidirektion Wien**

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS**  
3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING 4 QUALITY EDUCATION 11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES 16 PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS



**MANUAL PARA FORMADORES**  
**SWaPOL – Cooperação no Trabalho Social e Policiamento**  
**Um Curriculum para a Formação Profissional**



EUROPEAN CENTRE FOR SOCIAL WELFARE POLICY AND RESEARCH

**HO  
GENT**

**FH | JOANNEUM**  
University of Applied Sciences

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território

**ESE** | **POLITÉCNICO  
DO PORTO**  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

 **instituto  
SOCIOLOGIA**  
**U. PORTO**

 **Landespolizeidirektion  
Wien**



 **politieopleiding  
PAULO**  
Provincie Oost-Vlaanderen

"O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui uma aprovação do conteúdo que reflete apenas a opinião dos autores, e a Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização que possa ser feita das informações nela contidas."



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union

Editora:

European Centre for Social Welfare Policy and Research / Universidade do Porto – Faculdade de Letras  
Viena, Áustria

ISBN 978-989-8969-99-6

Capa: Rui Abrantes

Copy-Editing & DTP: Willem Stamatiou

**MANUAL PARA FORMADORES**  
**SWaPOL**  
**Cooperação no Trabalho Social e Policiamento**  
**Um Curriculum para a Formação Profissional**

**Günter Stummvoll**  
**Cees Goos**  
**Willem Stamatiou**

**Christiane Reischl**  
**Monika Meier**  
**Gertraud Pantucek**  
**Christoph Dück**

**Monica Diniz**  
**Miguel Saraiva**  
**Paula Guerra**  
**Tiago Cruz**

**Annemie Coone**  
**Didier Reynaert**  
**Claude Vanniewenhuyse**

Viena, 2021



EUROPEAN CENTRE FOR SOCIAL WELFARE POLICY AND RESEARCH





## Preâmbulo

Este projeto de formação está empenhado em contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3, 11 e 16 (ODS) da ONU, e subscreve os seguintes princípios:

- Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades é essencial para o desenvolvimento sustentável (ODS 3: Boa Saúde e Bem-estar).
- Tem de haver um futuro em que as cidades ofereçam oportunidades para todos, com acesso a serviços básicos, energia, habitação, transportes e muito mais (ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis).
- Acesso à justiça para todos e construção de instituições eficazes e responsáveis a todos os níveis (ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes).

A integração do bem-estar e da justiça na gestão da ordem pública e o trabalho em prol de cidades europeias saudáveis está no centro desta formação.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às questões de saúde e bem-estar, o projeto de formação pretende "reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de estupefacientes e o consumo nocivo de álcool" (objetivo 3.5 do ODS 3).

Em segundo lugar, no que respeita a questões de habitação e cidades sustentáveis, subscrevemos a tarefa de "assegurar o acesso a habitação adequada, segura e acessível" (objetivo 1 do ODS 11) e apoiar a inclusão social de todos os utilizadores do espaço público.

Terceiro, no que diz respeito à justiça, promovemos o Estado de direito para estabelecer a ordem pública e assegurar a igualdade de acesso à justiça para todos (tarefa 3 do ODS 16).



<https://www.ods.pt/>



# Índice

INTRODUÇÃO .....	12
A ORIGEM DESTE MANUAL E COMO UTILIZÁ-LO .....	12
1. O projeto SWaPOL – Trabalho Social e Policiamento .....	12
2. A estrutura deste manual e como utilizá-lo.....	16
3. Conceitos didáticos - alinhamento construtivo, aprendizagem centrada no aluno .....	17
4. Intercâmbio de conhecimentos e envolvimento do público .....	20
MÓDULO 1. COOPERAÇÃO ENTRE O TRABALHO SOCIAL E O POLICIAMENTO .....	22
OBJETIVOS .....	24
COMPETÊNCIAS PRETENDIDAS .....	24
TEMAS PRINCIPAIS .....	25
1. Uma nota geral sobre as profissões .....	25
2. Uma nota sobre cooperação organizacional .....	27
3. Discussão das culturas profissionais .....	30
4. Conceitos convergentes .....	34
5. Métodos no policiamento multi-agências .....	37
6. Métodos no trabalho social .....	43
ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM .....	49
Exercício 1: Meet and Greet no mercado .....	49
Exercício 2: Os Dardianos.....	50
Exercício 3: Troca de autoimagens em grupos inter-profissionais .....	53
Exercício 4: Nuvens de palavras.....	54
Exercício 5: Troca de informações sobre esquemas de formação profissional .....	55
Exercício 6: Vista de campo – Análise Sócio-espacial .....	57
QUESTÕES PARA REVISÃO .....	59
REFERÊNCIAS.....	60
LEITURAS ADICIONAIS.....	63
MÓDULO 2. UTILIZAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS ENTRE OS JOVENS: PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE DANOS NA VIDA NOTURNA .....	65
OBJETIVOS .....	67

COMPETÊNCIAS PRETENDIDAS .....	67
TEMAS PRINCIPAIS .....	68
1. Que substâncias? .....	68
2. Compreender a utilização de substâncias .....	71
3. Prevenção e redução de danos.....	76
4. O quadro legal sobre a utilização de substâncias .....	79
5. Primeiros socorros em casos de uso problemático de substâncias psicoativas .....	80
6. Colaboração do trabalho social e da polícia num contexto de vida noturna .....	82
ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM .....	86
Exercício 1: Perspetivas sobre a vida noturna - Sessão de posters e cartazes .....	86
Exercício 2: Classificação das substâncias: “A Roda das Drogas” .....	88
Exercício 3: Quiz sobre o uso de substâncias.....	89
Exercício 4: Análise de casos em colaboração .....	91
QUESTÕES PARA REVISÃO .....	93
REFERÊNCIAS.....	94
MÓDULO 3. SEM-ABRIGO .....	97
OBJETIVOS .....	99
COMPETÊNCIAS PRETENDIDAS .....	99
TEMAS PRINCIPAIS .....	100
1. O problema dos sem-abrigo .....	100
2. O que tem a polícia a ver com o problema dos sem-abrigo? .....	105
3. A abordagem em três passos.....	108
ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM .....	112
Exercício 1: "Teatro de Improviso" .....	112
Exercício 2: "Reportagem mediática - documentário, artigo de jornal, etc." .....	113
Exercício 3: ‘Wishful thinking’ numa conferência de imprensa fictícia .....	114
Exercício 4: Desenvolver um "código de conduta" para a colaboração em parceria entre o trabalho social e a polícia.....	115
Exercício 5: Excursão.....	116
QUESTÕES PARA REVISÃO .....	117
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO: SÍNTESE DE TEMAS PRINCIPAIS E ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM .....	119

# Introdução



## A origem deste Manual e como utilizá-lo

### 1. O projeto SWaPOL – Trabalho Social e Policiamento

Este Manual para Formadores foi produzido como parte do projeto SWaPOL - Trabalho Social e Policiamento, um projeto de educação e formação cofinanciado pelo programa da UE "ERASMUS+ Parcerias Estratégicas para a Educação e Formação Profissional". O projeto SWaPOL foi realizado entre 2018 e 2021 sob a liderança do *European Centre for Social Welfare Policy and Research* com sede em Viena, Áustria, em cooperação com organizações parceiras na Áustria, Portugal e Bélgica.

Os objetivos deste projeto eram desenvolver e gerir um workshop de formação piloto em todos os países parceiros, e produzir material didático para apoiar as futuras gerações de equipas de serviços de aplicação da lei e de assistência social que desejem adotar esta ideia interdisciplinar como parte dos seus programas de formação.

#### A convergência de profissões

Um olhar mais atento acerca das profissões mostra que na prática diária existem muitos pontos de contacto onde diferentes profissionais se encontram. Este pode ser o caso no setor industrial, quando projetistas, designers e técnicos colaboram num processo de produção, e também no setor da saúde, quando médicos com diferentes especializações colaboram no sentido de melhorar a saúde do paciente. A colaboração decorre sem problemas quando as metas e objetivos, as atitudes, as estruturas organizacionais, a linguagem, etc. são semelhantes para os diferentes profissionais envolvidos. No entanto, em algumas áreas é necessária a cooperação pública entre profissionais cujo objetivo e perspetivas não são tão facilmente compatíveis. Nestes casos, a colaboração pode tornar-se um grande desafio. A gestão da manutenção da ordem social em situações e locais públicos, onde as instituições de aplicação da lei e de assistência social se reúnem, foi selecionada como foco específico para este projeto.

Na gestão da ordem pública convergem pelo menos as profissões da aplicação da lei e da assistência social - cada uma com o seu próprio enquadramento de política pública. As políticas relativas ao espaço público, que

não devem ser apenas seguras, mas também saudáveis, preocupam-se com grupos em risco, como os jovens, mas também com pessoas que por vezes causam irritação e medo, como os sem-abrigo e aqueles que fazem mau uso do álcool e de substâncias ilícitas.

O consórcio do projeto *SWaPOL - Trabalho Social e Policiamento* dedicou-se a desenvolver um novo programa de formação que considera as questões da gestão da ordem pública em locais urbanos de forma prática "de mãos dadas", a fim de apoiar o intercâmbio, cooperação e confiança mútua entre trabalhadores sociais e agentes policiais. O objetivo é simplesmente uma melhor colaboração entre estas duas profissões que já estão ativamente empenhadas nos seus respetivos serviços públicos em espaços e locais públicos. E assim, o objetivo global do projeto SWaPOL pode ser declarado como sendo contribuir para uma melhor compreensão mútua entre as profissões de trabalho social e de policiamento. Esta formação pretende ser um modelo ilustrativo para uma abordagem de parceria na gestão da ordem pública.

#### Porque é que as instituições de formação são importantes neste projeto?

A experiência em muitas administrações europeias mostra que uma abordagem em parceria tende a falhar quando faltam pontes entre um nível estratégico (político) e o nível de

implementação prática. Os projetos não são frequentemente sustentáveis por duas razões: ou os profissionais no terreno não estão convencidos do que são talvez decisões políticas engenhosas transmitidas de cima nas sedes operacionais ou, as práticas bem-sucedidas surgem exclusivamente da iniciativa de um único profissional que não recebe o tão necessário apoio estratégico dos decisores. Metaforicamente falando, as boas estratégias não podem criar raízes em solo infértil, e as boas sementes não podem crescer sem a luz do sol vinda de cima. Com a inclusão de instituições de formação, esta lacuna entre política e prática pode ser colmatada. É aqui que conceitos e experiências podem ser comunicados e o potencial de crescimento pode ser enriquecido. Desta ideia de intercâmbio mútuo, resulta que a forma mais adequada de formação é a formação profissional em termos de formação contínua e não a formação básica nas profissões.

Finalmente, enquanto projeto terá, por definição, de chegar a uma conclusão, a sustentabilidade da contribuição de qualquer projeto exige a sua absorção em estratégias de longo prazo. Neste caso, espera-se que a formação SWaPOL esteja a olhar para o futuro, vendo-se a si própria como um dispositivo que promove o apoio a tais abordagens em parceria, moldando a gestão da ordem pública no futuro. O SWaPOL assume que tem um lugar vital nos programas de formação contínua de ambas as profissões do serviço público.

### **O âmbito da formação SWaPOL**

Em geral, o âmbito da formação profissional e da educação contínua pode variar desde um evento de um dia até um programa de estudo abrangente de vários semestres. No entanto, por razões práticas, esta formação SWaPOL está limitada a um curso de 5 dias com três temas selecionados. Além disso, esta formação não inclui um exame ou avaliação, uma vez que os

sistemas de formação profissional do trabalho social e da polícia diferem em aspetos importantes (nem todas as academias de polícia aplicam o sistema europeu de créditos ECTS, tal como se encontra no setor do ensino superior). No entanto, sugere-se que os participantes necessitem de se inscrever e sejam obrigados a frequentar a formação a qualquer momento, e pessoalmente, para receberem um certificado de participação. A didática particular na formação depende muito dos encontros pessoais e do intercâmbio entre os participantes. Por conseguinte, a comunicação online pode apoiar a formação, mas em geral a formação deve ser conduzida em situações presenciais<sup>1</sup>.

### **Os temas abordados na formação SWaPOL**

Pode haver uma série de sobreposições temáticas entre as profissões de trabalho social e de policiamento. Esta formação SWaPOL é dedicada a situações no espaço público e aos utilizadores que podem tornar-se utentes de ambos os grupos profissionais, da polícia e dos trabalhadores sociais. Estas situações dizem frequentemente respeito a problemas de desordem social em que a repressão nem sempre é a reação mais útil.

No entanto, a resposta aos problemas sociais no espaço público vai além das reações imediatas e requer abordagens preventivas que podem emergir da cooperação entre a polícia e os trabalhadores sociais. Os temas selecionados para esta formação são 1) a utilização de substâncias entre os jovens, e 2) o problema dos sem-abrigo. Ambos os temas estão localizados na interseção do policiamento e do trabalho social, e ambos os problemas exigem um compromisso entre a aplicação da lei e a promoção da saúde. Aqui, os conceitos de prevenção são relevantes e uma discussão sobre os respetivos aspetos práticos e estratégias deve estar no centro desta formação profissional.

---

<sup>1</sup> As formações-piloto mostraram que os participantes empregados têm apenas um tempo limitado para além da formação.

A formação SWaPOL é composta por três partes - ou módulos:

Módulo 1: Cooperação entre o trabalho social e a polícia

Módulo 2: Utilização de substâncias entre os jovens: Prevenção e redução de danos na vida noturna

Módulo 3: Sem-abrigo

O **Módulo 1** na formação SWaPOL é dedicado a reunir representantes de ambas as profissões para refletir de forma crítica e aberta as suas próprias práticas profissionais e ouvir um ao outro quando a ética de trabalho, particularidades culturais, estruturas organizacionais, atitudes e hábitos são apresentados, explicados e justificados. Os exercícios didáticos apoiarão os participantes nesse esforço. Os preconceitos serão reduzidos, e a confiança mútua será criada como base fértil para a colaboração e resolução de problemas.

No **Módulo 2** os participantes devem aprender sobre a classificação de substâncias psicoativas, métodos de prevenção e redução de danos e discutir o uso de substâncias na vida noturna a partir de diferentes perspetivas. Agentes policiais e assistentes sociais examinam o equilíbrio entre prevenção, redução de danos e controlo social, com base em exemplos reais. Novas possibilidades de colaboração (e as suas limitações) serão trabalhadas.

O **Módulo 3** visa explorar os processos multidimensionais de exclusão e marginalização no espaço público e introduz os participantes em estratégias de prevenção social. O foco principal é nos fatores de risco para a condição de sem-abrigo e isolamento social, incluindo condições de habitação, gentrificação, deslocamento, consumo de álcool e drogas, e doenças mentais. O "policiamento orientado para o problema" como princípio orientador da cooperação integra a gestão de casos, a resolução de conflitos e o trabalho de assistência na comunidade.

A cooperação entre os profissionais do trabalho social e a polícia é por vezes desafiante, mas, no entanto, essencial no que diz respeito ao bem-estar da sua clientela comum de pessoas vulneráveis em espaços urbanos. Em primeiro lugar, este Manual alerta os profissionais para os benefícios da colaboração na gestão da ordem pública. Em segundo lugar, os leitores deste Manual serão apoiados na organização de sessões de formação semelhantes para transmitir aptidões e competências de alta qualidade aos profissionais das áreas profissionais selecionadas do trabalho social e da polícia. Conceitos de policiamento tais como "policiamento comunitário", "prevenção de crimes sociais" e "policiamento orientado para o problema" serão discutidos e combinados com métodos no trabalho social tais como "trabalho de rua", "trabalho de proximidade" e "análise sócio-espacial". Estes conceitos podem ser aplicados aos problemas do uso de substâncias psicoativas e dos sem-abrigo.

Um calendário detalhado para esta formação pode ser encontrado no Currículo SWaPOL, que deve ser consultado juntamente com este manual.

### **Possíveis extensões à formação SWaPOL**

Esta formação SWaPOL está limitada a questões de trabalho social e policiamento em *espaços públicos*. No entanto, uma extensão da formação é concebível em pelo menos duas dimensões:

Primeiro, pode haver outras *sobreposições na prática profissional dos trabalhadores sociais e da polícia*, particularmente no *espaço privado* (violência

doméstica; *ciber-mobbing*; perseguição; desvio sexual; jogos de azar; doenças psiquiátricas). Isto implica uma possível colaboração com e entre outras organizações (serviços de saúde, hospitais, psiquiatras, psicólogos, especialistas em dados, detetives privados, centros de acolhimento de crianças).

Em segundo lugar, *outros intervenientes que contribuam para a manutenção da ordem pública* podem ser convidados para as sessões de formação (os dos serviços de transporte público; urbanistas e arquitetos paisagistas; empresas ferroviárias; ambulâncias; empresas de táxis; gestores de eventos; empresas privadas de segurança; associações de jovens; universidades; departamentos das administrações municipais: obras de arte pública, creches e escolas primárias, gestão desportiva e de eventos, integração social, gestão da informação, etc.). Todas estas profissões têm funções particulares na gestão da ordem pública, e um intercâmbio global pode ser bem-vindo, mas ultrapassaria os limites desta formação tal como ela é concebida neste momento

Estas extensões levam rapidamente a uma elevada complexidade e requerem tempo adicional, recursos e alterações didáticas à formação SWaPOL. Nesse sentido, a forma como a formação SWaPOL é concebida neste manual pode de facto tornar-se um ponto de partida para uma série de sessões de formação profissional para um leque mais vasto de atores profissionais da administração pública.

## 2. A estrutura deste manual e como utilizá-lo

A apresentação dos três módulos de formação está no centro deste manual. Cada módulo será introduzido através de uma declaração dos principais objetivos que serão perseguidos e das competências pretendidas que serão adquiridas nesse módulo. Em segundo lugar, uma parte maior fornece temas principais para o módulo como sugestão para apresentações de formadores/professores e para dar um impulso às discussões. Os temas principais que serão apresentados nos capítulos abaixo podem ser utilizados como pontos de orientação para conduzir a sessão, e para ajudar os formadores a antecipar argumentos que possam eventualmente surgir na discussão. Uma terceira secção em cada capítulo é dedicada a atividades de aprendizagem que podem ser selecionadas de forma flexível para um programa individual. Aqui os exercícios, jogos didáticos e visitas de estudo são explicados em termos do seu objetivo e da sua utilização na prática no decurso da formação. No final de cada capítulo, perguntas de revisão ajudam os formadores a testar a sua própria compreensão no terreno e a orientar os participantes através

dos conceitos mais importantes em cada módulo. Esta estrutura será mantida para todos os capítulos dos módulos de formação.

O anexo apresenta uma coleção de temas e exercícios numa visão geral de fácil utilização. Espera-se que o curriculum SWaPOL possa contribuir para uma implementação mais sustentável de formações conjuntas de trabalhadores sociais e agentes de prevenção policial no futuro.

Este manual pode apoiar novas equipas de coordenação na preparação de formações locais. No entanto, deve reconhecer-se que a formação SWaPOL também toca em assuntos delicados que também estão sujeitos a ideologias políticas: Todas as pessoas podem ter a sua opinião pessoal sobre o tratamento de pessoas vulneráveis na sociedade. Por conseguinte, é de salientar que tanto a equipa de formadores como os respetivos professores convidados devem ter uma boa compreensão sobre os objetivos e intenções gerais desta formação. Todos os parceiros da equipa de formadores devem dedicar-se aos seguintes objetivos:

- Abertura de espírito a todos os temas e grupos-alvo abordados durante a formação
- Apoio aos direitos humanos básicos e rejeição da discriminação de pessoas vulneráveis
- Respeito por todas as profissões envolvidas na formação
- Reduzir os preconceitos e construir relações de confiança entre as profissões
- Ganhar um entendimento sobre diferentes responsabilidades e divisão do trabalho
- Aumentar a motivação para colaborar em parcerias

### 3. Conceitos didáticos - alinhamento construtivo, aprendizagem centrada no aluno

Muitas instituições académicas empregam hoje peritos em didática do ensino secundário. Os peritos em educação trabalham em centros de aconselhamento interdisciplinares separados e oferecem formação sistemática em métodos didáticos recentes e dão aconselhamento individual a docentes académicos de todas as disciplinas académicas e entre faculdades. As formações incluem workshops e séries de palestras, por exemplo, em "conceção de palestras e exames", "como utilizar plataformas de aprendizagem", "dar feedback entre pares", "apoiar processos de aprendizagem", "ensino em línguas estrangeiras", "ensino sensível à diversidade", e muito mais.

Este programa de formação SWaPOL é baseado em vários destes tópicos. Em particular, o SWaPOL segue o conceito de "Aprendizagem Centrada no Aluno" como um dos mais recentes desenvolvimentos no ensino e na aprendizagem (ECTS Guia do Utilizador 2015 - Comissão Europeia<sup>2</sup>). O enfoque na educação académica *orientada para a competência* implica uma atitude fundamental em relação à aprendizagem ativa, autorregulada e autorresponsável por parte dos alunos.

**Aprendizagem Centrada no Aluno (ACA)** é um processo de transformação qualitativa para alunos e outros alunos num ambiente de aprendizagem, destinado a reforçar a sua autonomia e capacidade crítica através de uma *abordagem baseada nos resultados*.

O conceito ACA pode ser resumido nos seguintes elementos:

- Confiança na aprendizagem ativa em vez de passiva
- Ênfase na aprendizagem e compreensão crítica e analítica
- Aumento da responsabilidade e responsabilização por parte do aluno
- Aumento da autonomia do aluno
- Uma abordagem reflexiva do processo de aprendizagem e ensino, tanto por parte do aluno como do professor.

(ECTS Guia do Utilizador 2015 – Comissão Europeia; p. 15)

O programa SWaPOL é *orientado para os resultados* e baseado nas *competências pretendidas* para os alunos.

“Os resultados do programa de aprendizagem são baseados no perfil do programa e descrevem o que um aluno sabe, compreende e é capaz de fazer após a conclusão do programa” (ECTS Guia do Utilizador 2015, p. 23).

---

<sup>2</sup> [https://ec.europa.eu/education/ects/users-guide/docs/ects-users-guide\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/education/ects/users-guide/docs/ects-users-guide_en.pdf)

**Competência** significa "a capacidade comprovada de utilizar conhecimentos, aptidões e capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações de trabalho ou de estudo e no desenvolvimento profissional e pessoal. No contexto do Quadro Europeu de Qualificações, a competência é descrita em termos de responsabilidade e autonomia" (Recomendação 2008/C 111/01). As competências podem ser genéricas ou específicas do tema.

Os **Resultados de Aprendizagem Pretendidos** expressam o nível de competência atingido pelo aluno e verificado por avaliação. São "declarações do que um aluno sabe, compreende e é capaz de fazer ao concluir um processo de aprendizagem" (Ibid.). São formuladas por pessoal académico, envolvendo alunos e outros interessados. A fim de facilitar a avaliação, estas declarações precisam de ser verificáveis (ECTS Guia do Utilizador 2015, p. 22).

### **Alinhamento Construtivo**

Competências, resultados de aprendizagem e atividades de aprendizagem estão integrados no conceito de "**Alinhamento Construtivo**" (Biggs & Tang 2011): A elaboração de conceitos de ensino sempre

- começa a partir da definição de Resultados de Aprendizagem Pretendidos,
- depois são desenvolvidos formatos de avaliação,
- depois são desenvolvidas atividades de aprendizagem.

O programa de formação SWaPOL será orientado por esta estrutura, mas não a perseguirá plenamente. Em particular, nenhum formato de avaliação formal será incluído no programa, uma vez que a formação fará parte de diferentes sistemas educativos. Enquanto os cursos de trabalho social aplicam por vezes o sistema de pontos académicos ECTS, a polícia utiliza geralmente um sistema de acreditação diferente para as suas formações contínuas internas. Contudo, os respetivos formatos de avaliação podem ser considerados no futuro, se a formação SWaPOL puder ser integrada em formações policiais nas escolas secundárias da polícia. Neste momento, as avaliações após a participação na formação SWaPOL não são consideradas.

Por conseguinte, a formação SWaPOL será baseada nos outros dois elementos: Serão definidos *Resultados de Aprendizagem e Competências Pretendidas* para cada módulo; serão desenvolvidas *Atividades de*

*Aprendizagem* para ajudar os alunos durante o processo de aprendizagem.

*Resultados de Aprendizagem Pretendidos* podem ser classificados em 3 grupos (Biggs & Tang; 2011):

a) *Resultados de Aprendizagem Cognitiva:* Conhecimento e capacidades intelectuais, por exemplo, conhecimento, perceção, reconhecimento, pensamentos, compreensão, avaliação, etc.

- Conhecimento: Repetir factos
- Compreensão: interpretar algo com as suas próprias palavras
- Aplicação: Aplicar conceitos gerais a situações específicas
- Análise: Desconstruir situações e mostrar a sua estrutura
- Generalizações: Generalizar desde situações específicas a conceitos globais
- Síntese: Fazer ligações entre casos individuais para formar uma síntese
- Avaliação: Avaliar situações de acordo com determinados critérios

b) *Resultados de Aprendizagem Afetiva:* *Mudança de atitudes, interesses, valores e sentimentos*

Desenvolver um interesse, uma visão e uma compreensão da lógica de outras profissões

*c) Resultados da aprendizagem (psico-) motora: Desenvolvimento e treino de atividades (físicas ou mentais) ou de movimentos (capacidades de ação)*

Exercício de atividades em conjunto (comunicação, passos de trabalho, e

movimentos e toques particulares (por exemplo, ao ajudar outros))

As três formas de resultados de aprendizagem serão relevantes nos nossos módulos SWaPOL!

#### 4. Intercâmbio de conhecimentos e envolvimento do público

Esta formação SWaPOL afasta-se de uma relação professor-aluno convencional com o seu processo de ensino unidirecional. Em vez disso, a formação segue uma *abordagem participativa*, uma vez que os docentes do SWaPOL dão um impulso temático e depois moderam uma discussão: Em primeiro lugar, o seu contributo destina-se a encorajar um intercâmbio *com* profissionais de diferentes origens profissionais; em segundo lugar, o cenário oferece uma plataforma de comunicação para o intercâmbio *entre* profissionais de ambas as partes. Portanto, os formadores colocam-se ao mesmo nível dos participantes e discutem ideias sobre melhores práticas de colaboração no seu trabalho com grupos problemáticos e vulneráveis na sociedade. Assim, o processo de aprendizagem é vice-versa.

Este método didático enquadra-se bem no quadro conceitual da sociologia pública que pretende enfatizar a convergência das *dimensões profissional, crítica, aplicada e pública* do trabalho sociológico (Burawoy, 2005). A *dimensão profissional* é dada com o contributo especializado dos formadores (temas principais) sobre conceitos internacionais como o policiamento comunitário e o trabalho social. Aqui, são apresentados quadros conceituais e exemplos de boas práticas empiricamente testados, juntamente com questões orientadoras. Uma *dimensão crítica* é encontrada na deliberação de conceitos normativos contestados, tais como ordem pública, saúde pública, confidencialidade, (des)criminalização do uso de substâncias psicoativas, sem-abrigo como forma de desordem social, e outros. Uma *dimensão aplicada* em termos de *orientação política* é dada nas negociações de situações reais em espaços urbanos que precisam de ser resolvidas entre profissionais. Aqui, os conceitos e práticas terão de ser aplicados a determinadas circunstâncias sociais. Finalmente, uma *dimensão pública* encontra-se no método de envolvimento *com* e *entre* representantes da polícia e dos serviços de apoio social, ou como defende Burawoy: "... a discussão envolve frequentemente valores ou objetivos que não são automaticamente partilhados por ambas as partes, de modo que a reciprocidade, ..., é frequentemente difícil de sustentar" (Burawoy 2005: 9). A formação SWaPOL lança um diálogo com e entre profissões, com cada uma trazendo a sua agenda para a ajustar à outra.

Um dos critérios de avaliação da qualidade da formação em geral deve ser um bom equilíbrio entre as quatro dimensões: profissional, crítica, aplicada e pública.



**Módulo 1**

**Cooperação entre o  
trabalho social e o  
policiamento**



## Objetivos

- Incentivar um diálogo sobre a base legal e ética para a prática profissional
- Aumentar a (auto)consciência sobre as culturas profissionais do trabalho social e do trabalho policial
- Aprender sobre métodos de trabalho no trabalho social e no policiamento

## Competências pretendidas

- **Resultados da aprendizagem cognitiva:**

Compreender as diferenças culturais nas profissões: Estrutura organizacional; comunicação interna; atividades; terminologia; sociabilização profissional (atitudes, opiniões, hábitos).

Compreender a definição de ordens de trabalho e quadros legais.

Compreender conceitos profissionais e métodos básicos de trabalho tais como "policiamento comunitário", "pedagogia social", "trabalho de rua", "prevenção (do crime)"; "análise sócio-espacial", etc.

Capacidade de desconstruir uma situação social numa análise sócio-espacial

- **Resultados da aprendizagem afetiva:**

Compreender as razões de mal-entendidos e potenciais conflitos entre as profissões

Mudar atitudes, valores e sentimentos em relação à "outra" profissão

- **Resultados da aprendizagem (psico-)motora:**

Praticar formas particulares de comunicação e procedimentos (passos de ação) em certas situações em que a cooperação é necessária.

## Temas principais

### 1. Uma nota geral sobre as profissões

No início de uma discussão sobre possíveis desenvolvimentos políticos recentes e métodos de trabalho das duas profissões aqui consideradas, um ou dois pontos gerais podem ser apropriados. Algumas reflexões sobre as profissões *per se* serão levantadas para encorajar os participantes a refletir sobre as suas tarefas numa sociedade e, dessa forma, desenvolver um interesse mútuo.

Há já algum tempo, em 1963, o sociólogo americano Bernard Barber fez um esforço para definir o profissionalismo:

interesse próprio individual. (Barber, 1963: 672)”

**“O comportamento profissional pode ser definido em termos de quatro atributos essenciais:**

- um elevado grau de conhecimento generalizado e sistemático
- orientação primária para o interesse da comunidade e não para o interesse próprio individual
- um elevado grau de autocontrolo do comportamento através de códigos de ética internalizados no processo de socialização do trabalho e através de associações voluntárias organizadas e operadas pelos próprios especialistas do trabalho, e
- um sistema de recompensas (monetárias e honorárias) que é principalmente um conjunto de símbolos de realização profissional e, portanto, termina em si mesmo, não significando um fim de

Da definição acima, decorre que o trabalhador profissional deve ser sempre considerado como membro de uma organização ou associação. No entanto, a sociologia das profissões também tem estado interessada nas relações entre os papéis dos trabalhadores e os requisitos organizacionais. Nesse sentido, as duas profissões, trabalho social e polícia, podem diferir na sua relação entre a autonomia dos trabalhadores e os constrangimentos que os fazem cumprir um certo código de ética laboral. Como nem os polícias nem os trabalhadores sociais se assemelham a robôs no trabalho, o tema da flexibilidade ou contenção individual dentro de uma organização dará muitas ideias para discussão.

Uma discussão sobre esse assunto pode ser iniciada por uma pergunta e uma escala de resposta, embora a resposta seja muito mais complexa, é claro.

#### Discussão:

*Como classifica o seu trabalho diário numa escala entre a individualidade e o constrangimento organizacional?*

	1	2	3	4	5	6	
<i>Individualidade</i>	0	0	0	0	0	0	<i>Constrangimento organizacional</i>

Uma discussão entre os participantes pode (ou não) tocar nos três tipos de "mecanismos acomodativos" para reduzir a tensão entre a individualidade e os constrangimentos organizacionais que Barber (1963) descreve:

Em primeiro lugar, a departamentalização contribui para uma *diferenciação das estruturas de papéis* nas organizações, e além disso conduz a um processo de divisão contínua do trabalho. O grau de subdivisão dos objetivos globais em numerosos departamentos será uma variável significativa para analisar o trabalho profissional em organizações, tais como nos campos do trabalho social e do policiamento.

Em segundo lugar, uma *mistura de papéis profissionais e administrativos* numa só pessoa pode resolver o conflito entre profissionais e gestão. O "profissional-administrador" deve "ser um profissional que possa julgar e dirigir outro profissional, mas que também possa exercer um controlo superordenado quando necessário" (Barber, 1963: 681). Este duplo papel pode representar um desafio especial para os trabalhadores de uma organização.

Em terceiro lugar, a tensão entre a competência profissional e os objetivos organizacionais pode ser resolvida através de *estruturas de recompensa diferenciadas* e de mais incentivos para que o profissional coloque os objetivos administrativos, por exemplo, contribuir para o lucro organizacional ou para uma imagem institucional particular, acima dos benefícios individuais. Isto pode ser conseguido através de recompensas tais como subsídios para formação profissional contínua, comunicação como um fator especial de sucesso na organização, ou benefícios administrativos relativos a horários de trabalho.

Além disso, seguindo Bernard Barber, é possível definir duas formas de controlo em instituições profissionais: O controlo por pares ou "*controlo por colegas*" como, por exemplo, nas profissões académicas em termos de revisão por pares; e o controlo por superiores ou "*controlo superordenado*" em organizações hierárquicas.

No conjunto, estruturas de controlo colegial ou superordenado, estruturas de recompensa diferenciadas, e uma combinação de papéis e responsabilidades, podem todos ter um efeito na qualidade da colaboração entre a polícia e os trabalhadores sociais. Este ponto de responsabilidade profissional terá de ser tido em conta quando analisarmos as condições prévias para uma melhor cooperação entre os profissionais de ambos os lados.

## 2. Uma nota sobre cooperação organizacional

Esta formação profissional convida profissionais da polícia e da área do trabalho social a participar como representantes das suas organizações. Quais são as condições para uma boa colaboração entre as organizações? A desconfiança, os preconceitos, os exemplos negativos e a falta de transparência obstruem claramente uma boa colaboração entre os membros das organizações. Além disso, a relação entre organizações pode ser sistemática ou vaga, pode abranger vários níveis numa hierarquia organizacional, ou pode confiar na simpatia e nas relações pessoais no terreno.

Conceitos de colaboração como o policiamento comunitário, que entre outros conceitos são introduzidos neste módulo de formação, necessitam de uma ideia básica em gestão organizacional. Que tipo de relação entre a polícia e o trabalho social é o nosso objetivo? Como pode ser moldada uma colaboração sustentável?

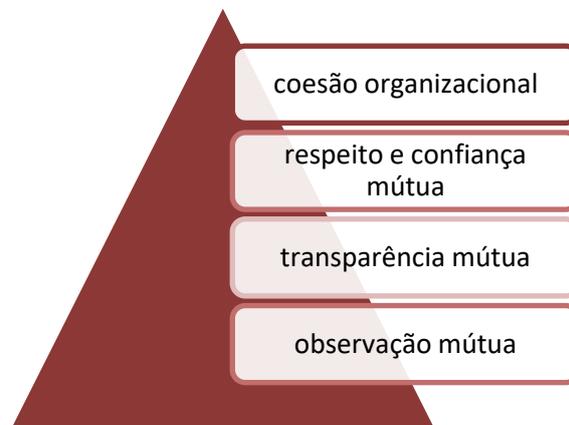
Numa perspetiva sistemática, a cooperação organizacional de dois ou mais parceiros pode ser organizada em 4 fases:

(1) Uma forma mais elementar de colaboração é dada em **observação mútua (organizacional)**. Quanto mais longo for o período de observação do que "o outro lado" está a fazer, mais claras são as regras, a lógica e as "proibições". Este processo de observação permite uma melhor coordenação na prática operacional.

(2) A observação permanente em termos de conhecimento mútuo das ações da outra parte conduz a uma **transparência mútua (organizacional)**. Agora as decisões organizacionais da outra parte são transparentes, e as tarefas, objetivos e processos podem ser ajustados e coordenados. A este nível, pode esperar-se um intercâmbio consistente, o que leva a um consenso sobre os objetivos e metas globais apoiados pelos coordenadores de programas dentro de cada organização.

(3) A transparência inter-organizacional é a base para desenvolver o **respeito** e a **confiança mútua (organizacional)**, o que permite práticas particulares que requerem lealdade e consentimento entre organizações. A criação de confiança é fundamental para uma ética de trabalho comum e um "espírito normativo" no terreno.

(4) Se todas as atividades das duas organizações parceiras forem norteadas por uma orientação ética comum, podemos alcançar o mais alto nível de cooperação organizacional: **coesão organizacional**, expressa tanto na unidade subjetiva (pessoal) como objetiva (funcional). A coesão inclui todos os níveis hierárquicos de cada organização e permite um maior desenvolvimento de estratégias comuns de solução de problemas.



**Discussão: Realista ou não?**

*"O nosso objetivo é o mais alto nível de cooperação organizacional entre as organizações profissionais, a polícia e as organizações de trabalho social: A coesão organizativa requer consentimento para a observação transparência e confiança mútuas".*

### **Ênfase na cooperação**

As discussões devem ser orientadas para o desenvolvimento das capacidades de cooperação entre agentes policiais e trabalhadores sociais, e existem algumas condições prévias básicas para uma cooperação bem-sucedida, como defendem Fegert e Schrapper (2004):

1. A cooperação só é bem-sucedida entre parceiros iguais, ou seja, a boa cooperação não combina com a avaliação mútua e a emissão de ordens.
2. A cooperação deve mostrar uma finalidade material, prática ou social de ambos os lados
3. É necessário um mínimo de objetivos e crenças partilhadas
4. A cooperação depende da boa vontade de uma só pessoa, mas também precisa do apoio das estruturas organizacionais. Regras e procedimentos de controlo de práticas de corrupção.

Mais particularmente, na formação SWaPOL propomos **cinco premissas essenciais para uma boa cooperação entre o trabalho social e a polícia:**

1. **Respeito mútuo:** Os agentes policiais e os trabalhadores sociais devem ser claros sobre as tarefas e funções uns dos outros num sistema social: A polícia representa poder e autoridade; o trabalho social dá apoio individual e social para lidar com as dificuldades da vida. Estas são as posições básicas para começar a desenvolver novas funções de ambos os lados e abordar um ao outro para tomar mais providências para a cooperação.
2. **Aceitar as diferenças em vez de fundir tarefas e responsabilidades:** Mais recentemente, a polícia implementou conceitos tais como policiamento comunitário e policiamento orientado para o problema para aumentar a confiança do público em geral. Por outro lado, os trabalhadores sociais podem estar a voltar-se para funções de gestão da ordem pública e a mostrar a sua disponibilidade para cooperar com as autoridades. No entanto, ambas as profissões abordam-se mutuamente nas suas próprias funções profissionais.
3. **Autorreflexão:** A polícia e os trabalhadores sociais precisam de demonstrar capacidade para refletir sobre as suas funções profissionais. Podem ponderar um caso particular, o seu papel profissional nesse caso, e a forma como comunicam com outros intervenientes relevantes envolvidos. Isto requer uma orientação individual dentro dos limites das ordens, táticas e espírito de corpo.
4. **Intercâmbio regular:** Deverão ser realizadas reuniões sistemáticas e regulares de reflexão construtiva e de intercâmbio entre a polícia e os trabalhadores sociais, numa base local. Nas reuniões de parceria ocasionais, as ações em casos recentes poderão ser revistas e as atividades futuras poderão ser planeadas num ambiente descontraído.
5. **Avaliação e garantia de qualidade:** A gestão da qualidade não se aplica apenas a empresas comerciais, mas também ao trabalho policial e social e particularmente ao trabalho de parcerias para a prevenção do crime. A avaliação formal deve ser levada a cabo por instituições externas competentes. Isto pode incluir a avaliação dos resultados e dos processos, ou seja, procurar

fatores de sucesso na cooperação e rever os desempenhos de acordo com um plano de trabalho no que diz respeito à eficácia, eficiência, sustentabilidade e possibilidade de transferência para outras unidades ou regiões geográficas.

### 3. Discussão das culturas profissionais

A polícia e o trabalho social são ambos servidores do público em geral para prevenir e resolver problemas sociais, mas, no entanto, são profissões muito diferentes. Estas diferenças podem ser reduzidas em situações em que as tarefas se sobrepõem, particularmente no espaço público. Por exemplo, o trabalho social diz respeito ao trabalho com jovens, trabalho de rua e trabalho comunitário; a polícia envolve-se proativamente com grupos locais tais como clubes de jovens, associações de idosos, clubes desportivos e associações empresariais. Ambas as profissões estão sujeitas à proporcionalidade de controlo e ajuda no contexto da prevenção (do crime, dependência, etc.) e proteção (das vítimas, dos sem-abrigo, etc.). No entanto, diferentes culturas organizacionais podem orientá-las de forma diferente nos seus desempenhos. Embora, ou talvez porque, uma discussão sobre culturas organizacionais pareça sem limites e sem fim, ofereceremos algumas características que poderão orientar um diálogo razoável num workshop de formação.

	<b>Trabalho Social</b>	<b>Policimento</b>
<b>Bases legais</b>	Direitos Humanos Lei de bem-estar infantil e juvenil O direito à assistência no desenvolvimento pessoal e à autorresponsabilidade Prestação de boas condições de vida	Códigos da polícia federal Proteção da vida, liberdade e propriedade Prevenção e aconselhamento em matéria de crime Resolução de litígios Proteção das vítimas
<b>Responsabilidades sociais</b>	Solução para problemas sociais Salvaguardar oportunidades para a vida Interação individual e humana em famílias, grupos de pares e comunidades (virtuais) Redução das desigualdades sociais	Proteção contra o perigo Aplicação da lei Proteção dos direitos individuais Prevenção e resolução de conflitos Intervenção em caso de chamada Aconselhamento e responsabilização
<b>Estrutura de organização</b>	Associações individuais privadas ou públicas Ligação religiosa Ligação médica Ligação administrativa	Hierárquica e administrativa Diferenciada em departamentos de várias responsabilidades
<b>Princípios de trabalho</b>	Proteção e promoção dos direitos humanos Trabalho de baixo limiar Ativos na sua abordagem Apoio Trabalho de assistência Aconselhamento	Lei Dever de investigação Princípio da proporcionalidade Monopólio sobre o uso da força Manutenção da paz Aconselhamento

**Quadro 1: Culturas ocupacionais no trabalho social e policiamento**

Esta lista não é certamente exaustiva, e pode ser imprecisa e, em alguns países, até parcialmente incorreta. Além disso, os participantes podem abordar a delicada questão da ética profissional e

exemplos elaborados, respetivamente, mas não iremos mais longe nesse campo aqui. De qualquer modo, esta tabela pode fornecer uma base geral e um contributo para a discussão, uma vez que nem todos concordarão com estes papéis e princípios.

### **Imagens ocupacionais e tópicos sensíveis**

Numa formação SWaPOL, os debates entre os participantes devem ser encorajados a ir além da recolha de declarações de diferenças (e semelhanças). Em vez disso, deve ser cuidadosamente iniciada uma troca de auto-imagens e estereótipos do "outro", com o objetivo de discutir obstáculos e potenciais de cooperação.

A colaboração e cooperação exigem que ambas as organizações indiquem a vontade de compreender os princípios da outra organização e de encontrar soluções alternativas aos métodos de trabalho convencionais. A polícia pode enviar um sinal de cooperação ao instalar unidades de prevenção do crime e introduzir os respetivos princípios de policiamento orientados para o problema ou policiamento comunitário, enquanto os trabalhadores sociais aceitam que certos comportamentos podem ser intimidantes, perturbadores e causar problemas em locais públicos. Assim, espera-se que o trabalho social também ajude a evitar conflitos e, neste sentido, contribua para a ordem pública. Além disso, o desenvolvimento de atividades de prevenção comuns nas escolas, como a oferta de informação sobre os perigos da dependência e as consequências legais da utilização de substâncias, deve ser considerado nesta formação.

Um compromisso e um intercâmbio sobre estes esforços de aproximação contribuirá para uma sessão de formação bem-sucedida. Ao mesmo tempo, parece apropriado permitir também o confronto, ou seja, dar aos participantes a oportunidade de definir os limites da cooperação e enfatizar ideologias e práticas que não são negociáveis. Aqui, não se deve ignorar temas que talvez desencadeiem desacordos, tais como a questão da confidencialidade de ambas as partes. Outro ponto de discussão pode ser as diferentes relações com os utentes, uma vez que a polícia deve frequentemente demonstrar autoridade, enquanto que os trabalhadores sociais normalmente demonstram empatia. Além disso, as formas de interpretação da delinquência como crime, por um lado, e como sintoma de problemas sociopsicológicos mais profundos, por outro, podem gerar debates bastante emocionais na aula. No entanto, uma troca razoável sobre a lógica por detrás de certos pontos de vista pode finalmente ajudar a criar confiança e respeito mútuos.

#### **Tópicos sensíveis que podem despoletar desacordo:**

- Confidencialidade
- Relação com o utente

- Delinquência
- Terminologia: "prevenção", "controlo social", "ordem pública"
- Formas de "resolução de problemas"
- Controlos policiais e perfil racial
- Transparência policial
- O equilíbrio entre a aplicação da lei e o trabalho social (manutenção da paz) na polícia
- O equilíbrio entre ser solidário e tornar claros os limites para os utentes no trabalho social

Estes e outros tópicos irão desafiar os formadores nas suas artes de moderação. Aqui, a qualificação dos formadores é significativa. A este respeito, é também recomendado determinar algumas regras básicas de comunicação no início da formação da SWaPOL.

### **Surpreendido com a quantidade de conhecimentos especializados na outra profissão?**

O exemplo seguinte mostra que é importante trocar experiências e conhecimentos para reconhecer os conhecimentos uns dos outros no campo da prevenção (do crime).

#### **Formação em trabalho social na Áustria**

Na Áustria, a admissão a um curso universitário em trabalho social está vinculada a uma qualificação formal, à conclusão positiva de um teste de classificação e a uma entrevista pessoal. Os estudantes de trabalho social completam a educação e formação académica com uma licenciatura ou mestrado no campo especial do trabalho social, geralmente oferecido nas universidades de ciências aplicadas.

A formação académica para trabalhadores sociais tem 6 semestres para um grau básico (Licenciatura) e 10 semestres para um grau avançado (Mestrado). A estrutura da formação académica varia entre universidades; contudo, todos os cursos consistem em módulos únicos que incluem disciplinas obrigatórias e opcionais, estágios, e terminam com a defesa de uma tese final.

As disciplinas centrais do trabalho social são: Ciências sociais, pedagogia, métodos de trabalho social, métodos científicos, aplicação na prática, psicologia e direito. Um curso de estudo extra-ocupacional, o chamado estudo duplo, oferece aos trabalhadores sociais uma formação muito mais relacionada com a prática, onde a presença universitária e os estágios se alternam (FH JOANNEUM, 2019).

#### **Formação contínua para "Agentes de Prevenção Policial" na Polícia de Viena - "Menores de 18 anos"**

A Polícia de Viena é mandatada pelo Departamento Federal Austríaco de Polícia Criminal (Bundeskriminalamt) para realizar formações especiais para agentes de prevenção policial, para além e independentemente da formação básica para o desenvolvimento da carreira. Com esta formação especial, os agentes da polícia atuam como conselheiros especiais do público em vários

domínios da segurança, tais como a proteção da propriedade, a prevenção da violência, a prevenção da fraude, a segurança na Internet - e a prevenção de várias formas de dependência entre os jovens.

"Menores de 18 anos" faz parte deste programa global de formação e prepara os agentes da polícia para colaborar com as escolas e chegar aos professores, jovens e pais para dar apoio em *competências de vida e uma vida saudável*. Esta formação é ministrada a agentes policiais num período de dois anos para além do trabalho e inclui vários módulos, incluindo didática, prevenção da violência, prevenção da dependência, prevenção da radicalização e do recrutamento, e uma formação de atualização.

Aqui, apenas três módulos de prevenção são destacados:

1. **"Tudo Bem"**: Prevenção da violência; informação sobre normas legais e leis de proteção da juventude com as suas variações nos condados austríacos; idade da responsabilidade criminal; gestão de conflitos; coragem moral versus justiça vigilante.
2. **"Click & Check"**: Normas legais básicas e leis de proteção da juventude; especial enfoque nas competências dos meios de comunicação social, por exemplo "sexting", *ciber-mobbing*, etc. Método: "A metáfora da árvore".
3. **"Olha para a tua Vida"**: Consiste em 5 sub-módulos para preparar o trabalho nas escolas:
  - a) *"Olha para a tua turma"*: O clima social na aula, as relações sociais entre alunos e entre alunos e professores.
  - b) *"Olha para a tua lei"*: Normas legais básicas e leis de proteção da juventude.
  - (c) *"Olha para a tua rede"*: Revisão crítica sobre o tempo passado online; comportamento do consumidor na web; exercício offline-time; informação (e convite à participação) dos pais.
  - (d) *"Olha para a tua festa"*: Discutir o comportamento nas festas, consumo de álcool; "Por favor, organiza uma festa - o que precisas?"; ajuda em casos de overdose; consequências legais; Quiz sobre o álcool (mitos para ficar sóbrio, etc.).
  - (e) *"Olha para o teu tempo livre"*: Este módulo é sobre atividades nos tempos livres.

Outros sub-módulos não estão limitados aos alunos, mas incluem reuniões com professores e pais:

- *"Olha para a tua escola"*: Reuniões com professores dessa turma em particular, onde a formação é dada para lhes dar informação de base sobre o programa de formação. Os professores podem recolher tópicos da formação para as suas aulas (ética, etc.).
- *"Olha para a tua família"*: Encontro com os pais dos alunos envolvidos para os informar e também para os incluir no programa; sensibilização dos pais como modelos a seguir; contributo jurídico.

## 4. Conceitos convergentes

Uma breve introdução ao quadro geral desta formação profissional entre peritos em trabalho social e policiamento ajudará a definir o ponto de partida de cada lado das duas profissões: Do lado da polícia, introduziremos mudanças políticas que ocorreram na viragem do século em muitos sistemas de justiça penal ocidentais. Os conceitos que consideramos mais úteis como base para uma abordagem multi-agências da ordem pública são o policiamento comunitário e o policiamento orientado para o problema. Por outro lado, iremos proceder a partir da definição global da profissão de trabalho social como base de colaboração para o bem-estar e integração de todas as populações no espaço público. Ambos os lados partilham a dedicação à segurança humana:

*“A segurança humana é uma abordagem para ajudar os Estados-Membros a identificar e enfrentar os desafios generalizados e transversais à sobrevivência, subsistência e dignidade do seu povo. Exige respostas centradas nas pessoas, abrangentes, específicas do contexto e orientadas para a prevenção que reforcem a proteção e o empoderamento de todas as pessoas. A abordagem da segurança humana é um quadro analítico e de planeamento comprovado que apoia respostas mais abrangentes e preventivas por parte das Nações Unidas, transversais a todos os setores, desenvolvendo soluções contextualmente relevantes, e adotando parcerias para ajudar a realizar um mundo livre de medo, carência e indignidade.”*

(Trust Fund para a Segurança Humana das Nações Unidas, 2019).

### Policiamento multi-agências

Na viragem do século, criminologistas de todo o mundo observaram uma transformação no controlo da criminalidade e uma competição predatória entre conceitos de "assistencialismo penal" e de "justiça punitiva". David Garland (2001) argumentou que o ideal reabilitativo foi gradualmente substituído pela exigência de controlo, retribuição e "apenas desertos". O quadro tradicional do delinquente como pessoa desfavorecida e necessitada desapareceu amplamente, enquanto que os estereótipos dos delinquentes como maximizadores de utilidade racional ou membros de redes criminosas estão agora a prevalecer. O pensamento criminológico passou de temas como rotulagem, anomia, privação relativa e condições de vida estruturais como causas originais do crime para uma espécie de pragmatismo no controlo do crime que promove um sistema rígido de vigilância.

Numa visão um pouco menos pessimista, Wood e Shearing (2007) argumentou, que enfrentamos "... não um modelo único de governação, mas um complexo de arranjos e

práticas híbridas em que coexistem diferentes mentalidades de governação, bem como conjuntos muito diferentes de arranjos institucionais" (Wood & Shearing, 2007: 21). Numa "abordagem de governo no seu todo", diversas organizações, públicas e privadas, tentam ordenar as suas diferentes culturas, ideologias e tradições a fim de elaborarem estratégias de segurança comunitária (Sutton *et al.* 2008).

Em termos de prevenção, ocorreu uma mudança de política de prevenção da criminalidade como traço individual desviante para a prevenção do crime como um acontecimento complexo. A nível local, novos conceitos de policiamento suplantaram os antigos métodos repressivos de controlo social: "Policiamento Comunitário" (Hope 1995), "Policiamento Orientado para o Problema" (Goldstein 1990) e "prevenção do crime social e situacional" (Sutton *et al.* 2008; Rosenbaum *et al.* 1998) são estratégias de trabalho em rede desenvolvidas pela primeira vez nos EUA e na Grã-Bretanha, centrando-se nas alterações das oportunidades comunitárias e ambientais para

o crime. Em particular, o conceito de "prevenção situacional da criminalidade" pode ser entendido como uma amálgama de conceitos neoliberais de autorresponsabilidade e escolha racional. O controlo social é agora interpretado como uma necessidade de autocontrolo (autoproteção e segurança) e mecanismos gerais de controlo (CCTV, controlo de acesso, registo de dados). Em termos de colaboração, este novo tipo de policiamento é

### **Princípios do trabalho social<sup>3</sup>**

Os principais deveres da profissão de trabalho social incluem a promoção da mudança social, o desenvolvimento social, a coesão social, e o empoderamento e libertação das pessoas.

O trabalho social é uma profissão prática e uma disciplina académica que reconhece que fatores históricos, socioeconómicos, culturais, espaciais, políticos e pessoais interligados servem como oportunidades e/ou barreiras ao bem-estar e desenvolvimento humano. As condições estruturais de uma sociedade contribuem para a perpetuação das desigualdades, discriminação, exploração e opressão. O desenvolvimento da consciência crítica através da reflexão de fontes estruturais de opressão e/ou privilégio, com base em critérios tais como raça, classe, língua, religião, género, deficiência, cultura e orientação sexual, e o desenvolvimento de estratégias de ação para enfrentar as barreiras estruturais e pessoais são centrais para as práticas emancipatórias que reforçam o

caracterizado por uma responsabilidade partilhada de controlo. A garantia de segurança já não é apenas do domínio da polícia, mas uma responsabilidade partilhada de uma variedade de intervenientes (Legnaro 1997). Agora, as atividades de policiamento precisam de ser cuidadosamente integradas nas rotinas políticas e culturais tradicionais das administrações municipais. (Floeting 2015).

empoderamento e a liberdade individual. Os trabalhadores sociais demonstram solidariedade com os desfavorecidos e esforçam-se por aliviar a pobreza, libertar os vulneráveis e oprimidos, e promover a inclusão social e a coesão social.

O princípio fundamental do trabalho social é o respeito pela dignidade dos seres humanos, diversidade, direitos humanos e justiça social. A profissão do trabalho social reconhece a convergência dos direitos humanos com a responsabilidade coletiva. A ideia de responsabilidade coletiva destaca o facto de que os direitos humanos individuais só podem ser realizados no dia-a-dia se as pessoas assumirem responsabilidade umas pelas outras e pelo ambiente. Por conseguinte, um dos principais objetivos do trabalho social é defender os direitos das pessoas a todos os níveis, e facilitar resultados em que as pessoas assumam responsabilidade pelo bem-estar umas das outras (ver página web IFSW - Federação Internacional de Trabalhadores Sociais).

**A definição global da profissão de trabalho social - tal como consta do website oficial da IFSW - deve estar no centro de uma maior colaboração com as agências de aplicação da lei:**

*"O trabalho social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina académica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pelas diversidades são centrais para o trabalho social. Sustentado por teorias do trabalho social, ciências sociais, humanidades e conhecimentos indígenas, o trabalho social envolve pessoas e estruturas*

<sup>3</sup> Os seguintes princípios são citados a partir do website da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (IFSW):

<https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>

*para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar. A definição acima pode ser amplificada a nível nacional e/ou regional.”<sup>4</sup>*

Em alguns casos, "não fazer mal" e "respeito pela diversidade" podem representar valores conflituosos e competitivos, por exemplo, onde em nome da cultura são violados os direitos, incluindo o direito à vida, de grupos como as mulheres e os homossexuais. As Normas Globais para a Educação e Formação no Trabalho Social tratam desta complexa questão, advogando que os trabalhadores sociais são educados numa abordagem básica dos direitos humanos, com uma nota explicativa que diz o seguinte:

*“Tal abordagem poderia facilitar o confronto construtivo e a mudança onde certas crenças, valores e tradições culturais violam os direitos humanos básicos dos povos. Como a cultura é socialmente construída e dinâmica, está sujeita a desconstrução e mudança. Tal confronto construtivo, desconstrução e mudança pode ser facilitado através de uma sintonia e compreensão de valores culturais, crenças e tradições particulares e através do diálogo crítico e reflexivo com membros do grupo cultural em relação a questões mais amplas de direitos humanos (ibidem).”*

Embora os desenvolvimentos nestes domínios políticos possam ser controversos, consideramos ambos os conceitos - policiamento multi-agências e trabalho social - como bases férteis para uma futura cooperação de profissionais na promoção da ordem pública. De facto, exemplos positivos na Alemanha ("Kriminalpräventive Räte") e no Reino Unido ("parcerias de prevenção do crime"), e noutros locais, mostram que a cooperação entre vários intervenientes pode ser bem-sucedida. Esta formação SWaPOL centra-se especificamente no problema das pessoas vulneráveis em locais públicos. Os grupos mais vulneráveis da sociedade sofrem de formas convencionais de policiamento (repressivo) e de antagonismo entre a polícia e os trabalhadores sociais. Esta formação SWaPOL visa encorajar os participantes a trocar conceitos progressivos nas suas profissões para resolver ressentimentos e apelar à colaboração, apesar dos diferentes antecedentes sociopolíticos, organizacionais e históricos.

Na secção seguinte serão introduzidos alguns dos métodos de trabalho de ambos os lados - policiamento e trabalho social. Seleccionámos os princípios de policiamento comunitário, policiamento orientado para o problema, e prevenção da criminalidade baseada no local, do lado da polícia; trabalho de proximidade, trabalho social, trabalho de grupo social, trabalho comunitário e trabalho de rua como métodos de trabalho, do lado do trabalho social. Estes conceitos e métodos podem ser discutidos num workshop no Módulo 1 da formação SWaPOL no que diz respeito à melhoria da cooperação, colaboração e coesão social.

---

<sup>4</sup> Esta definição foi aprovada pela Assembleia Geral da IFSW e pela Assembleia Geral da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (IASSW), em julho de 2014.

## 5. Métodos no policiamento multi-agências

No SWaPOL utilizamos o termo policiamento multi-agências como um conceito abrangente para um segmento particular no trabalho policial. Mais particularmente, o policiamento comunitário é claramente diferente de outras tarefas da polícia, tais como investigação de crimes, patrulhamento de rua, resposta a chamadas de emergência, e elaboração de relatórios de crimes. Neste módulo vamos oferecer uma introdução ao trabalho dos agentes de policiamento comunitário. Primeiro, explicaremos o conceito de policiamento comunitário, e depois entraremos em mais pormenores e apontaremos alguns conceitos relacionados, tais como "policiamento orientado para o problema", "policiamento de proximidade" e "prevenção de crimes com base no local".

### Policiamento Comunitário<sup>5</sup>

#### *Contexto histórico*

Para compreender o policiamento comunitário, é importante olhar para o contexto histórico deste conceito. A primeira aparição remonta à Polícia Metropolitana de Londres, fundada em 1829 por Robert Peel, que estabeleceu um modelo de "policiamento por consentimento" numa base de consenso com os cidadãos e com pouca necessidade de usar a força. Peel introduziu patrulhas a pé num determinado território por agentes da polícia local, permitindo um maior conhecimento da polícia sobre os bairros e os seus problemas de segurança, enquanto os cidadãos aumentam a confiança nos agentes da polícia que foram designados para a área (Fisher-Stewart, 2007).

Após um período autoritário, o policiamento tornou-se novamente mais atento às preocupações da comunidade. Desde os anos 1970, o policiamento comunitário tem sido mais

desenvolvido por criminologistas nos Estados Unidos da América e no Reino Unido. É amplamente entendido como uma estratégia destinada a alcançar um controlo mais eficiente e mais eficaz da criminalidade, reduzindo o medo do crime e melhorando os serviços policiais. Isto implica uma necessidade de maior responsabilização da polícia, um maior papel na tomada de decisões e uma maior preocupação com os direitos humanos e as liberdades (Ponsaers, 2001).

#### *Definição de policiamento comunitário*

O Gabinete de Serviços de Polícia Orientados para a Comunidade (COPS, na sigla original) do Departamento de Justiça dos EUA fornece a seguinte definição: O policiamento comunitário centra-se no crime e na desordem social através da prestação de serviços policiais que incluem aspetos da aplicação da lei tradicional, bem como prevenção, resolução de problemas, envolvimento comunitário e parcerias (Fisher-Stewart, 2007). O policiamento comunitário envolve cidadãos em parceria com a polícia, a fim de identificar problemas de segurança e de melhorar a qualidade de vida nos bairros. Três componentes-chave do policiamento comunitário devem ser brevemente explicadas:

#### *Parcerias comunitárias e transformação organizacional*

O policiamento comunitário baseia-se no conceito de que os agentes policiais e os cidadãos constroem parcerias locais estratégicas construtivas e valiosas para abordar as preocupações comunitárias relacionadas com o crime, o medo do crime, a desordem física e social nos bairros. Neste sentido, este modelo de policiamento exige que a polícia desenvolva uma relação estreita com os cidadãos da comunidade, permitindo-lhes um maior envolvimento no processo de

---

<sup>5</sup> Esta secção foi elaborada como parte do projeto EU-COST ACTION TU1203 sobre "Prevenção do Crime pelo Planeamento e Design Urbano" por

Svetlana Stanarević e Mónica Diniz.  
<http://www.costtu1203.eu/>

identificação das necessidades de segurança na comunidade.

O policiamento comunitário salienta que a polícia não pode investigar ou prevenir com sucesso o crime sem a participação ativa dos cidadãos. Por conseguinte, a polícia deve contribuir para transformar as comunidades de consumidores passivos de proteção policial em coprodutores ativos de segurança pública (Bayley & Shearing, 1996).

A organização da prevenção da criminalidade baseada na comunidade envolve a reorientação das atividades de patrulha para serviços não emergenciais, o envolvimento em parcerias de segurança da comunidade local, o aumento da responsabilidade policial para com as comunidades locais, e a descentralização das estruturas de comando. Envolve assim grandes mudanças nos papéis habituais da polícia. O uso de táticas como as patrulhas informais a pé e a participação em reuniões comunitárias facilitam a troca de informações entre a polícia e as comunidades. (Skogan & Hartnett, 1999).

### **Policiamento orientado para o problema (POP)<sup>6</sup>**

O termo "Policiamento Orientado para o Problema (POP)" foi introduzido pela primeira vez pelo professor da Universidade de Wisconsin-Madison Herman Goldstein, em 1979, como uma abordagem para responder à

Michael Scott e Herman Goldstein reuniram o princípio do policiamento orientado-para-problema numa lista de "elementos-chave do policiamento orientada para o problema"<sup>8</sup>:

- Um problema é a unidade básica do trabalho policial e não um crime, um caso, chamadas ou incidentes.
- Um problema é algo que diz respeito ou causa danos aos cidadãos, e não apenas à polícia. Coisas que dizem respeito apenas aos agentes da polícia são importantes, mas não são problemas neste sentido do termo.

<sup>6</sup> Na página web do Centro de Policiamento Orientado para o Problema (POP) é dada uma visão global sobre teoria, conceitos e prática do policiamento orientado-para-o-problema (POP): <https://popcenter.asu.edu/about/whatispop>

crise de eficácia e legitimidade no policiamento que surgiu nos EUA nas décadas de 1970 e 1980. Goldstein argumentou que uma melhor eficácia operacional poderia ser alcançada através de análises exaustivas dos problemas do crime e das suas soluções (Braga, 2008). Assim, Goldstein argumentou que a polícia deveria concentrar-se mais na análise dos problemas nas comunidades para além da resposta às chamadas da polícia e aos incidentes de crime único (Weisburd *et al.*, 2008). Hoje, o "Centro de Policiamento Orientado para o Problema" da Universidade do Estado do Arizona define o policiamento orientado para o problema como:

*"... uma abordagem ao policiamento em que as discretas partes do negócio policial são sujeitas a um exame microscópico na esperança de que o que é aprendido recentemente sobre cada problema leve à descoberta de uma estratégia nova e mais eficaz para lidar com ele<sup>7</sup>."*

Nesta base, o Centro de Policiamento Orientado para o Problema recolheu um grande número de projetos únicos e publicou os respetivos "Guias Específicos para o Problema" para análise de problemas e redução de danos relativos a "consumo agressivo de álcool", "bullying nas escolas", "tráfico de droga em mercados ao ar livre", "acampamentos de sem-abrigo" e muitos mais. Assim, o policiamento orientado para o problema promove um bom equilíbrio entre o policiamento reativo e preventivo baseado na análise de crime profissional (Goldstein, 1990; Ward, 1998).

<sup>7</sup> Consultar: "What is POP?" <https://popcenter.asu.edu/content/learning-center>

<sup>8</sup> Consultar: <https://popcenter.asu.edu/content/key-elements-problem-oriented-policing-0>

- Abordar problemas significa mais do que soluções rápidas: significa lidar com condições que criam problemas.
- Os agentes da polícia devem analisar os problemas de forma rotineira e sistemática antes de tentar resolvê-los, tal como investigam os crimes de forma rotineira e sistemática antes de procederem a uma detenção. Os agentes individuais e o departamento como um todo devem desenvolver rotinas e sistemas de análise de problemas.
- A análise dos problemas deve ser minuciosa, embora possa não precisar de ser complicada. Este princípio é tão verdadeiro para a análise de problemas como para a investigação criminal.
- Os problemas devem ser descritos de forma precisa e rigorosa e repartidos em aspetos específicos do problema. Os problemas muitas vezes não são o que parecem ser inicialmente.
- Os problemas têm de ser entendidos em termos dos vários interesses em jogo. Os indivíduos e grupos de pessoas são afetados de formas diferentes por um problema e têm ideias diferentes sobre o que deve ser feito em relação ao problema.
- A forma como o problema está atualmente a ser tratado deve ser compreendida e os limites da eficácia devem ser abertamente reconhecidos, a fim de se obter uma melhor resposta.
- Inicialmente, toda e qualquer resposta possível a um problema deve ser considerada de modo a não encurtar respostas potencialmente eficazes. As respostas sugeridas devem seguir-se ao que se aprende durante a análise. Não devem ser limitadas, nem devem excluir, o recurso à detenção.
- A polícia deve tentar resolver os problemas de forma pró-ativa, em vez de apenas reagir às consequências nocivas dos problemas.
- O departamento de polícia deve aumentar a liberdade dos polícias para tomar ou participar em decisões importantes. Ao mesmo tempo, os agentes devem ser responsáveis pelas suas decisões.
- A eficácia das novas respostas deve ser avaliada para que estes resultados possam ser partilhados com outros agentes da polícia e para que o departamento possa aprender sistematicamente o que funciona e o que não funciona.

Isto resultou no desenvolvimento de novas estratégias concetuais de policiamento. Aqui, apenas duas devem ser mencionadas:

***O Modelo Sara: Scanning, Análise, Resposta, Avaliação***<sup>9</sup>

Scanning – este primeiro passo exige que a polícia identifique e dê prioridade a questões recorrentes na comunidade.

Análise – o segundo passo é a recolha de dados sobre o problema a fim de determinar o seu âmbito, natureza, causas e recursos necessários para lidar com o problema.

<sup>9</sup> Consultar: <https://popcenter.asu.edu/content/sara-model-1>

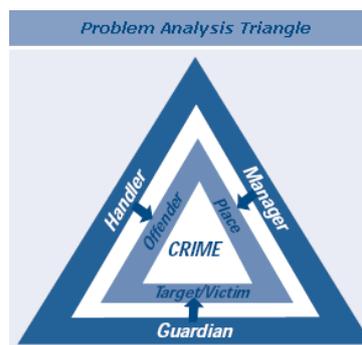
Resposta – nesta fase, a polícia utiliza a informação da análise para conceber respostas adequadas, que podem envolver outras agências para fazer um brainstorming de ideias para a implementação de objetivos de intervenção e planos de ação.

Avaliação – esta etapa ocorre após a implementação de intervenções tomadas para resolver os problemas previamente identificados. Requer que a polícia avalie o sucesso do seu plano implementado e recolha dados relativos à avaliação do impacto da resposta sobre o problema, e a reavaliação do problema para alterar as respostas ou para manter condições positivas (Eck & Spelman, 1987).

### **O Triângulo de Análise de Problemas (Triângulo do Crime)**

O triângulo de análise de problemas (Fig.1) fornece uma forma de pensar sobre problemas recorrentes de crime e desordem, assumindo que o crime é mais provável quando (1) um criminoso motivado e (2) um alvo adequado se juntam em (3) tempo e espaço, na ausência de guardiões capazes. Além disso, um triângulo exterior descreve formas de controlo social: Os infratores ['offenders'] podem por vezes ser controlados por outras pessoas conhecidas como "manipuladores" ['handlers']. Os alvos e vítimas ['targets and victims'] podem por vezes ser protegidos por outras pessoas conhecidas como "guardiões" ['guardians']. E os lugares são geralmente controlados por alguém conhecido como "gestores" ['managers'].

**Figura 1: O Triângulo de Análise de Problemas (Triângulo do Crime)**



Fonte: Centro de Policiamento Orientado para o Problema<sup>10</sup>

Em resumo, muitas organizações policiais em todo o mundo têm experimentado novas abordagens ao policiamento para o contacto diário com os cidadãos. O declínio da capacidade do Estado e a expansão do controlo social informal levou ao desenvolvimento de modelos de policiamento orientado para a comunidade (POC) (por exemplo, policiamento comunitário, policiamento orientado para problemas), concentrando-se nas parcerias polícia-comunidade, resolução de problemas, prevenção do crime, descentralização organizacional e destacamento permanente de agentes em funções específicas. Na Europa, esta abordagem tem sido denominada "policiamento de proximidade", particularmente em França.

### **Policiamento de Proximidade**

<sup>10</sup> Consultar: [Centro de Policiamento Orientado para o Problema](#) Universidade do Estado do Arizona. Consultar também: Clarke R.V. & Eck J. (2003).

De facto, enquanto para alguns autores tanto "policiamento comunitário" como "policiamento de proximidade" representam o mesmo tipo de policiamento com um nome diferente, para outros existem diferenças, não tanto na filosofia geral, mas na dinâmica estrutural associada a estes dois tipos de policiamento (Bolle, 1998; Casey, 2010). Enquanto o policiamento comunitário é dedicado a negociações entre a polícia e a comunidade, o policiamento de proximidade reflete a própria relação entre a polícia e o Estado em que a polícia define as suas prioridades, mas mantém a estrutura organizacional (Monjardet, 1996).

Mais importante ainda, as diferenças de terminologia refletem a estrutura das autoridades estatais. Por exemplo, ao contrário de um sistema de policiamento descentralizado dos EUA, em alguns países europeus como a França, o termo "police de proximité" (polícia de proximidade) parecia mais adequado para a estratégia de aproximar a polícia da população sem envolver o público nas estratégias de policiamento (Jenkins, 2013).

De acordo com a Rede Internacional Francófona de Formação Policial (FRANCOPOL), o modelo de policiamento de proximidade integra três princípios básicos (Brien, 2015):

1. Estabelecimento de uma relação de confiança entre a polícia e a população
2. Trabalho da polícia em parceria com uma multiplicidade de agentes sociais
3. Prevenção do crime e resolução de problemas de desordens públicas.

Assim, pode-se facilmente associar o conceito de "policiamento de proximidade" à ideia geral de policiamento multi-agências.

### **Prevenção da Criminalidade Baseada no Local**

A Prevenção do Crime através do Design Ambiental (CPTED, na sigla original, pronunciada *sep-ted*) é uma estratégia de prevenção que foi desenvolvida pela primeira vez nos EUA nos anos 1960 e 1970. Tem sido definida como: O potencial de manipulação do ambiente físico para produzir efeitos comportamentais que irão reduzir a incidência e o medo do crime, melhorando assim a qualidade de vida (Crowe, 2000). CPTED centra-se nas condições físicas e sociais que provocam comportamentos indesejáveis ou criminosos. Numa fase inicial, os princípios centraram-se principalmente nas estruturas de oportunidade que impedem ou facilitam o crime. A chamada "Primeira Geração CPTED" foi sustentada por três princípios: *Vigilância natural*, *controlo de acesso natural* e *reforço territorial e gestão do espaço* (Newman 1972). Esta abordagem centrou-se inteiramente no infrator racional, que calcula os riscos e as recompensas antes de cometer um crime.

Saville e Cleveland introduziram a "Segunda Geração CPTED" no debate geral sobre a prevenção da criminalidade baseada no local (Saville & Cleveland 1997). Alargaram a teoria da "Primeira Geração CPTED", indo para além da narrativa de conceção-efeitos-crime e sugeriram a inclusão de fatores sociais na estratégia de prevenção da criminalidade baseada no local (Saville & Cleveland 2013). Saville e Cleveland insistem numa fusão de abordagens situacionais e sociais para a prevenção da criminalidade. Mais especificamente, defendem a abstenção de soluções macrosociais holísticas, a longo prazo, de bem-estar, tais como a criação de emprego e a revitalização económica e a concentração em "dinâmicas sociais e culturais específicas em cada bairro individual" (ibid. p. 81). O que eles recomendam é uma versão a nível micro da prevenção da criminalidade social. "CPTED

de segunda geração" significa *coesão social e conectividade*, o apoio de uma *cultura comunitária específica* e *capacidade de limiar* ou um bom equilíbrio entre potenciais geradores de crime (clubes noturnos, edifícios abandonados) e estabilizadores sociais, tais como áreas seguras de congregação e clubes de jovens.

Apesar da terminologia diferente, o policiamento comunitário, o policiamento orientado para o problema e o policiamento de proximidade têm em comum a ideia de parcerias multi-agências e a prática do envolvimento da comunidade na gestão da ordem pública.

## 6. Métodos no trabalho social

O trabalho social é tanto interdisciplinar como transdisciplinar e baseia-se numa vasta gama de teorias científicas e de investigação. A 'ciência' é entendida neste contexto no seu significado mais básico como 'conhecimento'. O trabalho social baseia-se nos seus próprios fundamentos teóricos e na investigação em constante desenvolvimento, bem como em teorias de outras ciências humanas (IASSW AIETS 2019<sup>11</sup>).

### Trabalho de proximidade

"Uma atividade orientada para a comunidade, empreendida a fim de contactar indivíduos ou grupos de populações-alvo específicas, que não são efetivamente contactados ou alcançados pelos serviços existentes ou através dos canais tradicionais de educação sanitária" (Hartnoll *et al*, 1990).

### Trabalho de casos sociais

O trabalho de casos sociais é um processo utilizado por certos serviços sociais para ajudar as pessoas a lidar melhor com os seus problemas sociais (Perlman, 1973). É uma arte que utiliza o conhecimento da ciência das relações humanas e as competências no cultivo destas relações para mobilizar forças no indivíduo e recursos na comunidade que são apropriados para melhor integrar o utente em todo o seu ambiente ou em partes do seu ambiente (Lattke, 1955). O tratamento em casos sociais é visto como uma mistura concertada de eventos que, como parece ser diagnosticamente indicado, trabalham para uma mudança na pessoa ou no seu ambiente social, interpessoal ou ambos. Procura modificar a troca que ocorre entre o ser humano e o ambiente. Na sua maioria, estes objetivos são perseguidos em discussões entre utentes, assistentes sociais e outras pessoas importantes, e através de uma série de medidas concretas de alívio (Hollis, 1977). O método de trabalho de casos sociais induz um utente a utilizar um processo de relacionamento, essencialmente com uma pessoa, para o seu próprio bem-estar social e o bem-estar social geral (Galuske, 2013; Nach Smalley, 1977).

### Trabalho de grupo social

No trabalho de grupo, um líder de grupo especialmente treinado quer facilitar o desenvolvimento de toda a personalidade das pessoas do grupo. A relação entre os membros do grupo e a sua relação com o líder do grupo é crucial. Contudo, o encontro e o tratamento de problemas factuais é também essencial para o progresso (Lattke, 1962). O trabalho de grupo pode ser descrito como um processo educativo que, em primeiro lugar, enfatiza o desenvolvimento e adaptação social dos indivíduos através da adesão voluntária ao grupo, e que, em segundo lugar, utiliza esta adesão como um meio para promover outros objetivos socialmente desejáveis. O trabalho de grupo é um método que utiliza deliberadamente o pequeno grupo controlável como centro de educação. A ajuda pedagógica baseia-se na análise e orientação deliberada dos processos de grupo (Kelber, 1965). O trabalho de grupo é um processo concebido para ajudar os indivíduos dentro e através de pequenos grupos primários a mudarem numa direção desejável. Este processo reconhece o poder das forças sociais que emergem dentro de pequenos grupos e procura aproveitar essas forças no interesse da mudança de clientes. A formação, desenvolvimento e processo dentro do grupo são consciente e cautelosamente influenciados pelo educador do grupo, através da forma como este

---

<sup>11</sup> Consultar: <https://www.iassw-aiets.org/global-definition-of-social-work-review-of-the-global-definition/>

define os objetivos da sua assistência (Vinter, 1972). Experiências de grupo significativas ajudam os indivíduos a aumentar o seu funcionamento social e a melhor satisfazer as suas necessidades pessoais na vida pública (Konopka, 1971).

### **Trabalho comunitário**

A organização comunitária para o bem-estar social é considerada um dos métodos mais básicos de trabalho social. Na forma mais simples, é praticada quando um grupo de cidadãos de uma comunidade (por exemplo, uma cidade) se reúne para satisfazer uma necessidade comum de uma forma planeada. Contudo, como uma atividade profissional com métodos comprovados e competências instrutivas reconhecidas, a organização da comunidade é o processo pelo qual os recursos e necessidades de bem-estar social dentro de um campo de trabalho geográfico ou de conteúdo limitado são coordenados (Lattke, 1955). O trabalho comunitário refere-se a um processo pelo qual uma comunidade identifica, classifica ou prioriza as suas necessidades e objetivos, desenvolve a confiança e a vontade de fazer algo através da mobilização de fontes internas e externas para satisfazer as necessidades. A comunidade torna-se assim ativa nesta direção, promovendo assim a atitude de cooperação e a sua prática ativa (Galuske, 2013 nach Ross, 1968). É um método que desencadeia um complexo de iniciativas através das quais a população de uma unidade espacial reconhece problemas comuns, supera antigas experiências de impotência e desenvolve os seus próprios recursos de solidariedade e para fazer face aos problemas. As pessoas aprendem a resolver déficits pessoais e a desenvolver a estabilidade individual, enquanto trabalham para eliminar emergências agudas (a curto prazo) e para eliminar as causas de privação e opressão (Karas & Hinte, 1978). Trabalho comunitário é o termo coletivo utilizado para descrever diferentes formas de trabalho destinadas a melhorar o ambiente sociocultural como definido problematicamente, territorial ou funcionalmente demarcado (comunidades). Esta melhoria deve ser levada a cabo de forma metodológica sob a orientação especializada de trabalhadores sociais com formação teórica e prática e com a participação ativa da comunidade afetada. Trata-se de adaptar o grupo problemático ao ambiente, mudar (atitudes, comportamentos do) ambiente, e trabalhar em colaboração as competências ou instituições necessárias de acordo com as normas culturais relevantes (Ludes, 1977).

### **Trabalho de rua**

O trabalho de rua é um elemento importante no trabalho social. Nas sessões do SWaPOL, recomendamos a referência ao "Guia Internacional sobre a Metodologia do Trabalho de Rua em todo o Mundo"<sup>12</sup>. Este manual foi elaborado por vários peritos da Rede Internacional de Trabalhadores Sociais de Rua, sob a coordenação da Dynamo International, em 2008. Este guia internacional:

- introduz os princípios e objetivos do trabalho de rua,
- apresenta práticas, métodos e ferramentas de trabalho de rua, e
- discute contextos e desafios do trabalho de rua.

---

<sup>12</sup> Este manual pode ser descarregado [aqui](#).

Em particular, as secções sobre "exclusão social" e "criminalização e repressão" fornecem material para discussão na formação SWaPOL.

### Objetivos do trabalho de rua

- Alcançar o inalcançável - O objetivo do trabalho de rua é falar com indivíduos, grupos de crianças, jovens ou adultos que precisam de apoio ou ajuda, mas que parecem fora de alcance, ou que não podem ser alcançados pelas organizações e instituições existentes.
- Motivação e acompanhamento - Trabalhar em conjunto com o público-alvo para o ajudar a fazer escolhas e possivelmente a empreender atividades alternativas (escola, trabalho, hobbies) e, quando necessário, procurar outras formas de apoio ou tratamento.
- Educação Social - Ensinar um público-alvo a utilizar o sistema de recuperação estabelecido e estar predisposto a certificar-se de que os recursos da área fornecem ao referido público os serviços e ferramentas mais apropriados.
- Uma abordagem *bottom-up* - Melhorar o difícil processo de adaptação e reduzir a exclusão, que certos organismos subscrevem, quer indiretamente através de ações sobre o ambiente das pessoas, quer diretamente através do trabalho no seio de grupos de crianças, jovens ou adultos.
- Sensibilização política e social - O trabalhador de rua deve atestar as condições de vida das crianças e dos jovens, a fim de apelar à implementação de medidas que possam trazer alguma melhoria. Ele deve responsabilizar sistematicamente as autoridades políticas pela situação e necessidades das pessoas nas ruas.

(Guia Internacional sobre a Metodologia do Trabalho de Rua em todo o Mundo; pág. 18)

Além disso, os autores afirmam que as variações na prática dependem de os trabalhadores de rua estarem ligados a uma organização pública ou privada, a uma associação local (secular ou religiosa), do grau de reconhecimento do trabalho de rua e de constar de textos jurídicos.

### Análise sócio-espacial

A análise sócio-espacial é um princípio metodológico do trabalho comunitário ou de vizinhança que não é concebido para mudar os indivíduos no espaço social, mas para os capacitar, juntamente com outros atores tais como o trabalho social, para mudar e moldar as suas condições pessoais, o seu ambiente e infraestruturas. Com orientação sócio-espacial, os indivíduos devem ser capazes de lidar com as suas condições pessoais e de se organizarem no contexto sócio-espacial do seu ambiente. A orientação sócio-espacial não é uma conceção teórica ou uma abordagem independente; é antes um conceito que estabelece ligações entre conceitos teóricos de espaço social e a prática do trabalho social no espaço social. Ajuda a compreender quando um espaço geográfico-físico se torna um espaço social, como funciona o espaço social e o que se torna possível com e dentro dele, bem como com o trabalho social (Baum, 2018).

**De acordo com Hinte (2009), a orientação sócio-espacial segue cinco princípios:**

1. Os interesses e a vontade das pessoas representam o ponto de partida da ação orientada para o espaço social
2. A orientação sócio-espacial centra-se na iniciativa e na autoajuda

3. As soluções para os problemas sociais estão a ser procuradas de uma forma orientada para os recursos
4. As abordagens que se aplicam a todos os grupos-alvo e a interação de todas as pessoas no espaço social são vistas como potenciais
5. Os fatores de sucesso do trabalho orientado para o espaço social são a cooperação intersectorial e o trabalho em rede.

O espaço público, numa perspetiva disciplinar e profissional do trabalho social, é onde as interações das relações sociais, posições sociais e diversas práticas de vida das pessoas se refletem e se tornam visíveis. De uma perspetiva interdisciplinar e analítica, a análise sócio-espacial, com os seus métodos de levantamento e avaliação aplicados, permite um exame diferenciado das ligações entre fenómenos e interesses sociais concretos, bem como das desigualdades sociais, que estruturam muitos problemas emergentes e situações de conflito no espaço público. O espaço público é estruturado através do controlo social ou através de vários regulamentos estatais ou privados, tais como normas jurídicas, estruturas de construção, instrumentos técnicos ou intervenções pessoais. A utilização de abordagens sócio-espaciais, processos de participação ou uma prática de acompanhamento, permite a visualização de interesses não representados e já reprimidos dos utilizadores, apoiando assim o planeamento e a conceção quotidiana do espaço público. As diferenças no espaço público são de particular importância e são percebidas como perturbadoras quando pessoas ou grupos não conseguem satisfazer as expectativas de normalidade num determinado lugar, por exemplo, se a sua aparência, hábitos ou capacidades se desviam do habitual. Se a sua alteridade em lugares e caminhos públicos for problematizada, estes grupos são frequentemente confrontados com medidas de controlo ou padronização, que prejudicam o seu acesso ou residência. Os conflitos no espaço público e em seu redor devem ser entendidos como expressões de processos de apropriação conflituosos, desigualdades sociais, relações de poder assimétricas e contradições sociais (AG Sozialer Raum der OGSA, 2016).

Os espaços sociais são vistos e valorizados de forma muito diferente na prática. Não é, portanto, surpreendente que sejam propostos diferentes aspetos e métodos de investigação para o registo empírico, descrição e avaliação comparativa dos espaços sociais no domínio do trabalho social. Embora a análise sócio-espacial na investigação sociológica urbana seja geralmente utilizada num sentido estritamente definido - o que significa processos estatísticos que decompõem uma totalidade urbana em subunidades relativamente homogéneas no que diz respeito às características sociais e estruturais - no trabalho social é entendida de forma mais genérica para todo um campo de abordagens e procedimentos. Estes podem ser divididos, grosso modo, em duas direções principais:

1. Por um lado, o espectro de possibilidades inclui abordagens orientadas para a estrutura, que dão particular atenção à composição social e demográfica da população residente, bem como às características quantificáveis do equipamento estrutural e infraestrutural. Além disso, existem abordagens fenomenológicas e orientadas para a interação que perguntam como os espaços sociais, ou as condições sócio-espaciais objetivas são percebidas na perspetiva dos sujeitos e na prática social quotidiana dos habitantes, o que significam para os residentes e qual é a sua relevância para a ação.
2. Por outro lado, pode ser feita uma distinção entre estudos que se referem a unidades sócio-espaciais definidas dentro dos seus limites (zonas, bairros), e abordagens formativas, onde a definição dos espaços sociais e a definição dos seus próprios limites são os resultados da análise

sócio-espacial. A combinação destas duas distinções leva às seguintes quatro variantes principais de análise sócio-espacial:

**1a. A análise sócio-espacial não-formativa e orientada para a estrutura** pede características quantitativas comparáveis da estrutura social e das infraestruturas de uma zona dentro das suas fronteiras.

**1b. A análise sócio-espacial formativa e orientada para a estrutura** cria uma subdivisão através de um procedimento, que trata socialmente e infraestruturas de unidades espaciais semelhantes como pertencendo em conjunto.

**2a. A análise sócio-espacial não formativa, fenomenológica e orientada para a interação** pergunta sobre o significado e a relevância das realidades espaciais em termos de vida, em relação a uma determinada área dentro das suas fronteiras.

**2b. A análise sócio-espacial formativa, fenomenológica e orientada para a interação** identifica as fronteiras territoriais que são significativas e relevantes para a ação na prática social e na visão do mundo da vida dos habitantes. (Boettner, 2007)

Um método de análise sócio-espacial orientado para a prática parece útil para o curso de formação. Chama-se inspeção estruturada da zona:

A inspeção estruturada da zona é um processo de observação e de levantamento em duas fases, que permite o conhecimento e a compreensão das diferentes perceções e interpretações - tanto dos trabalhadores sociais como dos utentes afetados - das qualidades sócio-espaciais de segmentos urbanos claramente delineados. Na primeira etapa de análise, a zona subdividida anteriormente em segmentos de observação é observada várias vezes por vários trabalhadores sociais em rondas de observação, sem, contudo, se procurar contacto com grupos populacionais. Na segunda etapa, que é a fase de inquérito subsequente, são realizadas inspeções da zona com os utentes nos seus pontos de encontro, a fim de se obter uma visão da sua vida quotidiana e perspetivas diárias. Após a conclusão destas duas fases de análise, é possível uma avaliação diferenciada e mais densa dos processos na zona, com base em diferentes níveis de perceção. Embora a inspeção estruturada da zona seja um processo moroso, na prática leva à aquisição de uma compreensão sócio-espacial precisa, que pode ser a base para, por exemplo, inquéritos institucionais subsequentes. O termo estruturado refere-se a dois aspetos do processo: Por um lado, à definição de certos percursos na zona, à inspeção repetida destes percursos e locais em momentos diferentes, mas também à documentação contínua das visitas de observação. Por outro lado, a combinação das visitas de observação e inspeções com os utentes destina-se a investigar sistematicamente as complexas interações das relações sócio-espaciais (Krisch, 2002).

### **Contacto com os utentes e expectativas dos mesmos**

Quando se trata do contacto entre o trabalho social e os utentes, isto tem lugar de uma forma menos onerosa e mais fiável em comparação com a relação com a polícia. Nem sempre, mas principalmente, é voluntário. Mesmo quando não é o caso, os trabalhadores sociais podem pelo menos deixar claro que não estão sujeitos a um princípio de legalidade e têm obrigações de confidencialidade de grande alcance que também permitem discussões de confiança sobre assuntos pessoais. Não só esta circunstância, mas também cenários muito diferentes dos oferecidos pelos trabalhadores de rua, por exemplo, permitem formas mais intensivas de contacto e interação, que são também (e, portanto, também geralmente) de duração mais longa

do que as oferecidas pela polícia. As relações de trabalho podem assim ser criadas numa base completamente diferente, com maior ênfase na estabilidade, e mais desenvolvidas. A função de controlo objetivo do trabalho social não é certamente negligenciada pelos seus utentes, mas muitas vezes parece ser ambivalente. Os trabalhadores sociais são considerados, em princípio, orientados para a compreensão dos utentes e dispostos a comunicar com eles. Contudo, também dão a algumas pessoas uma imagem que está mais associada à fraqueza do que à consequência, de modo que se pode sugerir que não se leva necessariamente muito a sério o que é dito e recomendado por eles - em contraste com o que dizem os polícias (Möller, 2019).

## Atividades de Aprendizagem

Nesta secção do manual, oferecemos algumas ideias para uma conceção interativa da formação SWaPOL. Todos os exercícios a seguir apresentados foram desenvolvidos e testados noutros locais, e nós simplesmente adotámo-los para esta formação.

### Exercício 1: *Meet and Greet* no mercado

#### **Descrição geral:**

Este exercício pode ser utilizado logo no início da formação para apresentar os participantes uns aos outros.

Com base no tema abrangente do espaço público, os participantes e formadores imaginam um mercado onde as pessoas se encontram e se apresentam brevemente umas às outras. A ideia de um mercado pode também dar uma pequena ideia sobre o tema do espaço público nesta formação SWaPOL. Este exercício ajuda as pessoas a conhecerem-se e a reconhecerem-se mutuamente, bem como a refletirem as semelhanças e diferenças. As reuniões podem ser alargadas a curtas entrevistas sobre o contexto profissional. Pode ser dada atenção à língua (sotaques, formalidades, vozes), vestuário (casual ou formal), e outras características pessoais.

#### **Materiais:**

- Uma sala suficientemente grande para que todos os participantes possam andar livremente

#### **Instruções:**

##### **Passo 1**

- Explicar: Imagine um mercado e ande livremente. Quando conhecer pessoas, pare e apresente-se e inicie uma conversa casual sobre o seu trabalho.
- Qual é o seu nome? Qual é a sua experiência profissional? Qual é a sua motivação para participar neste programa? Passatempos? O que gosta e o que não gosta no seu trabalho?

##### **Passo 2**

- Forme um círculo e diga ao grupo com quem se encontrou
  - O que notou?
  - A filiação profissional foi óbvia?
  - Em caso afirmativo, porquê?

**Duração:** 15 minutos

## Exercício 2: Os Derdianos<sup>13</sup>

### **Descrição geral:**

Este jogo é uma simulação de um encontro de duas culturas. Uma equipa de engenheiros vai para outro país a fim de ensinar ao povo de lá (chamado "os Derdianos") como construir uma ponte. Este exercício tem como objetivo a simulação de diferentes hábitos e culturas. Os participantes devem encontrar formas de descodificar as normas de uma cultura estrangeira a fim de comunicarem com o seu povo. O objetivo do jogo é quebrar os estereótipos de diferentes culturas e refletir sobre as diferenças de comportamento cultural. Nesta formação SWaPOL, as diferentes culturas constituem uma metáfora para uma ética profissional diferente.

### **Materiais:**

- Lápis, régua, tesouras, folhas de papel, cola, fita adesiva. As instruções devem ser preparadas em folhas de papel para que os grupos possam ler.

### **Instruções:**

#### **Passo 1**

Dividir o grupo em 2 grupos mistos de (A) agentes da polícia e (B) trabalhadores sociais. Um grupo de 10 pessoas atua como uma equipa de engenheiros para ensinar ao outro grupo ("os Derdianos") como construir uma ponte. Cada grupo prepara-se numa sala/área separada.

#### *Instruções para os Derdianos*

- A situação: Vive no país de Dardia. A sua cidade está separada da cidade seguinte por um vale profundo. Para chegar ao mercado, tem de andar 3 dias. Se tivesse uma ponte sobre o vale, poderia chegar lá em duas horas. O seu governo contratou estrangeiros para vir e ensinar-lhe como construir uma ponte. Um modelo para esta ponte será construído com papel, fita adesiva e cordel usando tesouras, régua e lápis. Conhece o material, mas não sabe nada sobre construção.
- - Comportamento social: Os Derdianos estão habituados a estar muito próximos uns dos outros e a comunicação só funciona quando as pessoas estão muito próximas umas das outras. Falar à distância é considerado muito rude. Se se juntarem a uma conversa em grupo, devem aproximar-se. É também muito importante que se cumprimentem todos quando se encontram. A conversa deve começar com uma introdução: exemplo "Eu sou o João de Dardia". Se a pessoa não responder gentilmente, é considerado rude.
- Saudações: A saudação dos Derdianos é tocar nos cotovelos direitos com a pessoa que estão a cumprimentar. O aperto de mão é um grande *Faux Pas*. Os Derdianos são insultados por não serem saudados (tocando nos cotovelos direitos) ou se uma pessoa se afasta demasiado numa conversa. Quando são insultados, os Derdianos gritam alto.

---

<sup>13</sup> Ittaforyouth, 2019; Interfaithalliance, 2019.

- Sim/Não: Os Derdianos não usam a palavra "Não". Dizem sempre Sim, embora se quiserem dizer "Não", abanem a cabeça para cima e para baixo de forma enfática enquanto franzem o sobrolho e dizem "Sim".
- Comportamento no trabalho: As ferramentas são específicas para cada um dos sexos: Tesouras e Réguas só podem ser tocadas por homens. Fita e cordel só podem ser tocados por mulheres. Os lápis e o papel são neutros.
- Estrangeiros: Os Derdianos gostam de companhia. Mas eles estão muito orgulhosos da sua cultura. Eles esperam que os estrangeiros se adaptem à sua cultura. O seu comportamento é muito natural para eles e é por isso que não o podem explicar aos outros.

### *Instruções para os Engenheiros*

- São um grupo de engenheiros de uma empresa internacional. A vossa empresa acaba de assinar um contrato muito importante com o governo de Dardia para ensinar aos Derdianos como construir uma ponte. Têm de o fazer num curto espaço de tempo (têm apenas 30 minutos para ensinar aos Derdianos como construir uma ponte), caso contrário o contrato será cancelado e perderão o vosso emprego. Dardia é um país muito montanhoso e leva muitos dias para os Derdianos irem à cidade mais próxima. Com uma ponte os Derdianos poderiam fazer uma viagem em 2 horas. Mas lembrem-se que não podem construir a ponte - têm de ensinar aos Derdianos como construí-la.

### **Passo 2**

#### *Preparação nos grupos:*

- Leia atentamente as instruções. Engenheiros: Decidam em conjunto sobre a forma como vão construir a ponte. Derdianos: Estudem e pratiquem os vossos padrões de comportamento cultural.
- Após 15 minutos: Dois membros da equipa de engenheiros serão autorizados a ir e fazer um primeiro contacto com os Derdianos durante 3 minutos, depois deverão reportar à vossa equipa.
- O grupo de engenheiros vai ter com os Derdianos para os ensinar a construir a ponte.

### **Passo 3**

#### A construção da ponte:

- A ponte modelo deve estender-se sobre duas cadeiras a uma distância de 80 cm. Tem de ser estável. As peças da ponte devem ser cortadas e montadas em Dardia, para que os Derdianos aprendam todas as fases da construção. Cada peça tem de ser desenhada com lápis e régua e cortada com uma tesoura.
- O modelo da ponte deve ser construído em 30 minutos.

### **Passo 4**

#### *Reflexão após o jogo:*

- Os dois grupos pegam num *flipchart* e registam os seus comentários aos três pontos seguintes:
  - Factos: Anotem apenas factos (e não perceções) sobre as regras de conduta.
  - Sentimentos: Que emoções observou?
  - Interpretação: Discutir a tendência para pensar que outros pensam (ou devem pensar) da mesma forma que nós; que muitas vezes interpretamos coisas que são diferentes como sendo certas ou erradas, sem considerar as diferenças de comportamento cultural.
  
- Discussão dos desafios da comunicação: O que aprendeu sobre cada cultura? Que suposições fez? Que pressupostos se revelaram incorretos?
  
- Explique a metáfora! Padrões de comunicação e de comportamento.

***Duração:*** 1 hora e meia

### **Exercício 3: Troca de autoimagens em grupos interprofissionais**

#### ***Descrição geral:***

Com este exercício, os participantes debaterão a autoimagem de cada profissão. De acordo com que princípios gerais é que o trabalho social e a polícia funcionam? Como é que a estrutura organizacional afeta o trabalho profissional? Quais os métodos de trabalho que utilizam? Como é a sua relação com os utentes?

Este exercício visa definir a própria profissão em termos de condições de enquadramento, tarefas e deveres, assim como obter uma imagem clara da outra profissão. Esta é a base do conhecimento, da aceitação mútua, bem como da comunicação, coordenação e finalmente da colaboração.

#### ***Materiais:***

- *Folhas de flipchart, marcador de flipchart*

#### ***Instruções:***

##### **Passo 1**

- Dividir os formandos em pequenos grupos mistos de dois/três trabalhadores sociais e dois/três agentes da polícia.
- Discutir as profissões com enfoque recíproco em preconceitos, diferenças e semelhanças e anotar os aspetos mais relevantes da sua discussão num *flipchart*. Trabalhar com desenhos e símbolos, em vez de usar palavras, pode ser útil.

##### **Passo 2**

- Apresentar e discutir os aspetos mais relevantes da sua discussão com os outros

***Duração:*** 30-40 minutos

## Exercício 4: Nuvens de palavras

### *Descrição geral*

As nuvens de palavras podem ser produzidas com uma ferramenta online interativa como o Mentimeter, que permite a um apresentador envolver a audiência, recolher respostas a uma pergunta e apresentar imediatamente todas as respostas agregadas como uma nuvem de palavras.

Esta ferramenta pode ser utilizada na recolha de estereótipos e qualidades das duas profissões. À medida que os participantes digitam certos atributos que associam à outra profissão no sistema, permanecem anónimos e evitam assim o confronto direto com o outro grupo. Não são apresentadas entradas individuais. Em vez disso, uma nuvem de palavras é uma representação visual de palavras que são mais frequentemente utilizadas quando os participantes descrevem as profissões e os seus representantes. Desta forma, o preconceito potencial é visualizado de uma forma indireta e amigável.

### *Materiais:*

- W-Lan acesso à Internet para todos os participantes; Smartphones; [www.mentimeter.com](http://www.mentimeter.com)

### *Instruções:*

- Preparar as perguntas numa sessão de Mentimeter, por exemplo: "O que lhe vem à cabeça quando pensa em agentes policiais/trabalhadores sociais"?
- Peça aos trabalhadores sociais e aos agentes da polícia que utilizem o seu dispositivo eletrónico privado para entrar em [www.menti.com](http://www.menti.com) e para digitar palavras únicas que associem à outra profissão.
- Peça a um grupo de cada vez.
- Apresente os resultados separadamente em nuvens de palavras ao público e discuta os resultados.

**Duração:** máx. 30 minutos.

## Exercício 5: Troca de informações sobre esquemas de formação profissional

### **Descrição geral:**

Os participantes reconhecem as diferenças dentro das estruturas históricas e organizacionais dos diferentes esquemas de formação profissional e compreendem os conceitos-chave no programa de formação e o lugar da prevenção no trabalho diário. Finalmente, desenvolvem uma visão e compreensão da lógica dos princípios orientadores da outra profissão.

### **Instruções**

Passo 1: Trabalho em pares dentro das profissões para reconstruir os seus programas de formação.

Passo 2: 2 agentes policiais e 2 trabalhadores sociais apresentam e explicam os seus programas de formação básica e contínua um ao outro. Aqui apontam os elementos que consideram mais cruciais para a prática profissional diária. Que temas de formação parecem ter maior impacto nas imagens gerais da polícia e do trabalho social?

Passo 3: Agentes da polícia e trabalhadores sociais relatam à assistência o que aprenderam sobre a outra profissão. Podem utilizar *flipcharts*, mapas mentais, diagramas, etc.

Passo 4: As alterações finais são apresentadas por conferencistas especializados nos temas de policiamento e trabalho social, sobre o desenvolvimento histórico, políticas e práticas.

**Duração:** máx. 20 minutos

Neste momento, **oradores convidados** (ou os próprios formadores) podem dar informações adicionais sobre o desenvolvimento histórico das profissões e respetivos esquemas de formação profissional no país (e para além dele). O trabalho social e o policiamento comunitário devem ser explicados no que diz respeito aos esquemas nacionais de formação profissional administrativa.

### **Ensino e formação em trabalho social**

Uma breve introdução à história do trabalho social como profissão pode ser construída em torno destas questões:

- Quais foram as condições sociais, políticas e económicas que estiveram na origem da profissão de trabalho social?
- Como se desenvolveu a formação profissional para o trabalho social (e áreas afins) como disciplina académica?
- O trabalho social é uma ciência?

### **Formação especial em prevenção do crime e policiamento comunitário**

A formação em prevenção do crime e policiamento comunitário é uma questão bastante complexa dentro da estrutura da formação policial. Em certa medida, a prevenção do crime faz parte de cada

formação policial básica, mas as questões mais específicas da prevenção do crime são ensinadas exclusivamente em cursos de formação contínua dentro da força policial. Além disso, os agentes da polícia podem receber formação adicional em instituições especiais fora da polícia (por exemplo, prevenção de dependência e abuso de substâncias, gestão de segurança, policiamento com base em informações, etc.). Os oradores convidados podem concentrar-se nestas questões:

- Em que medida a prevenção faz parte da formação geral da polícia?
- Que matérias são ensinadas em módulos separados de prevenção do crime?
- Que tipo de conhecimentos especializados obtêm os agentes de prevenção do crime e como aplicam estes conhecimentos especializados no policiamento comunitário?

## Exercício 6: Vista de campo – Análise Sócio-espacial

### **Descrição geral:**

Os participantes da formação devem ser sensibilizados para os atributos físicos e sociais dos locais públicos a fim de poderem ligar os problemas sociais às estruturas locais. Nas análises sócio-espaciais, devem ser observadas formas de utilização e apropriação do espaço público, a fim de melhor compreender o significado e a avaliação dos problemas estruturais locais. É elaborado um protocolo de observação de acordo com os critérios de funcionalidade e estética dos lugares e são anotadas as observações das interações sociais. Ao mesmo tempo, o problema da interpretação de situações sócio-espaciais deve tornar-se claro: que diferentes interpretações podem ser encontradas entre os grupos de trabalho social e a polícia no que diz respeito aos problemas de segurança?

### **Materiais:**

- Locais particulares da cidade local serão selecionados e visitados em pequenas equipas
- Preparar mapas da cidade que mostrem como lá chegar e planos detalhados das localidades
- Preparar um modelo para um protocolo de observação

### **Instruções:**

#### **Passo 1: Visita de estudo**

Serão selecionados vários locais a visitar em pequenas equipas (por exemplo, estações de comboio, estações de metro, praças urbanas, parques, casas de banho públicas). Podem ser formadas equipas separadas de acordo com a sua profissão: a) trabalhadores sociais; b) agentes de polícia (não fardados!).

O **modelo para um protocolo de observação** pode fazer perguntas tais como:

<b>Em relação ao espaço:</b>	<b>Em relação às pessoas no espaço:</b>
Que tipo de edifícios existem em termos de tamanho, volume, material? Como é que eles são?	Quem está a utilizar estes espaços?
Existem pátios? Como é que eles aparecem? O que é que há para ver?	Quanto tempo ficam as pessoas (é um espaço de trânsito ou um lugar para permanecer)?
Existem lojas, bares, restaurantes, recintos desportivos, complexos habitacionais, instalações de transportes públicos, estações de táxis, zonas pedonais, passagens, parques infantis, etc.?	O que é que as pessoas estão a fazer? Existe interação social?
Qual é o carácter geral do lugar?	Existem diferentes gerações e culturas? Há predominância de certos grupos neste local?

Que tipo de mobiliário existe?	Com que estado de espírito estão as pessoas a usar este espaço?
Existem sinais de graffitis ou de <i>tagging</i> ? Declarações políticas, sinais de subculturas?	Observa conflitos? Que tipo de conflitos e de que se trata?
Existem espaços verdes? Que flora e fauna vê?	Imagine este lugar noutra época do ano! O que é que vai mudar?

## **Passo 2: Análise da visita de estudo na sessão**

As observações serão partilhadas com a audiência. Poderão ser apresentadas fotografias tiradas na visita de estudo.

Discutir o nexó sócio-espacial em pequenos grupos (misto 2x2):

- De que forma as características físicas e sociais estão relacionadas? Será que uma causa a outra?
- Existem hot spots de crime? Existem "potes de mel" (atrações para certas populações)?
- Que tipo de problemas de segurança e proteção (podem) ocorrer?
- Quais são as causas potenciais de conflito?
- O que determina a forma como as pessoas agem e se comportam no espaço observado?

Em alternativa:

- Imagine ver o lugar pelos olhos da outra profissão. O que é que eles veriam?

Questões finais:

- O que precisa de ser feito para tornar este lugar melhor, mais agradável, mais seguro?
- Como podem a polícia e os trabalhadores sociais agir em conjunto para o conseguir?
- Quem mais deve ser envolvido (serviços de transporte público, urbanistas, designers de produto, arquitetos paisagistas, escolas, etc.)?

***Duração:*** 4-6 horas (dependendo da localização dos locais seleccionados)

## Questões para revisão

- Quais são as principais diferenças na cultura profissional entre a polícia e o trabalho social?
- Que conceitos em policiamento e em trabalho social podem ajudar a convergir as duas profissões? Identificar os elementos-chave nos conceitos!
- Que práticas de trabalho social/policiamento considera mais eficazes para intervenções conjuntas no espaço público?
- Quais (alterações a) estruturas organizacionais são necessárias para alcançar uma melhor cooperação entre a polícia e o trabalho social?
- Descrever uma situação em que a análise sócio-espacial possa ser aplicada como um método útil para resolver conflitos no espaço público.

## Referências

- AG Sozialer Raum der OGSA (2016): *Soziale Arbeit und öffentlicher Raum in der Stadt*. Positionspapier. In: [www.ogsa.at/ags/sozialer-raum](http://www.ogsa.at/ags/sozialer-raum) (May 17th, 2019).
- Barber B. (1963): Some Problems of the Sociology of the Professions. In: *Daedalus – Journal of the American Academy of Arts and Sciences*; Fall 1963; The MIT Press; Cambridge.
- Baum, D. (2018): *Lehrbuch Stadt und Soziale Arbeit. Stadtsoziologische Grundlagen Sozialer Arbeit*. Beltz Juventa.
- Bayley, D. and Shearing C.D. (1996). The Future of Policing. *Law & Society Review*, Vol. 30, No. 3.
- Biggs J. And Tang C. (2011): *Teaching for Quality Learning at University. What the Student Does. Society for Research into Higher Education*. 4<sup>th</sup> Edition. Open University Press. Maidenhead.
- Boettner, J. (2007): Sozialraumanalyse. Soziale Räume vermessen, erkunden, verstehen. In: Michelschwartz, B. (eds.): *Methodenbuch Soziale Arbeit. Verlag für Sozialwissenschaften*.
- Bolle, P. (1998). La Police de proximité: Notion, Institution, Action. *EGUZKILORE*, Número 12. San Sebastián. Retrieved from: <http://www.ehu.es/documents/1736829/3342827/Eguzkilore+12-14.+Pierre-Henri+Bolle.pdf>
- Braga, A. (2008). *Problem Oriented Policing and Crime Prevention*. Criminal Justice Press Monsey, New York, U.S.A. Retrieved from: [http://www.popcenter.org/library/reading/pdfs/braga\\_pop\\_intro.pdf](http://www.popcenter.org/library/reading/pdfs/braga_pop_intro.pdf)
- Brien, P. (2015). *Guide: La police de proximité, un concept appliqué à la Francophonie*. Collection d'ouvrages FRANCOPOPOL, Montréal. Retrieved from:
- Burawoy, M. (2005): For Public Sociology. Presidential Address. *American Sociological Review*. Vol 70. February 4-28.
- Casey, J. (2010). Implementing Community Policing in Different Countries and Cultures. *Pakistan Journal of Criminology*, Vol. 2, No. 4. Retrieved from:
- Clarke R.V. and Eck J. (2003): *Become a Problem-Solving Crime Analyst - In 55 small steps*. Jill Dando Institute of Crime Science. University College London.
- Eck, J. and Spelman, W. (1987). *Problem Solving: Problem-Oriented Policing in Newport News*, Washington, DC:Police Executive Research Forum. Retrieved from: <http://trove.nla.gov.au/work/5604648?q&versionId=6525309>
- ECTS Users' Guide* (2009). European Commission. Luxembourg.
- ECTS Users' Guide* (2015): European Commission. Luxembourg. [https://europass.cedefop.europa.eu/sites/default/files/ects-users-guide\\_en.pdf](https://europass.cedefop.europa.eu/sites/default/files/ects-users-guide_en.pdf).
- Fegert, J. M., Schrappner, C. (2004): *Kooperation Jugendhilfe – Jugendpsychiatrie*. Beltz Juventa.
- Fisher-Stewart, G. (2007). *Community Policing Explained: A Guide for Local Governments*. Washington, DC; Office of Community Oriented Policing Services, U.S. Department of Justice. Retrieved from: [https://cops.usdoj.gov/pdf/vets-to-cops/cp\\_explained.pdf](https://cops.usdoj.gov/pdf/vets-to-cops/cp_explained.pdf)
- FH JOANNEUM (2019): *Soziale Arbeit*. In: <https://www.fh-joanneum.at/soziale-arbeit/bachelor/en> (July 26th, 2019).
- Floeting Holger (Hrsg.) (2015): *Sicherheit in der Stadt: Rahmenbedingungen, Praxisbeispiele, Internationale Erfahrungen*. Edition Difü. Deutsches Institut für Urbanistik. Bd. 14.

- Galuske, M. (2013): *Methoden der Sozialen Arbeit. Eine Einführung*. Juventa.
- Garland D. (2001): *The Culture of Control - Crime and Social Order in Contemporary Society*. University of Chicago Press.
- Goldstein H. (1990): *Problem Oriented Policing*. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- Hinte, W. (2009): Eigensinn und Lebensraum. Zum Stand der Diskussion um das Fachkonzept „Sozialraumorientierung“. In: *Vierteljahresschrift für Heilpädagogik und ihre Nachbargebiete*. 1/2009. 20-33.
- Hollis, F. (1977): Die psychosoziale Arbeitsweise als Grundlage Sozialer Einzelhilfepraxis. In: Roberts, R., Nee, R. (eds.): *Konzepte der Sozialen Einzelhilfe. Stand der Entwicklung. Neue Anwendungsformen*. Labmbertus. 47-90.
- Hope T. (1995): Community Crime Prevention. In: Tonry und Farrington (Eds.): *Building a Safer Society – Strategic Approaches to Crime Prevention. Crime and Justice*, Volume 19; Chicago University Press. Chicago.
- Iltaforyouth (2019): *The Derdians and Engineers*. In: <https://www.iltaforyouth.com/the-derdians-and-engineers/> (May 17th, 2019).
- Interfaithalliance (2019): *Deridian and Engineers Role Playing*. In: <https://interfaithalliance.org/cms/assets/uploads/2016/09/Deridian-and-Engineers-Role-Playing.pdf> (May 17th, 2019).
- Jenkins, S. (2013). *Securing communities: summaries of key literature on community policing*. Overseas Development Institute, London. Retrieved from: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8657.pdf>
- Karas, F., Hinte, W. (1978): *Grundprogramm Gemeinwesenarbeit. Praxis des sozialen Lernens in offenen pädagogischen Feldern*. Wuppertal 1978.
- Kelber, M. (1965): Was verstehen wir unter Gruppenpädagogik? *Haus Schwalbach*. 1-13.
- Konopka, G. (1971): *Soziale Gruppenarbeit: Ein helfender Prozess*. Weinheim. 1971.
- Krisch, R. (2002): Methoden einer sozialräumlichen Lebensweltanalyse. In: Deinet, U., Krisch, R. (eds.): *Der sozialräumliche Blick der Jugendarbeit. Methoden und Bausteine zur Konzeptentwicklung und Qualifizierung*. Verlag Leske und Budrich. 87-154.
- Lattke, H. (1955): *Soziale Arbeit und Erziehung. Ihre Ziele, Methoden und psychologischen Grundlagen*. Freiburg.
- Legnaro A. (1997): *Konturen der Sicherheitsgesellschaft – Eine polemisch-futurologische Skizze*. In: *Leviathan* 25/2.
- Ludes, P. (1977): Art „Gemeinwesenarbeit“. In: Schwendtke. 107-108.
- Monjardet, Dominique (1996). *Ce que fait la police: sociologie de la force publique*. Paris, Éditions la Découverte.
- Möller, K. (2019): Ordnungshüter mit und ohne Uniform? Was polizeiliche und Soziale Arbeit verbindet und trennt. In: *Soziale Arbeit. Zeitschrift für soziale und sozialverwandte Gebiete*. 5&6/2019. 163-171.
- Perlman (1973): *Soziale Einzelhilfe als problemlösender Prozess*. Freiburg.
- Ponsaers, P. (2001). "Reading about 'community (oriented) policing' and police models", *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, Vol. 24, n°4, 470-496.

- Rosenbaum D.P., Lurigio A.J., Davis R.C. (1998): *The Prevention of Crime: Social and Situational Strategies* (Contemporary Issues in Crime and Justice). Wadsworth Publishing; Belmont CA.
- Skogan, W. And Hartnett S. (1999). *Community Policing, Chicago Style*. Oxford University Press. Oxford.
- Saville, G. & Cleveland, G. (1997): *2nd generation CPTED: An antidote to the social Y2K virus of urban design*. Paper presented at the 2nd Annual International CPTED Conference, Orlando, Florida, 3–5 December 1997, [www.cpted.net](http://www.cpted.net)
- Saville, G. and Cleveland, G. (2003a). An introduction to 2nd Generation CPTED: Part 1.' *CPTED Perspectives*. 6 (1): March: 7–9.
- Saville, G. and Cleveland, G. (2003b). 'An introduction to 2nd Generation CPTED: Part 2.' *CPTED Perspectives*. 6 (2): June: 4–8.
- Saville G. and Cleveland G. (2013): Second Generation CPTED: The Rise and Fall of Opportunity Theory. In: Atlas R.: *21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention*. 2nd Edition. Taylor & Francis - CRC Press. Boca Raton, FL.
- Sutton A., Cherney A., White R. (2008): *Crime Prevention: Principles, Perspectives and Practices*. Cambridge University Press.
- Vinter, R. D. (1972): Gruppenpädagogik. In: Müller. 194-207.
- Ward, C. (1998). *Community Education and Crime Prevention: Confronting Foreground and background Causes of Criminal Behaviour*, Bergin & Garvey.
- Weisburd, D., Telep, C., Hinkle, J. and Eck, J. (2008). *Effects of Problem-Oriented Policing on Crime and Disorder*. Retrieved from: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/224990.pdf>
- Wood J. and Shearing C. (2007): *Imagining Security*. Willan Publishing. Cullompton and Portland.

## Leituras adicionais

- Antonovsky A. (1979): *Health, Stress and Coping. The Jossey-Bass Social and Behavioral Science Series*. Jossey-Bass Inc. Pub; 1st edition.
- Antonovsky A. (1987): *Unravelling the Mystery of Health: How People Manage Stress and Stay Well*. Jossey-Bass Inc. Pub; 1st edition.
- Deinet, U., Krisch, R. (2002): *Der sozialräumliche Blick der Jugendarbeit*. Springer.
- Denney, L. and Jenkins, S. (2013). *Securing communities: the what and how of community policing*. Overseas Development Institute, London. Retrieved from: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8491.pdf>
- Den Ouden H. and Rottlaender E.-M. (2017): *Hochschuldidaktik in der Praxis: Lehrveranstaltungen planen – Ein Workbook*. UTB Barbara Budrich Verlag. Opladen & Toronto.
- Deutsches Zentralinstitut für Soziale Fragen (2019): Soziale Arbeit und Polizei. In: *Soziale Arbeit – Zeitschrift für soziale Arbeit und sozialverwandte Gebiete*. May-June 2019.
- Dynamo International (2008): *International Guide on the Methodology of Street Work throughout the World*. International Network of Social Street Workers. Dynamo International. Bruxelles. SS-410-2009.
- Ebertz, M. N., Schwab, J. E. (2017): *Partner in ähnlicher Mission? Polizei und Soziale Arbeit. Eine empirische Feldstudie zu Fremd- und Selbstbildern der Berufsgruppen in der Kooperation*. Hartung-Gorre Verlag.
- Feltes, T. (2017): Das Projekt „Kurve kriegen“. Wie die Soziale Arbeit von Politik und Polizei vereinnahmt wird. In: *Soziale Arbeit. Zeitschrift für soziale und sozialverwandte Gebiete*. 9/2017. 346-351.
- Fritsch, K. (2019): Praktische Überlegungen zur Kooperation von Sozialer Arbeit und Polizei. In: *Soziale Arbeit. Zeitschrift für soziale und sozialverwandte Gebiete*. 5&6/2019. 192-198.
- Gill, C., Weisburd, D., Telep, C.W. et al. (2014). Community-oriented policing to reduce crime, disorder and fear and increase satisfaction and legitimacy among citizens: a systematic review. *Journal of Experimental Criminology*, Volume 10, Issue 4. Retrieved from: <http://link.springer.com/article/10.1007/s11292-014-9210-y>
- Hurrelmann K. und Klotz T. (2014): Krankheitsprävention und Gesundheitsförderung, in: dies. (Hrsg.) *Lehrbuch Prävention und Gesundheitsförderung*, Verlag Hans Huber, Bern, S. 13 – 24.
- IFSW – International Federation of Social Workers. <https://www.ifsw.org/regions/europe/>
- Kelling, G., Pate, T., Dieckman, D., Brown, C. (1974). *The Kansas City Preventive Patrol Experiment: A summary Report*. Police Foundation, Washington, DC. Retrieved from: <https://www.policefoundation.org/publication/the-kansas-city-preventive-patrol-experiment/>
- Lattke, H. (1962): *Sozialpädagogische Gruppenarbeit*. Freiburg.
- Mielenz, I. (1981): Die Strategie der Einmischung. Sozialarbeit zwischen Kommunalpolitik und Selbsthilfe. In: Müller, S. (eds.): *Soziale Arbeit als soziale Kommunalpolitik. Ansätze zur aktiven Gestaltung lokaler Lebensbedingungen*. Neue Praxis. Sonderheft. 6/1981. 55 ff.
- Möller, K. (2016): *„Die kann ich nicht ab!“ Ablehnung, Diskriminierung und Gewalt bei Jugendlichen in der (Post-)Migrationsgesellschaft*. Wiesbaden.

- Parmar A. (2014): Methods of Social Work and Its Role in Understanding Team Climate and Team Effectiveness for Organizational Development. In: *Journal of Sociology and Social Work*. Vol. 2, No.1; pp. 303-318. American Research Institute for Policy Development.
- Röggla, K. (2019): Nicht ignorieren, nicht verbünden. In: *Soziale Arbeit. Zeitschrift für soziale und sozialverwandte Gebiete*. 5&6/2019. 208-216.
- Simon, T. (2019): Sozialarbeit und Polizei. Neue Aufgaben, Gemeinsamkeiten und notwendige Grenzen. In: *Bürgerrechte und Polizei*. 2/1999. [http://archiv.cilip.de/Hefte/CILIP\\_063.pdf](http://archiv.cilip.de/Hefte/CILIP_063.pdf) (May 17th 2019).
- Skolnick, J. H., & Bayley, D. H. (1988). *Community policing: Issues and practices around the world*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice. Retrieved from: <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=111428>
- Stadt Wien (2019): *Polizei in Wien*. In: <https://www.wien.gv.at/verwaltung/organisation/staat/polizei/> (May 17th, 2019)
- Wildt J. (2004): „The Shift from Teaching to Learning“ – Thesen zum Wandel der Lernkultur in modularisierten Studienstrukturen. In: Ehlert H. and Welbers U. (Eds.): *Qualitätssicherung und Studienreform. Strategie und Programmentwicklung für Fachbereiche und Hochschulen im Rahmen von Zielvereinbarungen am Beispiel der Heinrich-Heine-Universität Düsseldorf*. Grupello Verlag. Pp. 168-178.
- Wilson, J. and Kelling, G. (1982). *Broken windows: the police and neighbourhood safety*. Atlantic Monthly. Retrieved from: [http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/?single\\_page=true](http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/?single_page=true)

## Módulo 2

### Utilização de substâncias entre os jovens:

Prevenção e redução de  
danos na vida noturna



## Objetivos

- Aprender sobre substâncias e classificação, redução de danos e prevenção de drogas
- Considerar diferentes perspectivas sobre as atividades noturnas (juventude, trabalho social, polícia)
- Melhorar a colaboração entre profissões na economia da vida noturna

## Competências pretendidas

- **Resultados da aprendizagem cognitiva:**

Compreender as culturas juvenis e a motivação para o uso de substâncias entre os jovens (curiosidade, diversão, frustração, etc.)

Compreender a relação entre legalização/criminalização e risco para a saúde (nocividade)

Compreender os regulamentos da lei sobre drogas e respetivos métodos de policiamento

Aprender a reconhecer os efeitos das drogas e compreender a interação entre substância, usuários e ambiente social

Os participantes compreendem os métodos de prevenção (com base em fatores de risco e fatores de proteção), e podem aplicá-los em situações específicas

- **Resultados da aprendizagem afetiva:**

Reconsiderar atitudes sobre o enquadramento cultural do uso de substâncias (por exemplo, álcool) e o efeito da globalização cultural e económica (por exemplo, cenas musicais).

Trocar ideias sobre a relação entre a criminalidade relacionada com a droga e o consumo de substâncias

- **Resultados da aprendizagem (psico)-motora:**

Desenvolver uma nova base de colaboração na prática, por exemplo, projetos de colaboração sobre "repressão + prevenção + redução de danos"

Criação de redes: autoridades locais, indústria do entretenimento, polícia, trabalho social e residentes

Os participantes podem agir em situações médicas críticas de uma possível overdose em cenários de vida noturna.

## Temas principais<sup>14</sup>

Este módulo centra-se na colaboração entre o trabalho social e a polícia no que diz respeito ao consumo de substâncias na vida noturna. A formação SWaPOL para uma melhor colaboração entre as profissões centra-se em dois aspetos estreitamente relacionados: o consumo de substâncias psicoativas; e as peculiaridades da vida noturna como uma característica particular das subculturas juvenis. Primeiro, o consumo de substâncias psicoativas é problemático, tanto do ponto de vista do trabalho social, como do policiamento, como um problema de saúde (dependência) e como uma infração penal (tráfico de drogas). Em segundo lugar, o uso de substâncias na vida noturna está frequentemente associado à violência e a perturbações e torna-se um problema geral de ordem pública. A vida noturna vem acompanhada de diversão, e na maioria das vezes isto não conduz a um comportamento problemático. Em geral, o uso de substâncias faz parte do jogo. A substância mais comum neste contexto é o álcool, mas substâncias como a cannabis, XTC, metanfetaminas cristalinas e cocaína também são utilizadas. A polícia e o trabalho social devem elaborar alternativas às políticas de tolerância zero e assim garantir um ambiente seguro e saudável para todas as pessoas no espaço público.

No entanto, o trabalho social e a polícia podem ter opiniões diferentes sobre a origem do problema, sobre o problema em si, e sobre as formas de o resolver. Este módulo basear-se-á nas experiências e conhecimentos adquiridos no módulo 1 desta formação e encorajará os participantes a aplicar a sua compreensão profissional aos desafios especiais decorrentes do uso indevido de substâncias psicoativas. Mais uma vez, a apresentação de conhecimentos profissionais sobre substâncias e uso de substâncias deve ser equilibrada com exercícios didáticos que encorajem os participantes a trocar perspetivas, táticas e soluções de problemas. Uma boa compreensão do motivo de trabalho de cada um é a base para uma melhor cooperação na prevenção e redução de danos.

Serão abordados os seguintes temas-chave:

### 1. Que substâncias?

As substâncias são definidas pelo Currículo Europeu de Prevenção (EMCDDA, 2019a: 23-24) como qualquer substância psicoativa, incluindo:

- álcool
- produtos do tabaco (incluindo dispositivos de distribuição de e-nicotina), e
- outras drogas, muitas vezes ilícitas, incluindo cannabis, anfetaminas e cocaína, ou aquelas que são produzidas legalmente, mas são utilizadas apenas pelos seus efeitos psicoativos ou não médicos (por exemplo, medicamentos licenciados e novas substâncias psicoativas).

---

<sup>14</sup> Esta secção do manual de formação SWaPOL está estreitamente ligada a um manual publicado em 2019 pelo OEDT, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction), e recomenda-se a consulta desse manual juntamente com o presente manual (consultar: *European Prevention Curriculum - A handbook for decision-makers, opinion-makers and policy-makers in science-based prevention of substance use*). [https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11733/20192546\\_TDMA19001ENN\\_PDF.pdf](https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11733/20192546_TDMA19001ENN_PDF.pdf)

Falar de substâncias significa falar de produtos químicos que alteram a estrutura biológica ou o funcionamento do sistema nervoso quando administrados e absorvidos. Quando falamos de substâncias neste módulo de formação, falamos das substâncias psicoativas que afetam os sentimentos e percepções, processos de pensamento e/ou comportamento. Estes efeitos são alcançados através da alteração do funcionamento do cérebro e da espinal medula.

**As substâncias podem ser classificadas da seguinte forma (EMCDDA, 2019a: 27-28):**

- Os estimulantes do sistema nervoso central (SNC) - por exemplo, anfetaminas, cocaína, modafinil, nicotina, cafeína - aumentam a atividade do SNC. Tendem a aumentar o ritmo cardíaco e a respiração e oferecem uma sensação de euforia excitada, e alguns deles aumentam a sensação de sociabilidade.
- Os empatógenos (por vezes conhecidos como entactogénicos) - por exemplo MDMA, mefedrona, 6-APB - têm efeitos estimulantes, mas também produzem experiências de ligação emocional e empatia com outros. Dependendo da droga e da dose tomada, podem também ter efeitos psicadélicos.
- Os psicadélicos - por exemplo, ácido lisérgico dietilamida (LSD), dimetilriptamina (DMT), psilocibina, mescalina - causam mudanças marcadas no pensamento, percepções sensoriais e estados de consciência.
- Dissociativos - por exemplo, cetamina, óxido nitroso, dextrometorfano (DXM), fencyclidina (PCP) - causam alterações nas percepções sensoriais e produzem sentimentos de distanciamento (dissociação) do ambiente, dos outros e de si próprio.
- Os canabinóides - por exemplo, cannabis - têm efeitos desejados, incluindo um estado de relaxamento e melhorias no humor, com ligeiras alterações sensoriais.
- Depressores do SNC - por exemplo, álcool, benzodiazepinas, gama-hidroxibutirato (GHB) - deprimem ou reduzem a excitação ou estimulam o sistema nervoso a induzir o sono e o relaxamento e a reduzir a ansiedade. Os depressores do SNC, tais como o álcool, levam a melhorias no humor e na sociabilidade.
- Opiáceos - por exemplo, heroína, morfina, tramadol - causam relaxamento e por vezes melhorias no humor.

Esta formação não se concentra principalmente em dados epidemiológicos, ou seja, a natureza e extensão da utilização recente de substâncias, em particular as taxas de prevalência e incidência de grupos de utilizadores por substâncias psicoativas, por país. Podem ser solicitadas informações aos conjuntos de dados oficiais fornecidos pelo OEDT/EMCDDA e pelas autoridades nacionais (para dados epidemiológicos ver: o EMCDDA, 2019). Além disso, uma recolha nunca estará completa, uma vez que estão constantemente a ser produzidas novas substâncias químicas<sup>15</sup>. Em vez disso, neste curso para profissionais, concentramo-nos em métodos de prevenção e redução de danos

---

<sup>15</sup> Para ficar a par dos últimos desenvolvimentos das substâncias neste momento, consultar:

<http://www.thedrugswheel.com/>

que podem ser aplicados pelos trabalhadores sociais e agentes da polícia em conjunto. No entanto, será necessário um mínimo de compreensão sobre a utilização de substâncias para uma boa colaboração entre as duas profissões.

## 2. Compreender a utilização de substâncias

Nesta secção recomendamos, em primeiro lugar, esclarecer os preconceitos existentes sobre a utilização de substâncias; em segundo lugar, informar sobre as diferentes fases da utilização de substâncias, tal como proposto pelo sistema de classificação de diagnóstico, a fim de estimar o risco de desenvolver uma perturbação na utilização de substâncias; e, finalmente, discutir os fatores de risco e os fatores de proteção para compreender o contexto sociocultural das perturbações de utilização de substâncias.

### **Conceções erróneas sobre substâncias e utilizadores de substâncias**

Existem muitos conceitos e mitos errados na sociedade quando se trata de discutir substâncias psicoativas. Por exemplo, uma das falácias predominantes sobre substâncias é que as drogas legais são menos nocivas do que as drogas ilegais. É importante quebrar preconceitos a fim de se obter uma visão clara sobre substâncias e utilizadores de substâncias. A Comissão Global sobre Política de Drogas (2017) combate alguns dos preconceitos (seleção):

- "Muitos cidadãos acreditam que as drogas foram tornadas ilegais com base numa análise racional dos danos que causam. Na verdade, as decisões sobre o que proibir e o que permitir não foram geralmente tomadas apenas por painéis científicos ou médicos." (Global Commission on Drug Policy, 2017, p. 10);
- as drogas causam danos simultaneamente a vários níveis: danos físicos (danos agudos, crónicos, intravenosos), psicológicos e sociais (incluindo intoxicação e custos de cuidados de saúde);
- a heroína é classificada como a substância que traz mais riscos de dano a um indivíduo; mas quando olhamos para os danos individuais e sociais, o álcool é mencionado como o mais prejudicial. Portanto, o estatuto legal de uma substância não diz nada sobre os potenciais danos;
- quando uma substância é ilegal, os riscos de utilização da substância aumentam, por exemplo, a quantidade de THC na cannabis no contexto ilegal belga desta substância;
- nem todas as substâncias são (i)legais num país (por exemplo, o álcool é ilegal em algumas partes da Ásia, o ópio era legal na Índia e no Paquistão);
- os jovens usam substâncias ilegais "... por muitas das mesmas razões que a maioria daqueles que consomem álcool: para relaxar, socializar, por prazer; e não por terem uma dependência" (Global Commission on Drug Policy, 2017, p. 21);
- o uso problemático de substâncias não está necessariamente correlacionado com a criminalidade. A maioria das pessoas que consomem drogas, não se envolve em atividades criminosas. Algumas pessoas praticam o crime para pagar pelo seu próprio uso de substâncias.

### **O risco de desenvolver um distúrbio de utilização de substâncias**

Nem toda a utilização de substâncias vem acompanhada de consequências nocivas. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) calculou<sup>16</sup> que em 2013 no mundo inteiro 247 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada 20 pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, consumiram uma droga ilícita. Destes 247 milhões de utilizadores, 29 milhões sofrem de um distúrbio de uso de substâncias e destes 29 milhões apenas um em cada seis está em tratamento para o seu uso problemático. Para as pessoas que desenvolvem uma perturbação do uso de uma substância, as consequências na sua saúde, entre outras coisas como a função social e o bem-estar, podem ser enormes (Van Havere, 2012). Por outro lado, é evidente que nem todos os utilizadores de substâncias são utilizadores problemáticos. O número do UNODC mostra que 11% dos utilizadores são utilizadores problemáticos e 89% não o são. Assim, o padrão de utilização mais comum é não problemático.

Em geral, podem ser listadas **três fases de utilização de substâncias** que são consecutivas, mas independentes (EMCDDA, 2019a, pp. 28-29). Isto significa que entrar numa fase não significa necessariamente que o utilizador da substância irá progredir para a fase seguinte.

1. **Uso recreativo e esporádico**, em que o consumo de substâncias é moderado e esporádico, e ainda uma entre muitas atividades recreativas do indivíduo
2. **O uso intensificado, sustentado e progressivo**, no qual o uso de substâncias se intensifica, torna-se mais sustentado e frequente, e torna-se a principal atividade recreativa do indivíduo. Embora alguma diminuição no funcionamento social e pessoal comece a aparecer, o comportamento ainda é largamente organizado, e o indivíduo pode cumprir a maior parte dos seus papéis e responsabilidades
3. **A perda de controlo do uso de drogas e o desenvolvimento de uma desordem** relacionada com o uso de substâncias significa que as atividades relacionadas com substâncias são agora o principal foco do indivíduo.

Nos círculos psiquiátricos, são utilizados dois grandes esquemas de classificação que ajudam a diagnosticar os distúrbios de utilização de substâncias: A OMS atualiza regularmente a publicação da [Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados](#) (última versão CID-11); a Associação Psiquiátrica Americana publica o [Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais](#) (última versão DSM-5).

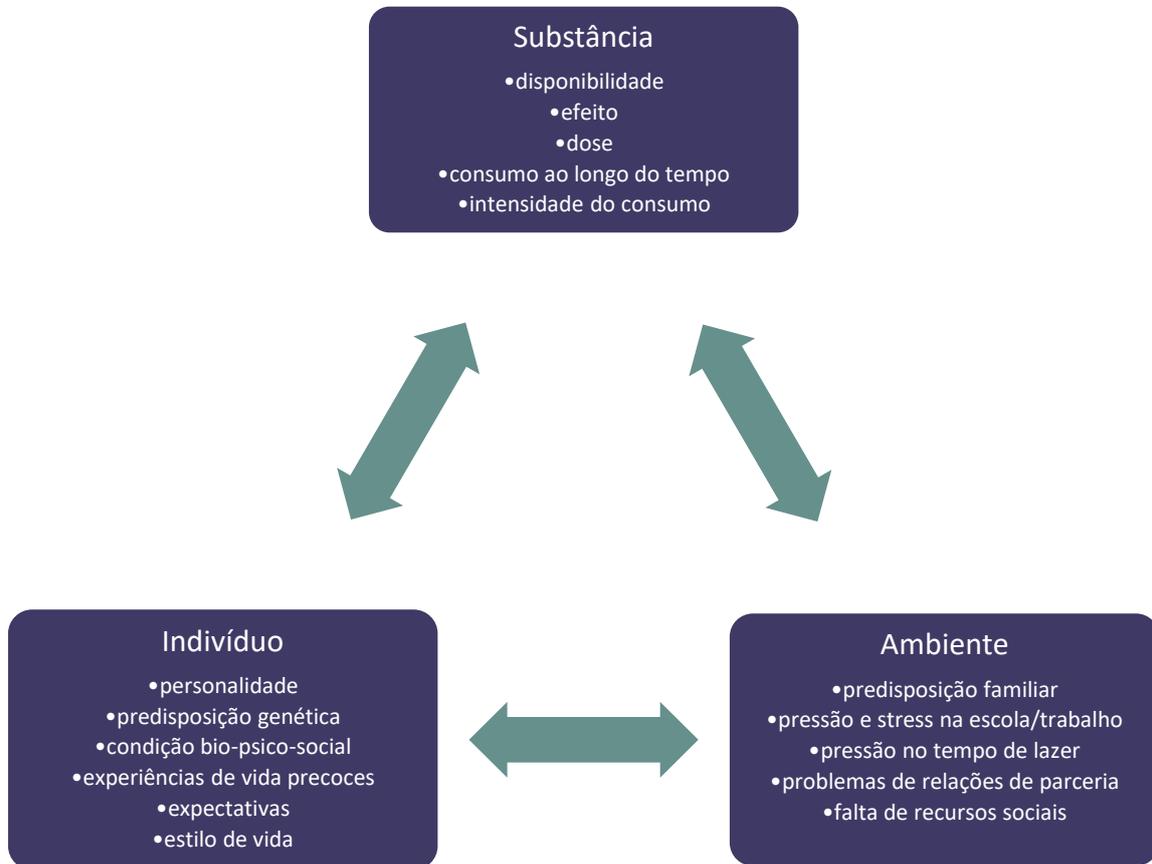
O risco de desenvolver um distúrbio de utilização de substâncias a partir de uma utilização esporádica e progressiva é uma questão complexa e é frequentemente explicada como uma interação de três fatores principais: a substância, o indivíduo, e o ambiente (Zinberg 1984). Os elementos destes fatores são apresentados na figura 2.

Estes fatores podem ser discutidos de acordo com o contexto sociocultural, que se refere às condições de vida da sociedade, tais como condições económicas altamente competitivas no mercado de trabalho que tornam a tensão e o sentimento de perspectivas futuras limitadas. Além disso, o consumo de substâncias psicoativas pode estar relacionado com as características particulares da cultura de consumo, juntamente com uma cultura de entretenimento e o desejo de excitação constante.

---

<sup>16</sup> Consultar: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/drug-use.html>

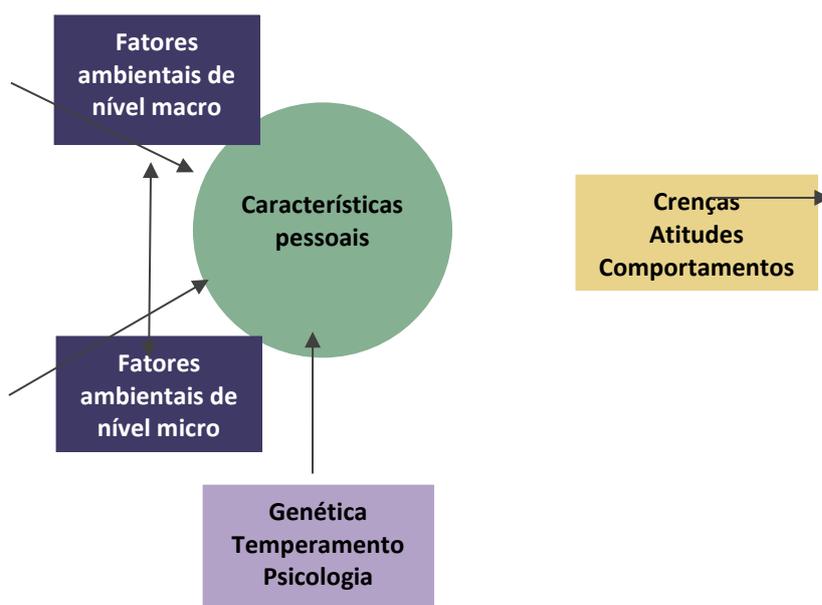
**Figura 2: Fatores explicativos do risco de desenvolver um distúrbio de utilização de substâncias a partir de uma utilização esporádica e progressiva**



Fonte: Adaptado a partir de Kielholz & Ladewig (1973). Consultar também: Zinberg (1984).

Um segundo modelo (Figura 3) que os formadores podem considerar útil numa apresentação aos participantes do SWaPOL é o modelo etiológico, baseado nas Normas Internacionais sobre Prevenção do Uso de Drogas (UNODC, 2013). Este modelo é citado no Currículo Europeu de Prevenção do OEDT/EMCDDA: "Estudos sobre as origens dos comportamentos de risco, tais como o uso de substâncias, mostram que o início do uso de substâncias envolve uma interação entre características pessoais individuais, tais como predisposição genética, temperamento e tipo de personalidade, diferenças na forma como se vê, ouve e 'sente' o ambiente ou pessoas circundantes, e experiências exteriores ao indivíduo" (EMCDDA, 2019a).

**Figura 3: Modelo etiológico**



Fonte: Curriculum Europeu de Prevenção (EMCDDA, 2019a: 32), baseado em UNODC (2013).

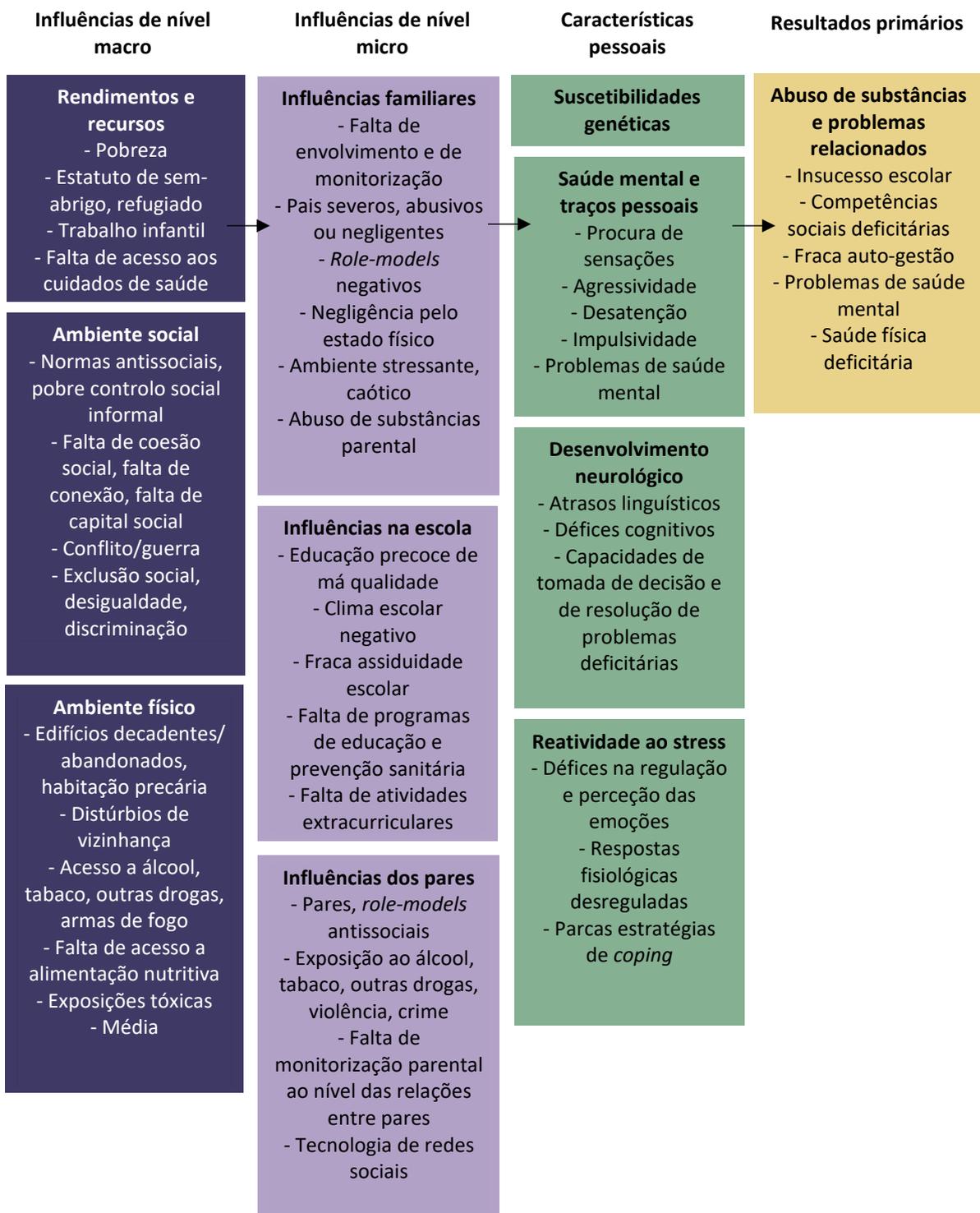
Em conjunto, o modelo Zinberg e o modelo etiológico<sup>17</sup> são úteis para desenvolver conceitos de prevenção, porque ajudam a identificar esses mecanismos no início de uma variedade de problemas sociais. Mais particularmente, os dois modelos foram apresentados com mais detalhe para identificar os fatores de risco que podem ser abordados através de intervenções de prevenção (figura 4).

Os **fatores de risco** são medidas de comportamento ou funcionamento psicossocial (incluindo atitudes, crenças e personalidade) que se verifica estarem associados ao aumento do risco de utilização de substâncias, incluindo *fatores contextuais* como, por exemplo, leis e normas favoráveis a comportamentos de utilização de substâncias ou privação económica e *fatores individuais e interpessoais*, por exemplo, predisposição genética e outras medidas fisiológicas, historial familiar de utilização de substâncias e atitudes em relação à utilização de substâncias, gestão familiar deficiente/inconsistente, conflito familiar e baixa ligação familiar (EMCDDA, 2019a, pp. 31).

Os **fatores protetores** reduzem a vulnerabilidade dos indivíduos e são características que compensam ou amortecem o impacto dos fatores de risco existentes (ibid). Exemplos de fatores de proteção são um bom temperamento individual, boas capacidades de autocontrolo, boa ligação como indivíduo com cuidadores, e como aluno: bom envolvimento com a escola, boa qualidade de educação, e coesão social positiva na vizinhança.

<sup>17</sup> Etiologia: O estudo que descreve como as doenças e outras perturbações são causadas.

**Figura 4: Fatores de risco que podem ser abordados através de intervenções de prevenção.**



Fonte: Curriculum Europeu de Prevenção (EMCDDA, 2019a: 35), baseado em UNODC (2013)

### 3. Prevenção e redução de danos

Ao abordar fatores de risco e fatores de proteção, foram desenvolvidas políticas de prevenção e organizadas intervenções em quatro grupos (EMCDDA 2019b):

**Prevenção universal:** dirige-se a populações inteiras, geralmente em contextos escolares e comunitários, com o objetivo de dar aos jovens as competências sociais para evitar ou atrasar o início do uso de substâncias.

**Prevenção seletiva:** intervenção com grupos, famílias ou comunidades específicas que têm maior probabilidade de desenvolver o consumo ou a dependência de drogas porque têm menos laços sociais e recursos. As abordagens de intervenção precoce podem ter objetivos diferentes, mas geralmente visam atrasar ou prevenir o início de problemas (incluindo o consumo de substâncias), em vez de responder quando surgem problemas.

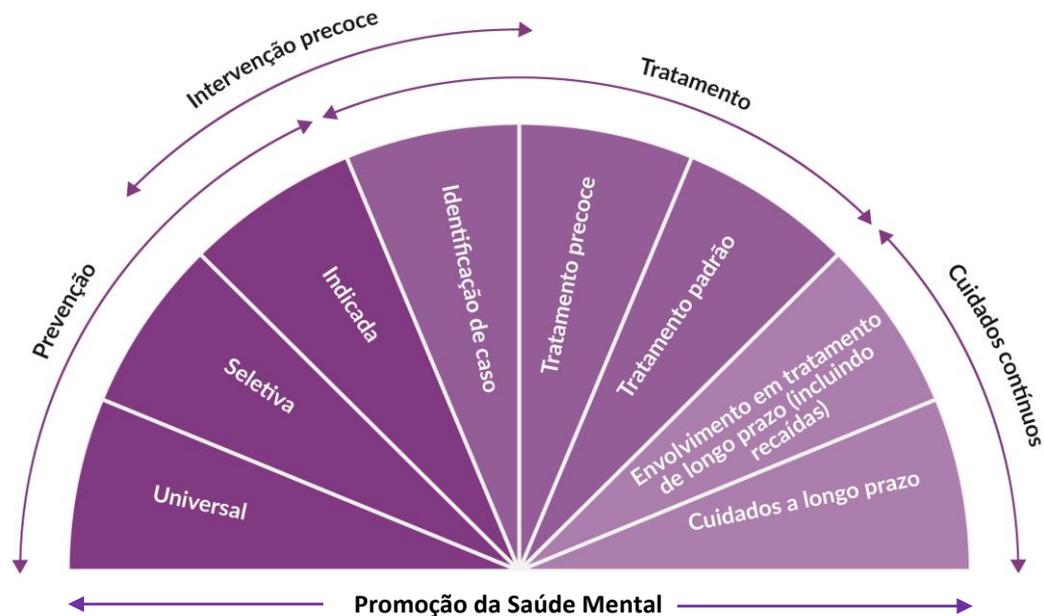
**Prevenção indicada:** uma abordagem que identifica indivíduos com problemas comportamentais ou psicológicos que se prevê que mais tarde na sua vida tenham um risco mais elevado de problemas de consumo de substâncias e intervém com esses indivíduos. Na maioria dos países europeus, a prevenção indicada continua a envolver principalmente o aconselhamento de jovens utilizadores de substâncias.

**Prevenção ambiental:** estratégias que visam os contextos de comportamento através da alteração dos estímulos e sugestões que orientam o comportamento. Medidas regulamentares (horários de abertura, proibição de fumar, normas de comportamento), físicas (forma/tamanho dos copos, gestão de multidões nos bares, ambiente escolar) e económicas (preços, impostos, incentivos) são aplicadas para estimular comportamentos mais adaptativos, mais saudáveis, ou para prevenir comportamentos prejudiciais.

EMCDDA (2019b): *Drug prevention: exploring a systems perspective*. Glossary, p.5.

Esta classificação pode ser útil e desencadear uma discussão construtiva entre os participantes do SWaPOL e o nível de intervenção. Também pode ser discutida em relação a um espectro mais amplo de "promoção da saúde mental" que se estende da "prevenção universal" aos "cuidados a longo prazo" (ver figura 5).

Figura 5: O espectro de intervenção da saúde mental para as perturbações mentais



Fonte: Mrazek & Haggerty, 1994: 23.

As intervenções precoces são uma forma de intervenção de prevenção indicada e ligam as categorias de prevenção e tratamento.

#### Breve nota para discussão: O que funciona na prevenção?



As provas mostram que uma mensagem como "Basta dizer não" é suscetível de ser contraproducente. As crianças expostas a esta mensagem são mais suscetíveis de utilizar substâncias (Global commission on drug policy, 2018, p. 31). Se dermos esta mensagem, não temos oportunidade de fornecer informação correta sobre os danos reais das substâncias psicoativas. Além disso, não há forma de introduzir o modo mais seguro e saudável de utilizar as substâncias.

A comissão global (p. 31) afirma também que as intervenções mais eficientes sobre o consumo de drogas ao longo da vida são os programas que se concentram na intervenção precoce (abordando ambientes sociais próximos, como a família e a escola) e no desenvolvimento social e comportamental (por exemplo, competências sociais como a resistência à pressão dos pares).

#### Redução de danos

Uma política de vida noturna da cidade deve adotar uma estratégia abrangente que combine diferentes abordagens de uma forma razoável: Prevenção e redução de danos. As estratégias de redução de danos são uma abordagem complementar útil para reduzir as lesões ou a morte devido ao uso de drogas, na esperança de que o indivíduo procure tratamento e outros apoios em alguma fase. A redução de danos baseia-se no reconhecimento de que muitas pessoas em todo o mundo são incapazes ou não estão dispostas a deixar de usar drogas ilícitas. Existe certamente uma sobreposição na prática entre estratégias de prevenção e redução de danos, mas para fins analíticos a redução de danos tem sido definida como:

"A redução de danos abrange intervenções, programas e políticas que procuram reduzir os danos sanitários, sociais e económicos do consumo de drogas para os indivíduos, comunidades e sociedades. Um princípio central da redução de danos é o desenvolvimento de respostas pragmáticas para lidar com o consumo de drogas através de uma hierarquia de objetivos de intervenção que colocam a tónica primordial na redução dos danos relacionados com a saúde do consumo continuado de drogas. Aborda as necessidades sanitárias e sociais imediatas dos consumidores de drogas problemáticas, especialmente os socialmente excluídos, oferecendo tratamento de substituição de opiáceos e programas de agulhas e seringas para prevenir mortes por overdose e reduzir a propagação de doenças infecciosas. Outras abordagens incluem trabalho de proximidade, promoção da saúde e educação." (EMCDDA <https://www.emcdda.europa.eu/topics/harm-reduction> ).

De acordo com a ONG 'Harm Reduction International'<sup>18</sup>, "a redução de danos baseia-se na justiça e nos direitos humanos - centra-se na mudança positiva e no trabalho com pessoas sem julgamento, coerção, discriminação ou exigência de que deixem de usar drogas como condição prévia de apoio" (<https://www.hri.global/what-is-harm-reduction>).

Em suma, segundo o OEDT/EMCDDA, "a redução dos danos dá uma clara primazia a uma perspetiva de saúde pública em que o imperativo é reduzir os danos imediatos, e a questão da abstinência a longo prazo do consumo de drogas não é abordada ou é deixada em aberto".

Como é que esta abordagem se enquadra com as agências de aplicação da lei? Como podem o trabalho social e a polícia estabelecer uma política de vida noturna que integre a prevenção, a redução de danos e a aplicação da lei?

---

<sup>18</sup> <https://www.hri.global/about>

## 4. O quadro legal sobre a utilização de substâncias

As leis sobre drogas nos países europeus variam substancialmente:

- Que substâncias são legais e ilegais?
- É proibida a posse, o consumo, a transmissão ou a venda?
- Existem diferenças na acusação de acordo com as quantidades de substâncias que são encontradas?
- O consumo é geralmente tolerado ou processado?
- Qual é a relação entre as autoridades de aplicação da lei e as autoridades sanitárias a nível regional/nacional?
- Que alternativas à acusação (desvio) têm os serviços responsáveis pela aplicação da lei (polícia, acusação, tribunal) para oferecer "tratamento em vez de punição"? - Para advertir um perpetrador, despedimento condicional, períodos de liberdade condicional, suspensão da ação penal, etc.
- Que medidas relacionadas com a saúde estão previstas na lei da droga e que agências têm o direito de efetuar tratamento para a dependência de substâncias?

A polícia terá de dar uma aula introdutória sobre os regulamentos (e práticas legais) específicos do país.

## 5. Primeiros socorros em casos de uso problemático de substâncias psicoativas

O uso de substâncias psicoativas pode apresentar algumas ameaças muito específicas para a saúde. Recomendamos uma apresentação por um orador convidado especializado que fale sobre potenciais situações que podem ocorrer em caso de overdose de substâncias. As medidas de primeiros socorros são muito específicas de acordo com o tipo e quantidade de substâncias tomadas.

Para esta parte, recomendamos a consulta do manual que foi produzido pelo consórcio do projeto 'Club Health - Healthy and Safer Nightlife of Youth', financiado ao abrigo do Programa de Saúde da UE 2008-2013<sup>19</sup> (Mendes & Mendes 2011).

Para apoiar uma sessão sobre primeiros socorros, podem ser consultados os anexos 5 e 6 do manual 'Club Health'. Aqui, são explicadas as seguintes situações críticas que podem surgir em relação à vida noturna, e respetivas medidas de primeiros socorros.

### Situações que ocorrem em eventos da vida noturna:

**1. Engasgamento ou asfixia:** Na varanda de uma discoteca um casal está a falar enquanto come amendoins. A senhora começa a rir, e depois de repente e violentamente engasga-se, mostrando sinais de uma obstrução das vias respiratórias.

**2. Apunhalar ou esfaquear:** À entrada de um bar, dois jovens discutem e um esfaqueia o outro no peito e abdómen, deixando a faca no corpo. O jovem começa a respirar com dificuldade e mostra sinais de perda de consciência.

**3. Paragem cardíaca:** Numa festa de transe, um jovem que estava a dançar desvairadamente cai sem causa aparente. Não está a respirar e não tem pulso.

**4. Queda:** Uma jovem que estava a dançar no topo de um pódio a dois metros de altura cai e mostra sinais de ter fraturado a sua clavícula. Após 20 minutos, ela vomita violentamente.

**5. Overdose de heroína:** Na entrada de um edifício perto de uma discoteca, dois jovens injetaram-se. Um parece muito angustiado dizendo-lhe que o outro "não respira nem responde, não acorda e pode estar morto".

**6. Overdose de álcool:** Uma jovem tem estado a participar num jogo de bebida, bebendo shots com alguns amigos. Ela parece confusa, começa a mostrar sinais de doença e depois mostra sinais de perda de consciência.

**7. Hemorragia (vidro cortado):** Dois jovens saem de um bar quando um deles corta o pé num vidro partido que estava deitado no chão. Ele começa a sangrar profusamente.

**8. Violação:** Um supervisor de uma porta de uma discoteca é abordado por uma jovem mulher perturbada e a chorar. Ela relata ter sido violada por dois homens que a seguiram a partir deste clube.

Ver anexos 5 e 6 do projeto *Club Health - Healthy and Safer Nightlife of Youth* (Mendes & Mendes 2011). Este manual pode ser descarregado aqui:

[https://www.club-health.eu/docs/EN/Club Health training of staff manual EN.pdf](https://www.club-health.eu/docs/EN/Club_Health_training_of_staff_manual_EN.pdf).

<sup>19</sup> Para mais informação consultar o *website* do projeto: <https://www.club-health.eu/>

Aqui está apenas um exemplo retirado desse manual:

**Overdose de heroína:**

Uma overdose pode ocorrer quando uma dose tomada é maior do que aquilo a que o utilizador está habituado. Tomar uma overdose pode levar a uma situação aguda, uma vez que a consciência pode ser perdida. Uma dose tolerável para um toxicodependente pode ser fatal para um utilizador pela primeira vez. A heroína atua no sistema nervoso central e um dos seus efeitos é retardar o ritmo cardíaco. As taxas de respiração também diminuem drasticamente. Qualquer um destes efeitos pode ser fatal se a dose for demasiado elevada.

Dependendo da pureza e dos níveis de tolerância do utilizador, uma dose letal de heroína pode variar entre 200 e 500mg, mas viciados crónicos sobreviveram a doses de 1800mg ou mais. No entanto, com a heroína de rua não existe uma dose absolutamente certa de "dose segura". Depende da tolerância, pureza e da quantidade tomada.

O principal sinal de overdose de heroína é uma depressão da respiração que pode resultar em morte por asfixia.

O tipo de drogas que são utilizadas por profissionais médicos para tratar alguém submetido a uma overdose de heroína são chamadas "antagonistas opióides"; os antagonistas opióides comuns são Naloxone e Naltrexone, que são medicamentos de prescrição não programada. Embora não estejam atualmente disponíveis sem receita médica, existem programas de redução de danos que podem distribuir prescrições legais de Naloxone aos usuários de heroína (e à sua família e amigos) como parte de esquemas de prevenção e educação de overdose (Mendes & Mendes 2011; p. 48).

## 6. Colaboração do trabalho social e da polícia num contexto de vida noturna

Com este conhecimento de base sobre substâncias, utilização de substâncias, a complexidade dos fatores de risco para desenvolver uma dependência, e os diferentes níveis de prevenção e redução de danos, a polícia e os trabalhadores sociais podem começar a desenvolver uma estratégia comum para uma melhor colaboração. Aqui, o desafio consiste em fazer um esforço conjunto para aplicar a teoria à prática. Evidentemente, a oportunidade de chegar a um acordo baseia-se em normas legais, no clima político de um país, e nas respetivas políticas de policiamento: Será a posse e o consumo de pequenas quantidades de drogas ilegais objeto de procedimento criminal? Irá a polícia concentrar-se no dogma da "tolerância zero" e prosseguir uma abordagem repressiva e reativa? Ou: a polícia concentra-se na investigação do tráfico de drogas em grande escala e pratica a não intervenção num cenário local de drogas? Por outro lado, a disponibilidade para colaborar com os trabalhadores sociais não depende tanto das políticas sociais nacionais, mas sim das ideologias individuais e das atitudes gerais em relação às autoridades.

Pode ser útil encorajar primeiro os participantes na formação SWaPOL a trocar diferentes pontos de vista e discutir a vida noturna a partir de diferentes perspetivas. Como interpretam as diferentes partes interessadas a situação da utilização de substâncias na vida noturna? Porque é que a utilização de substâncias é importante para os jovens ("notívagos")? Que tipo de problemas é que os trabalhadores sociais relatam do seu trabalho em instituições de assistência social? E como é que determinadas operações policiais em situações de vida noturna afetam a perceção dos agentes policiais sobre os jovens utilizadores de substâncias?

Neste debate podemos esperar ouvir falar de jovens que associam a vida noturna à liberdade, à socialização e à ausência de responsabilidades e obrigações. Eles procuram experiências rápidas e imediatas, e o uso de substâncias encaixa perfeitamente neste anseio de sensação (Calafat *et al.*, 2003).

Os jovens consideram o uso de substâncias - particularmente o álcool - como um hábito normal quando saem. Enquanto o consumo excessivo de álcool é certamente problemático por várias razões de saúde, perturbação e violência, há ainda um grande número de jovens que são utilizadores moderados ou não utilizadores. Em relação ao consumo ilícito de substâncias, Van Havere (2012) salientou que metade dos que saem à noite consomem substâncias ilegais, o que dá a impressão de que o consumo de drogas não é perigoso para a saúde. Contudo, há muitos fatores que levam os adolescentes a começar a utilizar substâncias ilícitas, por exemplo, rebelião, autoexperiência e *edgework* (Lyng 2008), relaxamento e alívio da tensão, ganhando energia. Mas na realidade, a curiosidade é um dos estímulos mais fortes para que os adolescentes entrem em contacto com substâncias quando estão juntos com os seus pares.

A maioria dos jovens dará razões positivas para a utilização de substâncias (Broekaert *et al.* 2010), mas os trabalhadores sociais e agentes da polícia verão a experimentação com substâncias mais problemática, embora de diferentes pontos de vista: Os trabalhadores sociais consideram frequentemente os utilizadores de substâncias como vítimas das suas circunstâncias, enquanto os agentes da polícia apontam para regulamentos legais e uma série de efeitos secundários negativos na comunidade e na ordem pública e segurança do tráfego.

Esta formação SWaPOL proporciona uma oportunidade para determinar práticas na interface das duas profissões. A interface entre o trabalho social e o policiamento pode ser definida da seguinte forma:

1. **Na interface entre o trabalho social e o policiamento no local**, quer os polícias podem considerar a não intervenção, quer os trabalhadores sociais podem considerar um apelo à aplicação da lei.
2. **Na interface entre o trabalho social e o policiamento em geral**, os representantes das duas profissões comprometem-se a planear e a conduzir medidas de prevenção em conjunto.
3. **Na interface entre o trabalho social e o policiamento**, a redução de danos e a prevenção da criminalidade devem ser conceitos que ambas as profissões podem aceitar como máximas na sua contribuição para a gestão da ordem pública.

#### **Os agentes da polícia terão de discutir:**

- Quando poderão praticar a não-intervenção?
- Quando é que precisam de praticar a aplicação da lei?
- Como é que os regulamentos legais da polícia se traduzirão em decisões na prática?
- Como irão aplicar o princípio da proporcionalidade no local?
- Como contribuirão para a redução dos danos e para a saúde individual?
- Quais são os limites da confidencialidade?

#### **Os trabalhadores sociais terão de discutir:**

- Existe acordo interno sobre as atitudes em relação às autoridades?
- Em que situações agudas é que recorrem à intervenção policial?
- Qual é a sua contribuição para a gestão da ordem pública?
- Como podem oferecer serviços aos clientes e também apoiar a polícia na investigação criminal?
- Como é que contribuem para a prevenção do crime?
- Quais são os limites da confidencialidade?

No contexto da prevenção das perturbações de utilização de substâncias, o trabalho social e a polícia podem trabalhar em conjunto no desenvolvimento de uma política para uma vida noturna mais segura e mais saudável. Embora os trabalhadores sociais e os agentes da polícia não se encontrem frequentemente na cena da vida noturna, podem beneficiar de uma atitude positiva uns para com os outros. Quais são alguns dos fatores de apoio e de obstrução à colaboração?

### "Assistentes de Polícia" na Bélgica

A Bélgica tem uma longa história de cooperação entre instituições de assistência social e de justiça (Van Steenberghe *et al.* 2015). Desde a introdução de um sistema de assistência à juventude em 1912, a relação entre as instituições de justiça criminal e as organizações de assistência social passou por várias mudanças institucionais até aos dias de hoje. Nos últimos tempos, a colaboração e a atribuição de papéis profissionais entre o trabalho social e a polícia tem sido objeto de investigação e avaliação contínuas.

As atividades sistemáticas de formação conjunta começaram com um projeto-piloto de 2010 a 2014. Este projeto investigou a qualidade da colaboração entre trabalhadores sociais e a polícia, a fim de desenvolver um programa de formação dedicado aos estudantes de trabalho social com vista a uma colocação na polícia. O projeto destacou a complexidade do trabalho policial e várias sobreposições com o trabalho social numa vasta gama de tópicos, tais como os cuidados aos jovens, prevenção social e intervenção precoce. Os resultados do estudo são atualmente implementados no currículo da licenciatura em trabalho social na *University College Ghent (HoGent)*.

Num projeto de acompanhamento em 2015, foi concebido um programa de formação específico para o grupo especial de "Assistentes de Polícia". Estes agentes são licenciados, tanto em trabalho social, como em policiamento. Este programa de formação extensivo, incluindo 4 módulos e 310 horas, pode ser semelhante a formações especiais noutros países, mas é notável pelo facto de os agentes da polícia nessa formação já possuírem uma licenciatura em trabalho social. Isto parece ser único nas organizações de policiamento europeias.

Mais recentemente, HoGent participou num projeto financiado pela UE UPC-ADAPT<sup>20</sup> (2016-2018) para desenvolver o *Currículo de Prevenção Universal* original (UPC, na sigla original) e adaptá-lo às condições europeias. Esta formação de 5 dias é dedicada aos decisores, aos *opinion makers* e aos responsáveis políticos, tais como agentes de prevenção locais ou regionais em posições de liderança, ONG e outros decisores políticos na gestão da ordem pública.

#### Fatores que favorecem a colaboração:

- Sensibilização para uma relação simbiótica em benefício do público em geral na vida noturna: O trabalho social e a polícia precisam de encontrar uma boa ligação e, ao mesmo tempo, evitar interferências com os princípios orientadores de outras profissões.
- Uma boa compreensão da ética de trabalho um do outro, ou seja, objetivos gerais, restrições organizacionais, métodos de trabalho, tarefas únicas e resultados.
- Clareza sobre expectativas mútuas - tanto em projetos de prevenção geral, como no local.
- Consciência sobre potenciais preconceitos no seu próprio ambiente profissional em relação à(s) outra(s) profissão(s).

A colaboração requer por vezes um bom facilitador, que coordena atividades, supervisiona processos, prepara conflitos para discussão, revê e avalia o progresso em atividades comuns (avaliação externa).

#### Fatores que dificultam a colaboração:

- Restrições políticas
- Restrições legais

<sup>20</sup> Consultar: <https://upc-adapt.eu/>

- Restrições de tempo
- Restrições organizativas e burocráticas (falta de apoio) nos processos de tomada de decisão
- Preconceito não dito, hostilidade e competição entre as profissões.
- Diferentes culturas de atuação: A polícia pensa que os trabalhadores sociais demoram demasiado tempo a falar sobre as coisas e respondem demasiado lentamente aos problemas atuais, enquanto que os trabalhadores sociais pensam que a polícia não vê a complexidade dos problemas e age com rapidez (Dewaele & Vander Laenen, 2014).
- Proteção do sigilo profissional
- Falta de coordenação e liderança no processo de colaboração, por exemplo, em projetos universais ou de prevenção seletiva.

## Atividades de aprendizagem

Nesta secção do manual, oferecemos algumas ideias para uma conceção interativa da formação SWaPOL. Todos os exercícios a seguir apresentados foram desenvolvidos e testados noutros locais, e nós simplesmente adotámo-los para esta formação.

### Exercício 1: Perspetivas sobre a vida noturna - Sessão de posters e cartazes

#### **Descrição geral:**

Este exercício contribui para o desenvolvimento de competências afetivas através de novos conhecimentos e compreensão mútua de outros pontos de vista. Os participantes devem desenvolver uma empatia para com os jovens na vida noturna e trabalhar diferentes responsabilidades de controlo e apoio à ação.

Os participantes partem do pressuposto de que partilham o objetivo comum de uma vida noturna segura e saudável. Os participantes discutem diferentes perspetivas sobre a vida noturna: Como é que os jovens, trabalhadores sociais e agentes da polícia descrevem a vida noturna? Neste exercício, examinam as semelhanças e diferenças nas suas perspetivas sobre as atividades noturnas na cidade e elaboram soluções comuns.

#### **Materiais:**

- Flipcharts
- Marcadores nas cores verde e vermelho

#### **Instruções:**

Trabalhar nas seguintes tarefas em pequenos grupos mistos de 4 pessoas.

#### **Tarefa 1 (trabalho de grupo)**

"Qual é o ponto de vista sobre a vida noturna na perspetiva do trabalho social/polícia/jovens? Procurar características positivas (mudanças, oportunidades), negativas (aborrecidas, más) e desafiantes".

#### **Tarefa 2 (trabalho de grupo)**

"Marcar a verde o semelhante e a vermelho as diferentes perspetivas".

#### **Tarefa 3 (na sessão)**

"Discutir: Quão semelhantes ou diferentes são as nossas perspetivas sobre a vida noturna"?

#### **Tarefa 4 (trabalho de grupo)**

Criar um cartaz usando palavras centrais e desenhos - seja criativo!

1. "Como podemos superar as diferenças de perspetivas sobre a vida noturna?"
2. "Quais são as responsabilidades de cada grupo em relação a uma vida noturna segura e saudável? Tentar pensar fora da caixa e considerar as diferentes perspetivas".
3. "Como podemos alcançar uma situação que agrade a todos? Que tipo de responsabilidades existem? Considerem as diferentes perspetivas"!

#### **Tarefa 5**

Cartaz: 2 pessoas ficam com o seu cartaz; 2 pessoas visitam outros cartazes.

#### **Tarefa 6**

Conclusões: O que se "leva para casa" deste exercício? Diga pelo menos uma coisa!

***Duração: 2 horas***

## Exercício 2: Classificação das substâncias: “A Roda das Drogas”<sup>21</sup>

### **Descrição geral:**

Este jogo foi concebido profissionalmente como uma ferramenta para ajudar as pessoas a compreender a gama e os efeitos de algumas novas substâncias psicoativas (NPS). Tem sido experimentado em vários contextos com jovens, utilizadores adultos de substâncias e uma gama de profissionais que trabalham em vários campos, tais como trabalhadores na área da droga, professores e trabalhadores sociais.

### **Materiais:**

Há quatro elementos no jogo, as [instruções](#), [etiquetas das drogas](#) e [descrições](#) (para recortar), e o [quadro](#), que pode ser impresso em tamanho A3. Para descarregar os materiais e instruções, [visitar a página oficial](#). Um [vídeo de formação](#) pode ser consultado.

### **Instruções<sup>22</sup>:**

O quadro tem um anel exterior e interior que permite que as drogas sejam divididas em diferentes categorias de acordo com as suas necessidades: por exemplo, legal/ilegal, prescrito/não prescrito, etc.

Ronda 1: Peça aos participantes para colocar as sete definições de grupo de drogas à volta da roda e discutir cada uma das categorias (uma versão completa é fornecida no documento de instruções oficial). Certifique-se de realçar que muitas drogas estão sobrepostas nas categorias.

Ronda 2: Pedir aos participantes para colarem as etiquetas das drogas na roda, colocando-as na categoria correta, e no anel interno ou externo da droga. Explique como as drogas prescritas podem ser tanto legais como ilegais, dependendo de ter ou não uma prescrição.

Podem ser dados pontos a cada equipa; por exemplo, um ponto por colocar a droga na categoria correta, e um segundo ponto por colocar a droga corretamente no anel interno ou externo.

### **Discussão:**

No final deste exercício, os participantes discutem as substâncias na sessão:

- Que substâncias conhece do seu trabalho profissional?
- Que substâncias são mais perigosas? (Esta pergunta provocadora desencadeará uma discussão sobre formas de dependência, policonsumo, substâncias e comportamentos legais/ilícitos, etc.).

### **Duração: 1 hora**

---

<sup>21</sup> Informação de licenciamento: The Drugs Wheel de Mark Adley é licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License. Baseado numa publicação em [www.thedrugswheel.com](http://www.thedrugswheel.com). Para mais detalhes sobre o licenciamento visitar: [www.thedrugswheel.com/?page=licence](http://www.thedrugswheel.com/?page=licence).

<sup>22</sup> [http://www.thedrugswheel.com/game/DWG\\_Instructions\\_2\\_3.pdf](http://www.thedrugswheel.com/game/DWG_Instructions_2_3.pdf)

### Exercício 3: Quiz sobre o uso de substâncias

#### Descrição geral:

Este exercício pode ser aplicado quando se assume um alto nível de proficiência e elevada perícia na matéria. O *quiz* pode ser organizado no modelo de um *Pub Quiz*: Tradicionalmente, um *quiz master* coloca questões em fluxo relativamente rápido e equipas de no máximo 8-10 pessoas têm apenas um curto período para responder antes da próxima pergunta ser feita. Além disso, tradicionalmente, o *pub quiz* é jogado com caneta e papel. Neste caso, as equipas devem guardar uma cópia da sua folha de respostas, para verificar as suas respostas em relação às respostas corretas no final. Deveria haver uma regra estrita de não fazer perguntas (nada de *smartphones*!).

Na formação SWaPOL, a ferramenta online *Kahoot* (<https://kahoot.com/>) pode ser utilizada. Nesse caso, pode ser preferível trabalhar em pares. Por exemplo, esta ferramenta é adequada para pedir suposições sobre as taxas de prevalência e incidência nacionais, internacionais e globais.

#### Materiais:

Os participantes devem entrar no *Kahoot* e digitar as respostas no seu *smartphone/tablet* quando solicitado. Alternativamente, outras plataformas de comunicação online tais como o *bigbluebutton* também oferecem a função de inquéritos.

#### Exemplo de questões:

Questão	Resposta
Quantas pessoas em todo o mundo utilizaram pelo menos 1 substância ilegal durante o último ano?	5 %
Desses utilizadores, que % acha que utilizam de uma forma problemática?	12%
Desses utilizadores problemáticos, quantos deles recebem tratamento para o seu distúrbio de utilização de substâncias?	2 em cada 12
Qual é a droga festiva mais comum no seu país?	Álcool
Qual é a segunda droga festiva mais comum no seu país?	Cannabis
Qual é a terceira droga festiva mais comum no seu país?	XTC (?)
Verdadeiro ou falso? O álcool é a substância que causa mais riscos de saúde e segurança durante a vida noturna.	Verdadeiro

Verdadeiro ou falso? O uso esporádico de substâncias leva ao uso problemático de substâncias.	Falso, se alguém se depara com problemas na sua utilização, depende das interações entre vários fatores
Verdadeiro ou falso? Quando a utilização de substâncias aumenta, é sustentada e progressiva, uma pessoa ainda pode cumprir a maior parte dos seus papéis e responsabilidades	Verdadeiro
Verdadeiro ou falso: O padrão de utilização mais comum é não problemático.	Verdadeiro

O responsável pelo *quiz* deve ser capaz de dar provas (científicas) para as suas respostas corretas.

**Exercício alternativo:**

Utilizar um *Kahoot Quiz* no final de um dia numa sessão de revisão para verificar o quanto os participantes se lembram das sessões durante o dia (sem marcação).

**Duração:** 45 minutos

## Exercício 4: Análise de casos em colaboração

### **Descrição geral:**

Os participantes trabalham em situações da vida real para uma colaboração de boas práticas de trabalho social e policial. Estas situações serão discutidas, primeiro, em termos de "policiamento tradicional", e segundo, em termos de "policiamento comunitário e redução de danos". Em grupos mistos, os participantes em grupos mistos elaboram planos de prevenção e remetem para os modelos acima apresentados

### **Materiais:**

Cópias de gráficos particulares utilizados na sessão são distribuídas à turma:

- O modelo de Zinberg (1983) de "risco de desenvolver uma desordem de utilização de substâncias".
- O modelo etiológico de risco
- O modelo OEDT/EMCDDA (2019a: 35) de fatores de risco
- Definições de níveis de redução e prevenção de danos (ambiental, universal, seletivo, prevenção indicada)

### **Instruções:**

A turma é separada em grupos e cada grupo recebe um "caso" (ver abaixo).

Com base em modelos de risco e níveis de prevenção, cada grupo elabora uma estratégia que integra a prevenção, a redução de danos e a resolução de problemas.

### **Os líderes da formação podem apresentar novos casos, mas aqui estão alguns exemplos:**

- **Caso 1:** A Câmara Municipal recebe queixas regulares sobre uma pousada de juventude local: Os jovens, claramente sob influência de álcool ou outras substâncias, fazem muito barulho até altas horas da noite; carros entram e saem do local; música alta é tocada até tarde; alegadamente há tráfico de drogas em torno da pousada de juventude. Durante o último mês, a polícia foi chamada várias vezes aos fins-de-semana, e na semana passada uma jovem foi internada no hospital devido ao abuso de álcool. A câmara municipal contactou a polícia e os serviços locais de juventude a fim de lidar com este problema.
- **Caso 2:** A polícia recebeu muitas queixas sobre incidentes no clube noturno 'Dancing Queen' e arredores: Condução embriagada, tráfico de drogas, perturbações, distúrbios. Recentemente, uma mãe preocupada de uma rapariga de 17 anos relatou que a sua filha foi sexualmente assediada por um jovem no clube. Outras investigações demonstraram que a jovem esteve no clube noturno durante muitas horas, muito envolvida no local, bebendo, tomando comprimidos XTC, e tendo sexo sem segurança com um homem no parque próximo. Ela teve vergonha de chegar tarde a casa e inventou essa história de assédio sexual como uma desculpa para passar a noite fora. Como interpreta a situação? O que é que vai fazer?
- **Caso 3:** Durante muito tempo, as pessoas queixaram-se à polícia sobre uma estação de metro e arredores, que são um local de encontro regular para a venda da droga. Esta estação de metro

está próxima de um centro de aconselhamento sobre drogas, onde as pessoas toxicodependentes podem ir para tratamento e onde é oferecida a troca de seringas. As pessoas queixam-se de pessoas altamente intoxicadas que andam por aí na estação, de assédio e de tráfico de droga aberto. Após as recentes eleições, uma política de tolerância zero para o tráfico de drogas é pronunciada pelo novo governo da cidade. O que é que vai fazer?

- **Caso 4:** Há um famoso clube de rave na cidade. Todas as noites o clube está cheio de pessoas a dançar música transe psicadélica. O local é famoso pela sua luz especial, efeitos sonoros e espetáculos artísticos ao vivo. No entanto, isto está ligado ao consumo de "novas substâncias psicoativas ilegais" (NPS), e regularmente há casos de doença e overdose. Uma organização de trabalho social criou um serviço móvel de testes de drogas perto da entrada, onde os utilizadores podem fazer o controlo das suas substâncias de forma anónima. Por outro lado, a unidade de droga da polícia afirma que a polícia deve fazer o seu trabalho e investigar o tráfico de drogas. Como trabalhador social, ouve dizer que há planos secretos sobre um ataque policial na próxima sexta-feira à noite. O que é que vai fazer?

Os casos serão discutidos nos grupos com referência aos modelos de risco e níveis de prevenção. Será elaborada uma estratégia passo a passo que será depois apresentada na sessão.

Deverá haver tempo suficiente para a apresentação e discussão dos casos na sessão.

O moderador resumirá e tirará conclusões a partir dos casos individuais.

***Duração: 3 horas ou mais***

- Repetição de modelos de risco e níveis de prevenção (se necessário): 10 minutos
- Trabalho nos casos: 40 minutos
- Apresentações de grupo: 2 horas (30 minutos cada caso)
- Conclusões: 10 minutos

## Questões para revisão

- Descrever o modelo de risco etiológico e explicar os principais fatores que influenciam o desenvolvimento de perturbações do uso de substâncias.
- Discutir as principais diferenças entre a prevenção universal, seletiva e indicada.
- Fazer uma sugestão para o desenvolvimento de uma parceria para abordar a utilização de substâncias no sistema de transportes públicos. Quais são os desafios para essa parceria? Como deve ser coordenado o processo de partilha de informação?
- Qual é o papel da polícia numa cooperação com os trabalhadores sociais relativamente à utilização de substâncias na vida noturna?

## Referências

- Broekaert, E., Vanderplasschen, W., Soyez, V., Vandeveld, S., De Wilde, J., Derluyn, I., and Colins, O. (2010). Drughulpverlening. In *Handboek bijzondere orthopedagogiek*. Antwerpen: Garant.
- Calafat, A., Fernandez, C., Juan, M., Anttila, A. H., Arias, R., Bellis, M. A., Bohrn, K., Fenk, R., Hughes, K., Kersch, A. V., Kokkevi, A., Kuussaari, K., Leenders, F., Mendes, F., Simon, J., Spyropoulou, M., Van de Wijngaart, G. and Zavatti, P. (2003). *Enjoying the nightlife in Europe: the role of moderation*. Palma De Mallorca: Irefrea. [http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/Calafat%20et%20al\\_2003\\_Enjoying%20Nightlife%20Europe.pdf](http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/Calafat%20et%20al_2003_Enjoying%20Nightlife%20Europe.pdf)
- Mendes, Fernando J.F. and Mendes, Maria do Rosario (2011): *Staff Training for Nightlife Premises. Club Health - Healthy and Safer Nightlife of Youth project*. [https://www.club-health.eu/docs/EN/Club\\_Health\\_training\\_of\\_staff\\_manual\\_EN.pdf](https://www.club-health.eu/docs/EN/Club_Health_training_of_staff_manual_EN.pdf)
- Dewaele, C., & Vander Laenen, F. (2014). *Straathoekwerk en politie: 2 handen op 1 onderbuik?* Cahiers politiestudies, 119-136.
- EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2019a): *European Prevention Curriculum: a handbook for decision-makers, opinion-makers and policy-makers in science-based prevention of substance use*. Publications Office of the European Union. Luxembourg. [https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11733/20192546\\_TDMA19001E\\_NN\\_PDF.pdf](https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/11733/20192546_TDMA19001E_NN_PDF.pdf)
- EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (2019b), *Drug prevention: exploring a systems perspective. Technical report*. Publications Office of the European Union, Luxembourg. [https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/10403/EMCDDA%20Technical%20report\\_Drug%20prevention%20systems.pdf](https://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/10403/EMCDDA%20Technical%20report_Drug%20prevention%20systems.pdf)
- Global Commission on Drug Policy (2017): *The World Drug Perception Problem. Countering Prejudices About People Who Use Drugs*. <http://www.globalcommissionondrugs.org/reports/>
- Hawkins, D. J., Catalano, R.F. and Miller, J.Y. (1992): Risk and Protective Factors for Alcohol and Other Drug Problems in Adolescence and Early Adulthood: Implications for Substance Abuse Prevention. In: *Psychological Bulletin* 1992 Vol. 112/1 (64-105).
- Kielholz, P. and Ladewig D. (1973): *Die Abhängigkeit von Drogen*. dtv-Verlag. München.
- Lyng, S. (2008), "Edgework, risk and uncertainty", Zinn, J.O. (Ed.), *Social Theories of Risk and Uncertainty: An Introduction*, Blackwell Publishing, Malden, pp. 106-138.
- Mrazek, P.J. and Haggerty, R.J. (1994): *Reducing Risks for Mental Disorders: Frontiers for Preventive Intervention Research*. Institute of Medicine. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/2139>
- UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) (2013), *International standards on drug use prevention*, UNODC, Vienna (available at <http://www.unodc.org/>).
- Van Havere, T. (2012): *Prevalence and prevention of substance use in nightlife*. Gent: Ghent University.
- Van Steenberhe, T., Roose, R., Reynaert, D., & Easton, M. (2015): Policing minors: balancing welfare and justice. In Jenneke Christiaens (Ed.), *It's for your own good: researching youth justice practices* (pp. 15–30). Brussels: VUB Press.

Zinberg, M. (1984): *Drug, Set, and Setting. The Basis for Controlled Intoxicant Use*. Yale: Yale University Press.



**Módulo 3**  
**Sem-abrigo**



## Objetivos

- Explorar os processos multidimensionais de exclusão e marginalização no espaço público
- Introdução ao "policiamento orientado para o problema": Gestão de casos, resolução de conflitos, trabalho de assistência
- Foco nos fatores de risco: Habitação, gentrificação, deslocamento, doença mental

## Competências pretendidas

- **Resultados da aprendizagem cognitiva:**

Conhecer as categorias da tipologia europeia de sem-abrigo e exclusão habitacional (FEANTSA)

Capacidade de discutir criticamente as formas e consequências da exclusão social, da marginalização e dos sem-abrigo

Compreender os códigos de conduta dos agentes policiais em casos de queixas contra pessoas sem-abrigo

Compreender as responsabilidades formais e os códigos éticos de conduta dos grupos profissionais que trabalham com os sem-abrigo

Capacidade de melhorar ou redefinir os canais de comunicação com outras profissões

- **Resultados da aprendizagem afetiva:**

Mostrar compreensão pelos deveres de outras profissões

Estar consciente da linguagem verbal e corporal das pessoas vulneráveis, bem como dos seus rituais e rotinas diárias na vida de rua

Desenvolver a empatia e a tolerância para com os sem-abrigo e a sua apropriação do espaço público

- **Resultados da aprendizagem (psico-)motora:**

Compreender e utilizar o vocabulário de outras profissões

Desenvolver competências na gestão de conflitos entre grupos de utilizadores no espaço público

Capacidade de desenvolver um manual de procedimentos comuns para lidar com pessoas sem-abrigo em termos de ética e de modos de conduta

## Temas principais

### 1. O problema dos sem-abrigo

O problema dos sem-abrigo parece simples de definir, mas é na realidade um problema multifacetado e complexo. Numa definição simples, uma pessoa sem-abrigo é alguém sem casa, devido a uma multiplicidade de fatores relativos à sua trajetória de vida. Pode ser alguém sem emprego, alguém com um problema de saúde mental, alguém com um problema de dependência, ou simplesmente alguém sem quaisquer recursos financeiros. No entanto, o que se entende realmente como uma pessoa sem-abrigo varia de país para país. De facto, em muitos casos, a definição oficial reflete correntes políticas e não a realidade real dos sem-abrigo.

Este módulo reconhece quatro grandes problemas que precisam de ser tratados em conjunto por profissionais da polícia e do trabalho social:

- Primeiro, o problema dos sem-abrigo não pode ser definido em termos simples como "pessoas sem casa". Em vez disso, há que reconhecer que o problema dos sem-abrigo é uma questão multifacetada e complexa que deve ser abordada numa abordagem multidisciplinar.
- - Em segundo lugar, a última década na Europa assistiu ao aumento das restrições socioeconómicas - migração, crise económica, agitação política, pandemia COVID19 - que agravaram o risco da situação de sem-abrigo para os grupos sociais mais vulneráveis ao isolamento social.
- - Em terceiro lugar, algumas pessoas experimentam o confronto direto com a pobreza como sendo desconfortável, intimidante ou assustador, pelo que os sem-abrigo são denunciados à polícia como um sinal de desordem social.
- - Quarto, existe uma falta de colaboração entre as autoridades e as instituições de assistência social para abordar as questões dos sem-abrigo de uma forma consensual e humana.

A FEANTSA (Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo) apoia a mudança de uma definição simplista para uma definição mais ampla, tendo em conta um amplo espectro de circunstâncias sociais. Afirma-se que existe uma continuidade entre o estado de sem-abrigo e um lar estável, que contém e esconde muitas facetas do problema (Toro & Janisse, 2004). O objetivo de aceitar uma compreensão do fenómeno dos sem-abrigo como um continuum e não como uma definição simples é alargar o âmbito das respostas possíveis e abranger aspetos tais como políticas de habitação, políticas de bem-estar e políticas de integração dos migrantes.

A *Tipologia Europeia de Exclusão Relacionada com a Habitação (ETHOS)*, desenvolvida pela FEANTSA, descreve três dimensões que são necessárias para uma habitação segura e reflete claramente esta definição mais ampla: "Ter uma habitação adequada (ou espaço) sobre a qual uma pessoa e a sua família possam exercer a posse exclusiva (*domínio físico*); ser capaz de manter a privacidade e gozar de relações (*domínio social*) e ter um título legal de ocupação (*domínio jurídico*)" (ver quadro 2). A tipologia define 4 categorias amplas de acordo com a situação de vida de uma pessoa: "sem abrigo, sem alojamento, habitação precária e habitação inadequada".

- Em primeiro lugar, a tipologia ETHOS descreve os sem-abrigo como "pessoas que vivem em condições difíceis e pessoas em alojamento de emergência".

- Em segundo lugar, a categoria pessoas sem alojamento inclui aqueles que vivem em instituições ou abrigos e não podem, por várias razões, adquirir um lar. A tipologia ETHOS descreve-os como "pessoas em alojamento para os sem-abrigo, em abrigos para mulheres, em alojamentos para migrantes, pessoas que saíram de instituições e pessoas que recebem apoio a longo prazo devido ao desalojamento".
- O terceiro tipo é a habitação precária, relacionado com as pessoas que, apesar de terem um lar, vivem em condições vulneráveis ou extremas. Por exemplo, ocupação de habitação sem arrendamento legal, ocupação ilegal de uma habitação e pessoas que vivem sob ameaça de despejo.
- O quarto tipo diz respeito ao alojamento inadequado, por exemplo, em casas móveis, casas impróprias para habitação e a viver em condições extremas de sobrelotação.

Categoria Concetual		Categoria Operacional		Definição Geral
SEM-ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência)/Sem-Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM-ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1 3.2	Lar de alojamento em fase de inserção Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1 5.2	Alojamento provisório/Centro de Acolhimento (requerentes de asilo Lar para trabalhadores migrantes)
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1 6.2	Instituição penal Instituição médica
	7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1 7.2 7.3 7.4	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio Alojamento acompanhado Alojamento de transição acompanhado Alojamento assistido
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1 8.2 8.3 8.4	Provisoriamente alojado pela família ou amigos Sem arrendamento (sob)location Ocupação ilegal de uma construção Ocupação ilegal de um terreno
	9	Pessoas à beira de despejo	9.1 9.2	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer) Pareceres de apreensão (propriedade)
	10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada a violência doméstica

**Quadro 2: Tipologia Europeia de Exclusão Relacionada com a Habitação - ETHOS**

Categoria Concetual	Categoria Operacional	Definição Geral
---------------------	-----------------------	-----------------

HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1 11.2 11.3	Habitação móvel/caravana Construção não conforme com as normas Estrutura provisória
	12	Pessoas em alojamento indigno	12.1	Habitação (ocupada) declarada inabitável em conformidade com a legislação nacional
	13	Pessoas vivem em condições de sobrepopulação severa	13.1	Normas nacionais mais severas

**Quadro 2: Tipologia Europeia de Exclusão Relacionada com a Habitação - ETHOS (cont.)**

Muitas outras instituições (nacionais) definem categorias que giram em torno destas quatro grandes categorias. Em Portugal, por exemplo, ENIPSSA - a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, define duas tipologias que podem ser traduzidas, grosso modo, como, precisamente, sem-abrigo e sem-alojamento (ENIPSSA, 2018a). Semelhantes às categorias definidas pela ETHOS, para a ENIPSSA as pessoas sem-abrigo são aquelas que vivem nas ruas, debaixo de pontes, em estações ferroviárias, em parques, mas também em abrigos de emergência ou em locais precários (fábricas, carros, casas abandonadas). As pessoas sem-alojamento são as que vivem em bairros temporários, e que requerem uma resposta social por parte das entidades de Segurança Social. O Instituto de Segurança Social em Portugal (2005) divide ainda mais os *sem-abrigo crónicos* (aqueles que vivem nas ruas durante anos, caracterizados por impotência aguda, doença física e mental, e degradação física) e os *novos sem-abrigo* (aqueles que são novos nas ruas após perdas pessoais, familiares ou profissionais, e que requerem um mecanismo de mediação rápido para reconstruir os seus projetos de vida) (ISS, 2005: 15).

Miguel, Ornelas & Maroco (2010) chamam a atenção para o facto de que a forma como os sem-abrigo são definidos é crucial para determinar a quantidade da população sem-abrigo, e consequentemente para o desenvolvimento de estratégias de resposta. Daí a necessidade de alcançar uma definição global de sem-abrigo, transversal à escala nacional e internacional, algo que ainda não está a acontecer atualmente.

### **O aumento das restrições socioeconómicas na Europa**

Durante a última década, a Europa tem estado sob pressão socioeconómica causada tanto por ameaças continentais como globais. Apesar de os dados oficiais do Eurostat relatarem uma diminuição do número de pessoas em risco de exclusão social na Europa, fenómenos globais como a crise sanitária ou a agitação política (países africanos e do Médio Oriente) levaram ao aumento das vulnerabilidades sociais (Ranci *et al.*, 2014). As políticas de austeridade (incluindo cortes na assistência social, salários e pensões) e a recente crise económica levaram ao aumento do desemprego, levaram muitas famílias e empresas à falência, e causaram o surgimento de novos tipos de pobreza. As condições habitacionais diminuíram, e por isso têm acesso a serviços básicos e benefícios socioeconómicos (Frazer & Marlier, 2011). Juntamente com um crescente afluxo de população migrante desfavorecida, tal sucessão de acontecimentos contribuiu para uma crescente concentração da pobreza, segregação espacial e desigualdades sociais. (Madanipour & Weck, 2015).

Os grupos mais vulneráveis, tais como pessoas pouco qualificadas, migrantes, idosos e sem-abrigo, foram particularmente afetados por uma crise social que ocorreu em muitos países europeus, na sequência da crise política, económica e sanitária, particularmente onde o apoio social se baseia fortemente nas redes familiares e no capital social. Dados recentes mostram que

- todas as noites cerca de 410.000 pessoas dormem nas ruas das cidades europeias (considerando tanto os sem-abrigo como os sem-alojamento)
- cerca de três milhões de pessoas sem-abrigo na Europa são apoiadas por sistemas de assistência social, e
- uns espantosos 4,1 milhões de pessoas em risco de ficarem sem abrigo todos os anos (FEANTSA, 2019).

Os dados revelam também que o número de sem-abrigo aumentou na Europa com a crise económica e que, entre 2008 e 2014, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE27 aumentou de 116 milhões para 121 milhões. Além disso, em 15 dos 21 países europeus analisados pelo Projeto "HOME\_EU - Homeless as unfairness", os sem-abrigo aumentaram nos últimos 5 anos; em particular, as mulheres, os jovens, as famílias e os migrantes estão a vivenciar a situação de sem-abrigo<sup>23</sup>.

Além disso, nos últimos vinte anos, assistiu-se a um aumento dos fluxos migratórios para os países europeus. A ONU estima que mais de um milhão de migrantes tenham chegado à Europa nos últimos anos através do Mar Mediterrâneo. 362.000 atravessaram-no em 2016, mais de 100.000 em 2017, 134.000 em 2018 e 106.200 em 2019<sup>24</sup>. Isto levou ao crescimento da população e a uma pressão crescente no tecido social e nos mercados de emprego e habitação. Com a crise de saúde COVID-19, muitas das expectativas e esperanças destes imigrantes transformaram-se em fracasso. Assim, estima-se que cerca de 10% dos imigrantes vivem numa situação de desalojamento, notando o seu fracasso em ser incluídos na sociedade de acolhimento (Fitzpatrick *et al.*, 2012). Os estudos consideram que estamos perante uma nova onda de sem-abrigo ou "neo-sem-abrigo" (Theodorikakou *et al.*, 2013).

#### Exemplo de estudo de casos: Factos e números de Portugal

De acordo com os Censos Nacionais Portugueses de 2011, havia apenas cerca de 696 sem-abrigo em Portugal, sendo Lisboa a cidade com o maior número (INE, 2014; PORDATA, 2019). Contudo, um inquérito realizado pelo Instituto de Segurança Social português em 2009 identificou 2.133 sem-abrigo numa noite em Portugal (63% estavam localizados em Lisboa e Porto), sendo que deste total, 922 dormiam em condições difíceis, 1.088 viviam em abrigos para sem-abrigo, 43 estavam institucionalizados (em centros de saúde mental e prisões) e 80 não eram categorizados (FEANTSA). Em Lisboa, dados mais recentes e comparáveis fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (entidade responsável pela ação social na cidade), recolhidos numa contagem de duas noites de pessoas a dormir na rua e pessoas a dormir em abrigos para sem-abrigo, em 2013 e 2015, identificaram 852 e 818 pessoas sem-abrigo, respetivamente. Relativamente ao Porto, o Centro de Planeamento e Intervenção para Sem-Abrigo (NPISA) fornece dados para 2013, reportando 1.300 pessoas sem-abrigo em alojamentos e cerca de 300 sem-abrigo a dormir na rua por noite. Também em 2013, a organização AMI (Assistência Médica Internacional) apoiou 1.679 pessoas que se encontravam numa situação de sem-abrigo, das quais 546 estavam a ser apoiadas pela AMI pela primeira vez (76% eram homens, 50% tinham entre 40 e 59 anos, 20% tinham entre 30 e 39 anos, 79% tinham nascido em Portugal). O último relatório de avaliação sobre a implementação da Estratégia Nacional Portuguesa para os Sem-Abrigo (ENIPSA) para o período 2009-2015 indica que os serviços de segurança social registaram em 2016 um total de 4.003 beneficiários de "processos ativos de casos de sem-abrigo" em Portugal.

<sup>23</sup> <https://cordis.europa.eu/project/id/726997>

<sup>24</sup> [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe\\_en#illegalbordercrossings](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_en#illegalbordercrossings)

Em termos de género, há uma prevalência de homens com cerca de 40 anos de idade (Monteiro *et al.*, 2013). Outro aspeto relevante para a caracterização e compreensão deste fenómeno em Portugal é o facto de a maioria dos indivíduos sem-abrigo em Portugal serem de nacionalidade portuguesa. No que diz respeito aos níveis educacionais, a grande maioria dos sem-abrigo tem apenas o ensino básico (1º ou 3º ciclo completo), sendo de notar que apenas uma minoria (8%) tem o Ensino Secundário e 13% estão classificados como não tendo nível de escolaridade. Quanto às razões que levaram ao estilo de vida dos sem-abrigo, as principais foram as situações de desemprego (129 indivíduos), reforma (87 indivíduos) ou a presença de algum tipo de deficiência (57 indivíduos).

Considerando a incidência da migração na população sem-abrigo, podemos destacar em Portugal a presença de imigrantes sem-abrigo dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa), seguidos por indivíduos da Ucrânia ou de outros países de Leste, como a Roménia (6%) (Monteiro *et al.*, 2013). Embora a imigração brasileira seja atualmente bastante pronunciada, na altura deste relatório, apenas 6% eram sem-abrigo, pelo que neste campo podemos novamente questionar os papéis das agências responsáveis pela integração social, uma vez que os indivíduos de outras nacionalidades têm maiores dificuldades em relação à comunidade. Fatores como a língua, a cor da pele ou os níveis de educação são importantes.

Os autores mencionam também que 4% dos sem-abrigo têm origem oriental, nomeadamente Índia, Paquistão ou Bangladesh, e apenas 5% provêm de países europeus como Itália, Espanha ou Alemanha. Considerando as conclusões deste relatório do Observatório da Imigração (2013) relativamente ao tempo de permanência dos sem-abrigo em Portugal, deve também notar-se que a maioria dos indivíduos entrevistados refere estar em Portugal há mais de 5 anos (Reis & Gomes, 2016). Os indivíduos dos PALOP são aqueles que permanecem numa situação de sem-abrigo durante mais tempo (30% estão sem abrigo há mais de 5 anos) em oposição aos indivíduos do Brasil, Roménia e países da Europa de Leste - estes foram os que estiveram numa situação de sem-abrigo durante menos tempo, ou seja, menos de 6 meses.

Uma vez que muitos imigrantes sem-abrigo têm condições de saúde muito más (as doenças mais comuns são a diabetes e o VIH, combinadas com o abuso do álcool ou surtos psicóticos), o papel das instituições de saúde está de novo em jogo, uma vez que estas questões são também do domínio da saúde pública (Monteiro *et al.*, 2013).

## 2. O que tem a polícia a ver com o problema dos sem-abrigo?

Os sem-abrigo aparecem a muitas pessoas como um fenómeno simples que pode ser encontrado em cidades de todo o mundo. Tornou-se um facto normal, e os cidadãos tornaram-se indiferentes às pessoas que vivem nas ruas. Esta *atitude blasé* geral é também aplicada em relação à pobreza óbvia na sociedade. Em 1903, o sociólogo alemão Georg Simmel escreveu:

*"Não há talvez nenhum fenómeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole como a atitude blasé. ... A essência da atitude blasé é uma indiferença em relação às distinções entre as coisas. Não no sentido em que não são percebidas, como no caso do entorpecimento mental, mas sim no sentido em que o significado e o valor das distinções entre as coisas, e com isto das próprias coisas, são experimentados como sem sentido. Aparecem à pessoa blasé numa cor homogénea, plana e cinzenta, sem que nenhuma delas seja digna de ser preferida à outra." (Simmel 1903; in: Bridge & Watson 2010, p. 103ff.).*

A circulação pela cidade tornou-se anónima e há pouca comunicação pessoal entre estranhos no espaço público. Este silêncio introvertido pode causar situações estranhas: Algumas pessoas ficam irritadas quando confrontadas por um estranho que lhes pergunta o caminho. Em confrontos diretos com pessoas sem-abrigo (também com mendigos, deficientes mentais e pessoas embriagadas) esta irritação converte-se em desconforto, e algumas pessoas experienciam este tipo de confronto como medo. Na sua reação durante confrontos diretos com pessoas sem-abrigo, muitas pessoas reagem de uma forma depreciativa e humilhante. Alternativamente, muitas pessoas recorrem à polícia e queixam-se de sinais de desordem social, incluindo sem-abrigo, embriaguez, mendicidade, extorsão e barulho.

A partir disto, concluímos que a desordem social é um problema social multidimensional. Neste caso particular, não é apenas um assunto entre a polícia e os sem-abrigo, mas sim um assunto entre três partes: a polícia, os sem-abrigo, e o público em geral que levanta queixas sobre os sem-abrigo.

### Para discussão:

- Porque pensa que as queixas à polícia sobre desordens sociais estão a aumentar? A desordem social está a agravar-se? As pessoas tornaram-se mais sensíveis à desordem social? Será que a função da polícia mudou? Existem outras instituições para resolver problemas de desordem?
- Discutir o termo medo do crime em relação a outros sentimentos tais como *desconforto, mal-estar, ansiedade, preocupação, stress, risco percebido, ameaça percebida* (Farrall et al. 2009).
- (Como) os estudos sobre o medo do crime contribuem para a criminalização de comportamentos antissociais? (Rodger, 2008).

A polícia está a lidar com problemas de desordem social de duas maneiras: Primeiro, precisam de reagir a queixas *ad hoc*. Em segundo lugar, participam em intervenções sistemáticas de resolução de problemas, numa abordagem multi-agências.

### Reações *ad hoc*

Em primeiro lugar, a polícia avaliará a situação no que respeita à lei. Aqui, a polícia referir-se-á ao ato policial, à lei federal administrativa, ao código penal geral, ou aos códigos de segurança locais promulgados pelas autarquias locais.

Exemplos da Áustria:

- A polícia é obrigada a oferecer *primeiros socorros* em situações de perigo de vida, saúde, liberdade e propriedade. Isto também significa que precisam de pedir ajuda profissional, e isto inclui - juntamente com ambulâncias e bombeiros - também instituições de trabalho social.
- Os incómodos e as perturbações são definidos no código penal como perturbações da ordem pública, o que compreende a totalidade das regras informais de comportamento em público. Estes incómodos são relevantes para a polícia se afetarem os acontecimentos normais de um local público.
- Mais particularmente, a conduta desordeira está incluída no Código de Segurança de Viena em termos de agir contra a "propriedade pública" e o "ruído indevido".
- Em seguida, o código da polícia regula a reação de um agente policial à persistência de um comportamento desordeiro e à resistência individual aos avisos. A persistência de um comportamento agressivo contra um agente da polícia pode levar à detenção.
- O "comportamento agressivo contra a polícia" é definido como "gestos agressivos" ou "gritos com o agente da polícia".
- O código da polícia oferece uma abordagem indulgente quando um perpetrador está gravemente sob a influência de substâncias (por exemplo, álcool: >3‰) e impõe a pena mínima de 500,- euros (§83 SPG).
- A mendicidade é regulada de forma diferente nas cidades austríacas: Em Viena, a mendicidade não deve ser "intrusiva", "agressiva", "comercial" ou "organizada em grupo". Na cidade de Salzburgo, para além destas regras, a mendicidade de porta em porta é proibida, e a mendicidade pode ser totalmente proibida, se o bem-estar comunitário for suscetível de ser perturbado.

Os agentes policiais devem ter estes e outros regulamentos em mente quando são confrontados com desordem pública, incluindo mendicidade e comportamento antissocial. Cabe então ao agente da polícia avaliar a situação e decidir o que fazer, e em muitos casos a abordagem de aplicação da lei tem precedência sobre a abordagem de resolução de problemas. Por outro lado, a aplicação da lei em relação à pobreza é também frustrante para os agentes da polícia, uma vez que muitas vezes não é possível cobrar multas e a mesma pessoa regressará ao mesmo lugar após uma curta pena de prisão alternativa. Aqui, a colaboração com trabalhadores sociais pode contribuir para uma atenuação da escalada em situações críticas.

### **Parcerias comunitárias de policiamento e prevenção**

A introdução do "policiamento comunitário" levou a polícia em muitos países a estabelecer unidades especiais para lidar com conflitos sociais de forma sistemática e para garantir a segurança e a proteção de todos a nível local. Desta forma, os polícias comunitários assumem o papel de gestores de conflitos e trabalham no sentido de uma reconciliação de interesses na sociedade. Estas parcerias incluem instituições de trabalho social, mas também convidam residentes locais, representantes de associações de habitação, centros comerciais, serviços municipais, centros médicos, gastronomia, serviços de transportes públicos e residentes locais. No que diz respeito ao

problema dos sem-abrigo, serão incluídas várias instituições de assistência social para reduzir o número de pessoas que vivem em circunstâncias precárias.

Em muitos países foram estabelecidas parcerias comunitárias de prevenção do crime a nível local para enfrentar sistematicamente problemas de desordem social, o que por vezes significa apelar a uma maior tolerância para com os mais vulneráveis da sociedade. As parcerias de prevenção do crime fornecem uma plataforma para discutir soluções para conflitos sociais a um nível geral, distanciadas de casos isolados que exigem soluções urgentes. Estas plataformas podem servir como pontes entre as profissões do trabalho social e a polícia. Infelizmente, vemos que a construção destas pontes é mais complicada do que parece. Mas porque é que estas pontes são tão importantes? E porque é tão importante uma abordagem de parceria para enfrentar o problema dos sem-abrigo?

Em primeiro lugar, vemos da discussão acima referida que duas abordagens podem ser distintas: individualista e sistemática. A nível individual, o trabalho de baixo limiar dos trabalhadores sociais é indispensável para dar apoio imediato aos sem-abrigo. Contudo, vemos que a intervenção policial *ad hoc* a esse nível é problemática, uma vez que frequentemente (devem) agir como autoridades legais para controlar a ordem pública. Portanto, podemos concluir que é mais eficaz colaborar sistematicamente a um nível estrutural, onde as políticas de combate aos sem-abrigo podem ser desenvolvidas numa responsabilidade partilhada por várias instituições.

Em segundo lugar, as parcerias de prevenção podem ajudar a qualificar o quadro geral (negativo) de pessoas sem-abrigo que possam existir na polícia. A perpetuação de estereótipos associados aos sem-abrigo, tais como doenças mentais, alcoolismo, consumo de drogas e criminalidade, são prejudiciais para as abordagens positivas e construtivas de prevenção e resolução de problemas numa comunidade.

Todos os intervenientes nas parcerias comunitárias devem estar empenhados em olhar para o fenómeno dos sem-abrigo como um processo social com múltiplos fatores de risco: vulnerabilidade pessoal, redes familiares desestruturadas, educação deficiente, desemprego e limitações económicas no mercado da habitação. Esta abordagem é mais próxima da conceção de políticas públicas locais, regionais e nacionais de integração de pessoas que experimentam o fenómeno dos sem-abrigo de uma forma ou de outra.

### 3. A abordagem em três passos

O módulo SWaPOL sobre os sem-abrigo deve encorajar os participantes a elaborar formas eficazes de cooperação e de trabalho em rede para intervenções multiprofissionais, a fim de integrar os sem-abrigo na comunidade. Desta forma, o grupo deverá seguir uma metodologia de prevenção seletiva para trabalhar com grupos vulneráveis e abordar fatores de risco para os sem-abrigo e isolamento social. Estes fatores de risco incluem, entre outros, condições de habitação, gentrificação, deslocação, alcoolismo, consumo de drogas, e doenças mentais.

Como ponto de partida, sugerimos uma abordagem em três fases que abrange a *prevenção, intervenção e integração comunitária*.

#### Prevenção

O primeiro passo, a prevenção, relaciona-se com um estreito acompanhamento dos fatores de risco que podem afetar ou que já se provou afetar os sem-abrigo. Isto inclui, em primeiro lugar, a definição de sem-abrigo, bem como os contextos políticos e socioeconómicos e os processos multidimensionais que conduzem a situações de sem-abrigo, exclusão social e marginalização. O modelo abrangerá um conjunto de indicadores estatísticos da última década, relacionados com aspetos como a migração, a crise económica, a pandemia COVID-19, o desemprego, a pobreza, as condições de habitação, os comportamentos de risco e dependências ou a saúde mental. O mapeamento das tendências estatísticas e dos fatores de risco ajudará os participantes a compreender os contextos sociais, mas também regionais, destes fenómenos. Monteiro (2013) observa que tanto os sem-abrigo, como os migrantes são frequentemente invisíveis na sociedade e difíceis de alcançar, e um segmento da população para o qual a informação é frequentemente pouco fiável ou não está disponível de todo.

Esta parte do módulo responderá a questões relacionadas com os fatores de risco de países/estudos de caso específicos onde o módulo está a ser implementado como:

- Quais são as recentes tendências políticas e socioeconómicas do país?
- Tem havido recentemente uma recessão?
- Como tem afetado a esfera social?
- Tem havido um afluxo de migrantes?
- O desemprego e a pobreza aumentaram?
- Os benefícios sociais diminuíram? Têm os comportamentos de risco aumentado?
- Quantas pessoas sem-abrigo estão contabilizadas num determinado distrito, cidade ou região?
- Como são distribuídos a subgrupos de sem-abrigo e sem-alojamento?
- Como são distribuídos/concentrados no país e numa determinada área urbana?
- Quantas pessoas estão em risco de ficar sem abrigo?

Estas questões ajudarão os profissionais a recolher informações a nível macro para estabelecer um inventário dos sem-abrigo no país, o que lhes permitirá depois destacar os défices políticos na colaboração de vários setores, tais como a habitação, os seguros de saúde e o trabalho social.

**Para discussão:** Em que parte da sua cidade/região pensa que esta informação é recolhida? A que instituições recorreria para obter estas informações?

## Intervenção

O segundo passo, a intervenção, diz respeito ao conjunto de procedimentos destinados a ajudar os sem-abrigo na sua situação atual. Aqui, perguntas mais específicas relacionadas com perfis de pessoas sem-abrigo e trajetórias de vida precisam de ser respondidas, pelo menos consideradas pelos estudantes. Estas são, por exemplo:

- Onde vivem atualmente os sem-abrigo (más condições de habitação, habitação não convencional, viver com familiares, habitação social)?
- Qual é o risco predominante de se tornarem sem-abrigo nesta comunidade ou região: desemprego, falência, falta de apoio familiar ou estatal, despejo, ser vítima de violência doméstica?
- Quais são os determinantes sociodemográficos para os sem-abrigo nesta comunidade ou região: idade, sexo, nível de educação, estado civil, emprego?
- Qual é o estatuto de residência dos sem-abrigo?
- Qual é a rotina diária dos sem-abrigo?
- Onde os sem-abrigo dormem, comem, utilizam instalações sanitárias?
- Onde os sem-abrigo obtêm apoio, se o houver?
- Quais são as suas ambições de reintegração? Aceitam assistência?
- Como vivem o seu dia-a-dia? - Solidão, exclusão?
- Qual é o território pessoal dos sem-abrigo no espaço público?
- Qual é a perceção do tempo que os sem-abrigo têm?
- Qual é o papel dos animais?
- Qual é o maior problema de saúde dos sem-abrigo? Sofrem de privação do sono?
- Qual é a relação dos sem-abrigo com a polícia e os trabalhadores sociais?

À medida que os participantes refletem sobre estas questões, tornar-se-á evidente como é difícil obter dados sobre os sem-abrigo. Os participantes devem, portanto, estar conscientes do papel da polícia e dos trabalhadores sociais também como coletores de dados, para continuar a apoiar a investigação, a ação e as políticas.

**Para discussão:** Em que parte da sua cidade/região pensa que esta informação é recolhida? A que instituições recorreria para obter estas informações?

## Integração comunitária

O terceiro passo, a integração comunitária, diz respeito à intervenção multidisciplinar necessária para fornecer aos sem-abrigo os recursos necessários para estimular a sua integração social. É crucial neste módulo desenvolver e formar competências profissionais que permitam aos trabalhadores sociais e à polícia trabalharem juntos em parceria. Explorando cenários de intervenção simulados e reais (através de exercícios didáticos e de uma visita de estudo de caso), devem ser concebidas bases comuns de ação. O objetivo é encorajar os participantes da polícia e do trabalho social a compreender que a colaboração é mais eficaz do que a soma das ações

individuais. Além disso, esta etapa visa também explorar e identificar, num contexto nacional/regional/local específico, as condições subjacentes à implementação de parcerias eficazes entre trabalhadores sociais e agentes da polícia. Surgem questões tais como:

- Quais são os melhores canais de comunicação - pessoais, eletrónicos?
- Existe acordo sobre uma linguagem comum, por exemplo, o que é a prevenção?
- É possível desenvolver uma espécie de rotina na cooperação? Reuniões regulares, workshops, visitas casuais, etc.
- Que modos de intervenção existem ou devem ser estabelecidos para inverter a tendência de desalojamento na cidade/região?

Este módulo não pretende apenas suscitar discussões sobre consensos, desafios e restrições que possam ocorrer entre profissões no seu trabalho ou confronto com pessoas sem-abrigo. Pretende também afinar as competências nas intervenções. Qual é o papel de cada profissão? E como podem coordenar a sua interação (em conjunto ou separadamente) com os sem-abrigo, a fim de promover a sua integração?

Estes são talvez os passos mais cruciais na formação da SWaPOL num ambiente altamente dinâmico:

1. O compromisso de trabalhar em conjunto num contexto institucional
2. análise do problema
3. decisão sobre as intervenções
4. coordenar ações

O módulo visa explorar estas dinâmicas, abrindo caminhos para a interação profissional e cooperação frutuosa no futuro.

### **Boas práticas: O Modelo de Policiamento Comunitário de Lisboa**

A estratégia de policiamento comunitário implementada pela Polícia Municipal do Município de Lisboa foi construída a partir da necessidade de ter um modelo de policiamento centrado numa abordagem mais preventiva e mais aberta à participação do cidadão. Através de uma abordagem preventiva e de uma relação eficaz e de confiança entre a polícia, os cidadãos e as associações de parceiros locais, pretende-se alcançar respostas mais eficientes e sustentáveis na abordagem dos problemas de segurança a nível local.

O modelo de policiamento comunitário desenvolvido em Lisboa é um modelo de policiamento centrado na análise das causas dos problemas comunitários identificados pelos cidadãos, tentando compreender porque ocorrem (por vezes continuamente), e mobilizando recursos policiais e comunitários para os mitigar e prevenir. Neste sentido, a polícia dá prioridade ao trabalho em conjunto com os representantes da comunidade para ter um melhor conhecimento das preocupações sobre a insegurança sentida pelos cidadãos. Como consequência, as parcerias comunitárias desenvolvem respostas juntamente com a polícia para resolver problemas, e para contribuir para reduzir os sentimentos de insegurança. Portanto, através deste modelo de policiamento, centrado em parcerias estratégicas e na resolução de problemas, tanto a polícia como os cidadãos/parceiros trabalham em conjunto não só para identificar os problemas da comunidade, mas também para refletir e compreender por que razão estes ocorrem sistematicamente e para mobilizar recursos comunitários para a mitigação e prevenção.

O policiamento comunitário em Lisboa integra o conceito como uma filosofia que promove estratégias organizacionais que apoiam a utilização sistemática de parcerias e técnicas de resolução de problemas para abordar proativamente as condições imediatas que dão origem a questões de segurança pública, tais como o crime, a desordem social e o medo do crime (COPS, US Department of Justice, 2014). Neste sentido, com o objetivo de diminuir as incivilidades da vizinhança e aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos, o policiamento comunitário aborda as preocupações de segurança sentidas pela comunidade com um enfoque principal em: i) prevenção do crime; ii) intervenção no espaço público; iii) comportamento antissocial não-crime e iv) melhoria da relação polícia-cidadão. Para este fim, a Equipa de Policiamento Comunitário, em estreita articulação com parceiros e residentes locais - a "parceria Grupo de Segurança" - identifica e contribui para resolver vários problemas de insegurança no território, nomeadamente intervenções no espaço público que vão ao encontro das preocupações dos residentes (por exemplo, desbravamento de terrenos de arbustos em áreas onde havia tráfico e consumo de drogas nas proximidades das escolas ou a melhoria e substituição da iluminação no espaço público). O "Grupo de Segurança" é uma parceria entre a polícia e a segurança comunitária, onde a polícia, os parceiros locais e os residentes se reúnem mensalmente (por exemplo, polícia; associações de residentes de habitação social e privada; centros de saúde; instituições de caridade; associações de pais; escolas; organizações sem fins lucrativos; serviços municipais).

Na sequência da experiência-piloto de desenvolvimento de um policiamento comunitário em Lisboa, na Alta de Lisboa, desde 2009, em estreita cooperação com os cidadãos e parceiros locais, o modelo está a ser transferido para outros bairros de Lisboa, incorporando estas abordagens que têm sido cruciais para dar resposta coletiva às preocupações de segurança local, envolvendo cidadãos e parceiros locais para trabalharem com a polícia como coprodutores de segurança comunitária. Em 2017, a Câmara Municipal de Lisboa incorporou pela primeira vez nos objetivos da cidade uma medida para "alargar os projetos de policiamento comunitário da Polícia Municipal de Lisboa a mais bairros da cidade, com base numa abordagem participativa dos parceiros e cidadãos locais, com o objetivo de aumentar a segurança nos bairros." (CML, 2018-2021 Plano Plurianual da Cidade de Lisboa).

O trabalho em parceria com organizações sociais e de saúde permite aos agentes de policiamento comunitário em Lisboa desenvolver competências pessoais, técnicas e de comunicação que são necessárias para enfrentar conjuntamente situações de maior complexidade. Assim, o trabalho em rede com equipas de proximidade que trabalham com toxicod dependentes e sem-abrigo apoia ainda mais estas competências e facilita a entrega de respostas mais eficazes e sustentáveis ao longo do tempo.

## Atividades de Aprendizagem

Nesta secção do manual, oferecemos algumas ideias para uma conceção interativa da formação SWaPOL. Todos os exercícios a seguir apresentados foram desenvolvidos e testados noutros locais, e nós simplesmente adotámo-los para esta formação.

### Exercício 1: "Teatro de Improviso"

#### **Descrição geral:**

Grupos mistos de participantes desenvolvem casos reais a partir da sua experiência profissional e depois representam estes casos em frente da turma. O caso inclui uma situação de conflito de desordem pública (por exemplo, sem-abrigo, abuso de substâncias, embriaguez, vandalismo, remo, etc.), envolvendo diferentes grupos de pessoas (idosos, jovens, proprietários de casas, assistentes de loja, donos de bar, cães, trabalhadores sociais, polícia, vizinhos, etc.). No momento em que a situação parece agravar-se, o grupo "congelará", e o público fará sugestões sobre como continuar a cena e levá-la a um fim. O exercício pode ser repetido com diferentes grupos de atores.

#### **Materiais:**

- Salas separadas para os grupos prepararem secretamente os seus casos
- Inventário disponível e conforme necessário
- Um "palco" para a representação dos casos

#### **Instruções:**

##### **Passo 1 (máx. 30 minutos):**

- Formar subgrupos mistos de 5-6 pessoas
- Cada subgrupo desenvolve um caso a partir da sua experiência profissional
- Diferentes papéis são distribuídos dentro de cada grupo para interpretar o caso

##### **Passo 2 (máx. 10 minutos):**

- - Todos os grupos regressam à sala da sessão e um grupo começa a representar o seu caso. Os atores param ("congelam") no momento em que a situação parece agravar-se.

##### **Passo 3 (máx. 10 minutos):**

- O público faz agora sugestões de como continuar a cena e como esta pode terminar

##### **Passo 4 (máx. 10 minutos):**

- O grupo de atores representa o seu final original para o caso.

Repetir com casos dos outros grupos

**Duração:** 60 – 120 minutos

## **Exercício 2: " Reportagem mediática - documentário, artigo de jornal, etc."**

### ***Descrição geral:***

Os participantes ouvem/veem uma reportagem de rádio/TV sobre os sem-abrigo na cidade e discutem o problema para encontrar uma solução que seja compatível com a ideia de policiamento comunitário e de trabalho em parceria.

### ***Materiais:***

- Reportagem radiofónica sobre os sem-abrigo
- Reportagem televisiva sobre os sem-abrigo
- Artigo de jornal sobre os sem-abrigo

### ***Instruções:***

- Ouvir/ver a reportagem/ler o artigo
- Trabalho de grupo para discutir os principais argumentos, dados, estereótipos na reportagem/artigo
- Discutir soluções para os problemas apresentados na reportagem/artigo na sessão

***Duração:*** Consoante a duração da reportagem: máx. 60 minutos

### **Exercício 3: 'Wishful thinking' numa conferência de imprensa fictícia**

#### **Descrição geral:**

No final de um dia bem-sucedido, numa reunião de parceria sobre o problema dos sem-abrigo, a polícia e os trabalhadores sociais são convidados para uma conferência de imprensa para relatar os resultados e conclusões da sua reunião. Os trabalhadores sociais e os agentes da polícia preparam as suas declarações sobre um acordo separadamente. Cada grupo apresentará um conjunto de medidas que serão tomadas em conjunto num futuro próximo para mitigar o problema dos sem-abrigo: O que é que concordaram, e o que decidiram na reunião?

A conferência é então realizada, e as declarações serão lidas ao público. Os jornalistas, na qualidade de observadores da conferência de imprensa, relatarão então as duas declarações. As declarações complementam-se mutuamente, ou os dois grupos chegaram a conclusões diferentes?

O objetivo deste exercício é descobrir e trocar entre os grupos profissionais 'wishful thinking' sobre soluções para um problema. Isto revelará também certas imagens sobre o trabalho em parceria e a aplicação do policiamento comunitário.

#### **Materiais:**

- Salas separadas
- Mesas altas, microfones e câmaras fotográficas (ou manequins de simulação) para representar uma conferência de imprensa

#### **Instruções:**

- São formados três grupos: (1) trabalhadores sociais, (2) polícia, (3) jornalistas
- Cada grupo profissional envia uma pessoa à conferência de imprensa fictícia para anunciar um resultado positivo de um dia inteiro de trabalho numa reunião de policiamento comunitário/parceria sobre o problema dos sem-abrigo na cidade.
- Os participantes da polícia e do trabalho social preparam a sua declaração sobre um acordo bem-sucedido em salas separadas. Fazem anotações para a sua apresentação - palavras-chave ou preparam um texto completo.
- A conferência de imprensa tem lugar - os representantes leem as suas declarações.
- Dois jornalistas falam um com o outro: pessoa 1 no estúdio de televisão; pessoa 2 na conferência de imprensa. A pessoa 2 fará uma reportagem sobre as semelhanças e diferenças entre as duas declarações.

**Duração:** 60 minutos

## **Exercício 4: Desenvolver um "código de conduta" para a colaboração em parceria entre o trabalho social e a polícia**

### ***Descrição geral:***

O desenvolvimento de um "código de conduta" ajuda os participantes a começar uma verdadeira parceria a nível local. Antes de iniciarem um debate político sobre O QUE deve ser feito, elaboram o modo COMO comunicar uns com os outros. Um "código de conduta" para a comunicação preparará a base para uma colaboração educada e construtiva entre diferentes grupos de interesse. A formação SWaPOL poderá ser o ambiente adequado para desenvolver estas regras de comunicação.

Os participantes apresentam uma espécie de "lista de desejos" sobre a interação justa e construtiva uns com os outros.

Grupos mistos devem garantir o foco nas capacidades de comunicação e evitar, neste momento, exigências relacionadas com o conteúdo da outra profissão. Além disso, o trabalho em grupos mistos neste exercício já ativa as capacidades de comunicação entre as profissões e ajuda a ultrapassar antagonismos.

### ***Materiais:***

*Flipcharts* e canetas

### ***Instruções:***

- No trabalho de grupo, os participantes elaboram regras básicas sobre comunicação:
  - o Linguagem utilizada no terreno em relação aos utentes
  - o Linguagem de comunicação entre os profissionais da parceria
  - o Calendário (reuniões formais/informais)
  - o Canais de comunicação: reunião pessoal, telefone, correspondência eletrónica
  - o Consultoria externa e moderação
  - o Local de reunião (local neutro?)
- Um grupo começa a apresentar as suas "regras de conduta" (*flipcharts*)
- Outros grupos acrescentam o que pensam estar em falta

***Duração:*** 45 minutos

## Exercício 5: Excursão

### **Descrição geral:**

Os participantes caminham juntos por áreas problemáticas da cidade para observar situações da vida real de sem-abrigo. Depois, os participantes visitam organizações de cuidados em pequenos grupos para obter uma impressão das características do trabalho diário com pessoas em situações precárias.

Estas visitas são combinadas com breves introduções de funcionários e prestadores de cuidados nestes locais. Encontrar pessoal voluntário na instituição é importante para quebrar barreiras de comunicação (por exemplo, efeito surpresa no contacto sem aviso prévio com as autoridades policiais).

Estas apresentações devem ser combinadas com uma sessão introdutória sobre o conceito de "habitação em primeiro lugar"<sup>25</sup>. Os vídeos educativos estão disponíveis no website europeu: <https://housingfirsteurope.eu/>

### **Materiais:**

Cadernos de papel e caneta individuais

### **Instruções:**

#### **Passo 1: Estudo de observação**

- Dividir a turma em pequenos grupos mistos e caminhar juntos por um bairro
- Falar de sinais de desordem física (graffitis, janelas partidas, vandalismo, qualidade da iluminação, casas de banho públicas)
- Falar de sinais de desordem social (características que podem ser consideradas como irritantes, desconfortáveis, assustadoras)
- Ao passar, tome nota dos sem-abrigo e pense nos maiores problemas de saúde das pessoas sem-abrigo; onde dormem; onde podem usar casas de banho; a qualidade do vestuário; etc.

#### **Passo 2: Visitar uma instituição de cuidados para os sem-abrigo**

- Preparar perguntas que queira fazer sobre números, alterações, cuidados a longo prazo, rotinas diárias, pessoas de contacto em situações problemáticas específicas
- Discutir ações específicas (e responsabilidades) em situações em que a polícia necessita de contactar esta instituição

#### **Passo 3: De volta à sessão**

- Discutir o que aprendeu

---

<sup>25</sup> Uma visão geral da estratégia e implementação nos países europeus pode ser encontrada aqui (avaliação, relatórios, investigação, ferramentas, e material vídeo): <https://housingfirsteurope.eu/>

- Discutir o que ganhou para a cooperação no futuro

**Duração:** 4-5 horas

## Questões para revisão

- Os sem-abrigo são um fenómeno multifacetado. Que áreas políticas estão envolvidas na questão dos sem-abrigo?
- Faça uma sugestão para desenvolver uma parceria para abordar o problema dos sem-abrigo na cidade onde vive. Quais são os desafios para essa parceria? Quem deve ser incluído nessa parceria?
- Qual é o papel da polícia em relação ao problema dos sem-abrigo?
- O problema dos sem-abrigo conta como "comportamento antissocial"? Porquê/Porque não?
- Explique o programa Housing First e dê exemplos.

### Leitura adicional:

Baptista, I. and Marlier, E. (2019): *Fighting homelessness and housing exclusion in Europe: A study of national policies*. European Social Policy Network (ESPN). European Commission. Brussels.

## Referências

- CCI - Cutting Crime Impact Project (2019). "Community Policing" Factsheet. Available at: [https://www.cuttingcrimeimpact.eu/resources/factsheets/community-policing--/community\\_policing/?lang=en](https://www.cuttingcrimeimpact.eu/resources/factsheets/community-policing--/community_policing/?lang=en)
- Chiodi, S., Diniz, M., Grönlund, B., Neves, A., Nicolini, U., Saraiva, M., Soomeren, P., (2016). "Lisbon CP-UDP Workshop Security and Urban Planning - Working Group Report Final Report". COST Action TU1203 - Crime Prevention through Urban Design and Planning - CP-UDP. Available at: [http://www.costtu1203.eu/wp-content/uploads/2017/12/LisbonCOSTWorkshop\\_FinalReport.pdf](http://www.costtu1203.eu/wp-content/uploads/2017/12/LisbonCOSTWorkshop_FinalReport.pdf)
- COPS (2014), "Community Policing Defined", *Community Oriented Policing Services*, U.S. Department of Justice, Washington, DC, available at: <https://cops.usdoj.gov/RIC/Publications/cops-p157-pub.pdf>
- ENIPSSA (2018a). *ENIPSSA 2017-2023 – Sumário Executivo* [ENIPSSA 2017-2023]. Lisbon: GIMAE.
- ENIPSSA (2018b). *Relatório Inquérito aos Conceitos Utilizados e aos Sistemas Locais de Informação – 2018*. Lisbon: GIMAE.
- Farrall, S.; Jackson, J.; Gray, E. (2009): *Social Order and the Fear of Crime in Contemporary Times. Clarendon Studies in Criminology*. Oxford University Press. Oxford.
- Frazer, H., & Marlier, E. (2011). *Social impact of the crisis and developments in the light of fiscal consolidation measures. Social Inclusion Policy and Practice CEPS/INSTEAD*. European Commission DG Employment, Social Affairs and Inclusion.
- ISS - Instituto da Segurança Social (2005). *Estudo Dos Sem-Abrigo. Lisboa: Instituto da Segurança Social*.
- Madanipour, A., & Weck, S. (2015). Social exclusion and poverty in Europe: Territorial patterns. *Local Economy*, 30(7), 715-720. doi:10.1177/0269094215601628
- Miguel, Marta; Ornelas, José, & Maroco, João. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica*, 28(3), 437-450.
- Ranci, C., Brandsen, T., & Sabatinelli, S. (2014). *Social vulnerability in European cities: The role of local welfare in times of crisis*. London: Palgrave Macmillan.
- Rodger, J.J. (2008): *Criminalising Social Policy: Anti-social behaviour and welfare in a de-civilised society*. Willan Publishing. Devon.
- Simmel, G. (2010/orig.1903): *The Metropolis and Mental Life* (orig.: Die Großstadt und das Geistesleben). In: Bridge G. and Watson S.: *The Blackwell City Reader*. Blackwell Publishing. Malden.
- Theodorikakou, O., Alamanou, A. & Katsadoros, K. (2013). "Neo-homelessness" and the Greek Crisis. *European Journal of Homelessness*, Volume 7, No. 2, 203-210.
- Toro, P. A., & Janisse, H. C. (2004). Patterns of homelessness. In S. Barrow et al. (Eds.), *Encyclopedia of homelessness*. Great Barrington, MA: Berkshire Publishing/Sage.

## Anexo: Síntese de temas principais e atividades de aprendizagem

	TEMAS PRINCIPAIS	ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM
<b>Módulo 1</b>	Condições de cooperação	<i>Meet-and-greet</i> no mercado
	Culturas ocupacionais no policiamento e trabalho social	<i>Os Derdianos</i> (jogo)
	Conceitos convergentes: Policiamento multi-agências e princípios do trabalho social	Intercâmbio de autoimagens profissionais
	Métodos de trabalho no policiamento: Policiamento comunitário, policiamento orientado para o problema, policiamento de proximidade, prevenção da criminalidade com base no local	Nuvem de palavras
	Métodos de trabalho no trabalho social: Trabalho de proximidade, trabalho de caso único, trabalho de grupo social, trabalho comunitário, trabalho de rua, análise sócio-espacial	Intercâmbio de esquemas de formação educacional para agentes policiais e trabalhadores sociais
	Contacto com os utentes e expectativas dos mesmos	Visita de estudo: Análise sócio-espacial conjunta
<b>Módulo 2</b>	Introdução à utilização de substâncias e à vida noturna	Perspetivas sobre a vida noturna - sessão de posters e cartazes
	Compreender a utilização de substâncias: modelos de risco	"A Roda da Droga" (classificação das drogas)
	Prevenção e redução de danos	Quiz sobre substâncias
	O quadro legal sobre a utilização de substâncias (específico do país)	Análise de casos e colaboração
	Primeiros socorros e overdose	
	Colaboração do trabalho social e da polícia em contextos de vida noturna	

<b>Módulo 3</b>	O problema dos sem-abrigo: A complexidade dos domínios políticos (habitação, saúde, desemprego, migração, etc.)	Teatro de improviso
	A tipologia dos sem-abrigo (FEANTSA)	Contributo: Reportagem mediática - TV, programa de rádio, jornal, meios de comunicação social, etc.
	Restrições socioeconómicas na Europa	"Wishful thinking" - uma conferência de imprensa fictícia
	O que tem a polícia a ver com o problema dos sem-abrigo?	Desenvolver um "código de conduta" para uma boa colaboração
	Reações ad hoc em situações críticas	Excursão: Observação e visita às instalações para os sem-abrigo - Introdução ao Housing First (Alojamento em Primeiro Lugar)
	Policiamento comunitário e parcerias de prevenção para problemas de desordem social	A "Abordagem dos Três Passos": Prevenção, Intervenção, Integração Comunitária





EUROPEAN CENTRE FOR SOCIAL WELFARE POLICY AND RESEARCH

**HO  
GENT**

**FH | JOANNEUM**  
University of Applied Sciences

**CEGOT**  
Centro de Estudos de Geografia  
e Ordenamento do Território

**ESE** | POLITÉCNICO  
DO PORTO  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

 instituto  
**SOCIOLOGIA**  
**U. PORTO**

 Landespolizeidirektion  
Wien



 politieopleiding  
**PAULO**  
Provincie Oost-Vlaanderen